

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

O PAPEL DA REVOLUÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI

PORTO ALEGRE

2022

EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI

O PAPEL DA REVOLUÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann.

Porto Alegre

2022

CIP - Catalogação na Publicação

Secchi, Eduardo T.
O PAPEL DA REVOLUÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO
SOVIÉTICO / Eduardo T. Secchi. -- 2022.
151 f.
Orientador: Luís G. M. Grohmann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência
Política, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. União Soviética. 2. Revolução. 3. Estado. 4.
Política. 5. Relações Internacionais. I. Grohmann,
Luís G. M., orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

EDUARDO TOMANKIEVICZ SECCHI

O PAPEL DA REVOLUÇÃO NA ESTRUTURAÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós- Graduação de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência Política.

Porto Alegre, 10 de Outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohmann - Orientador

Prof. Dr. Augusto Neftali Corte de Oliveira - PUCRS

Prof^a. Dr^a. Analucia Danilevicz Pereira - UFRGS

Prof. Dr. Leonardo Granato - UFRGS

Aos sobreviventes e resistentes aos sistemas de opressão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao povo brasileiro que, através do governo federal e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior permitiu a execução desta pesquisa através do financiamento via Programa de Demanda Social, bem como através da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, incluindo aí seus docentes, discentes e servidores, responsáveis pela produção intelectual de ponta no país.

Aos meus familiares, em especial na figura dos meus pais, Hermógenes Secchi e Jussara Tomankievicz, e de meu irmão, Gabriel Casagrande Secchi, que estiveram ao meu lado durante esta trajetória de vida.

Aos meus amigos, em especial Rodrigo Fuhr, Eduardo Rius, Giovana Padilha, Fernando Hoppe, Mariana Theodoro e Julian Mokwa pelos anos de companheirismo, em especial ao Júlio Spido, Matheus Bianco e Gustavo Rolim, que contribuíram com comentários à esta pesquisa. Sem suas provocações ela teria certamente tido um resultado menos satisfatório.

Aos lutadores sociais e formadores de políticas públicas, em especial do Partido dos Trabalhadores, que lutam pela democratização da educação, da popularização da pesquisa, e pelo investimento público crescente em pesquisa acadêmica. Em especial aos companheiros e companheiras Laura Sito, Juliana Souza, Mauricio Lorenzatto, Frederico Lemos, David Almansa, Paulo Pimenta, Luiza Morais, Pedro Duval, Magnus Hirawa, Misiara Oliveira, Teresa Tomé, Maria Celeste, e demais companheiros pelo exemplo de construção política, teórica e de práxis necessários à compreensão da política que subsidiou este trabalho.

Aos meus ex-orientadores Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Analúcia Danilevicz Pereira, pelo acompanhamento em minha trajetória acadêmica e pessoal, e aos professores e professoras Luiz Augusto Estrella Faria, Luis Dario Teixeira Ribeiro, Leonardo Granato, José Miguel Quedi Martins e Rosa Chieza pelos ensinamentos proporcionados.

Ao Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais pelo companheirismo acadêmico, em especial à Gabriela Ruchel, minha colega.

Aos contribuintes do Arquivo Marxista Online pela qualidade do seu trabalho militante que garantiu o acesso a diversos dos textos e documentos originais de autores centrais para este trabalho.

“pode-se concluir que a crise do socialismo precisa ser posta em confronto com a falta de saídas, mais ou menos acessíveis, do capitalismo oligopolista e de seu padrão de imperialismo. O socialismo ainda não passou por um teste definitivo e tampouco está morto. Ele mantém-se de pé e aguarda uma análise exigente e uma experimentação histórica mais favorável” (FERNANDES,2019, p. 35).

RESUMO

A Revolução Russa foi um dos mais importantes eventos do século XX, produzindo efeitos sobre o mundo contemporâneo e pelas próximas décadas. O presente trabalho analisa o papel que a Revolução teve para a estruturação do Estado soviético enquanto um fenômeno multidimensional, transdisciplinar e de múltiplas significações. Explora, através do marxismo e do materialismo histórico, o debate teórico envolvendo a concepção do Estado, inicialmente, e a concepção sobre a Revolução, no capítulo seguinte. Por fim, analisa o processo de constituição do Estado soviético propriamente dito a partir das condições construídas e relegadas pelo processo revolucionário. Utiliza-se o pragmatismo metodológico como ferramenta para congregar esforços teóricos de áreas distintas, especialmente da Ciência Política das Relações Internacionais e da Sociologia, para reconstruir um complexo mosaico do fenômeno revolucionário. A revolução impactou a estrutura da inserção internacional soviética bem como o contexto da construção do Estado no início do século. Os fenômenos desenvolvidos no pré-2ª Guerra Mundial, durante o conflito e durante a Guerra Fria têm parte de sua gênese explicativa no processo revolucionário. Este trabalho busca construir uma explicação que auxilia na apreensão destes impactos.

Palavras-Chave: União Soviética; Revolução; Ciência Política; Relações Internacionais; Estado.

ABSTRACT

The Russian Revolution was one of the most important events of the 20th century, producing effects on the contemporary world and for decades to come. The present work analyzes the role that the Revolution played in structuring the Soviet State. It was a multidimensional, transdisciplinary phenomenon with multiple significations. It explores, through Marxism and historical materialism, the theoretical debate involving the conception of the State, initially, and the conception of the Revolution, in the following chapter. Finally, it analyzes the process of constitution of the Soviet State itself from the conditions built and relegated by the revolutionary process. Methodological pragmatism is used as a tool to bring together theoretical efforts from different areas, especially Political Science, International Relations, and Sociology, to reconstruct a complex mosaic of the revolutionary phenomenon. The revolution impacted the structure of Soviet international projection as well as the context of state building at the beginning of the century. The phenomena developed before the Second World War, during the conflict, and during the Cold War have part of their explanatory genesis in the revolutionary process. This work seeks to build an explanation that helps in the apprehension of these impacts.

Key-Words: Soviet Union; Revolution; Political Science; International Relations; State.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 1 - Perdas Territoriais Russas no Tratado de Brest-Litovsk na Europa (1918). p. 81

Figura 2 - Facções e Eventos do PCUS entre 1919 e 1933.....p. 92

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|---------------|
| Tabela 1 - Tamanho das bancadas, conforme eleitas¹, das 4 Dumas Imperiais do Império Russo (1906-1917)..... | p. 74 |
| Tabela 2 - Incremento de capacidades planejadas pelo GOSPLAN (1938-1943)..... | p. 105 |

¹ Diversos membros acabaram trocando de partido durante o transcorrer dos trabalhos, os números elencados estão conforme Walsh (1950) a partir de como foram eleitos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIE - Aparelhos Ideológicos de Estado

ARE - Aparelhos Repressivos de Estado

PQ - Plano Quinquenal

POSDR - Partido Operário Social-Democrata Russo

DOP - Doutrina de Operações em Profundidade

PCUS - Partido Comunista da União Soviética

SRs - Social Revolucionários

EENS - Expansivo-Econômico Norte-Sul

DRLO - Defensivo-Reativo Leste-Oeste

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

OE - Oposição de Esquerda

TD - Tendência de Direita

NEP - Nova Política Econômica

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| 1. INTRODUÇÃO | 12 |
| 2. O ESTADO - MANUTENÇÃO DA ORDEM E DISPUTA DE CLASSE | 26 |
| 2.1. O Estado Coercitivo | 27 |
| 2.2. O Estado Hegêmona | 39 |
| 3. A REVOLUÇÃO - ONTOLOGIAS, OPERACIONALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA | 45 |
| 3.1. A REVOLUÇÃO DESPOLITIZADA E AMORAL - SKOCPOL E HUNTINGTON | 46 |
| 3.2. A REVOLUÇÃO MARXISTA | 52 |
| 3.2.1. Marx, Engels e Lenin - O Estado Instrumental | 53 |
| 3.2.2. Gramsci | 59 |
| 3.2.3. Althusser, Poulantzas e Halliday | 62 |
| 4. A REVOLUÇÃO RUSSA E A GÊNESE DO ESTADO REVOLUCIONÁRIO SOVIÉTICO | 68 |
| 4.1. A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO RUSSO PRÉ-REVOLUÇÃO | 69 |
| 4.1.1. A Posição Internacional dos Russos | 70 |
| 4.1.2. O Império Russo Internamente - Da Escravidão ao Socialismo | 72 |
| 4.2. AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO | 80 |
| 4.2.1. A Guerra Civil | 84 |
| 4.2.2. As Revoluções Fracassadas do Ocidente e a NEP | 91 |
| 4.2.3. Erigindo um Novo Homem e um Novo Estado - A Era dos Planos Quinquenais | 93 |
| 4.2.4. A Preparação para a Última Grande Guerra | 109 |
| 4.2.5. A Batalha pelo Bastião do Socialismo e a Síntese de Superpotência | 120 |
| 5. CONCLUSÕES DA PESQUISA | 126 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 131 |
| APÊNDICE I - RESULTADOS ELEITORAIS NAS DUMAS IMPERIAIS (1906-1917). | 147 |

1. INTRODUÇÃO

A Revolução constituiu-se como objeto da ciência política e outros campos de estudo de maneira marginal, com avaliações divergentes sobre sua definição. Foi, no entanto, reconhecida como um processo central na história moderna. Como é possível tal ambiguidade de sentidos e ainda assim ter tamanho impacto no passado e no presente do sistema internacional? Em especial para o presente trabalho, qual o papel que a Revolução teve na estruturação do primeiro Estado operário, socialista e marxista da história, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS)? Estas são as provocações que levaram à proposição da agenda de pesquisa que resulta na presente dissertação.

Buscar direcionar um debate tão antigo e importante nas ciências humanas exige nitidez teórica, rigor analítico sobre os conceitos e fenômenos apresentados, e a interlocução de múltiplas áreas e agendas de pesquisas diversas que já versaram sobre este objeto. Para além da miríade de definições apresentadas para a categoria Revolução, são bastante diversas as definições sobre uma série de outros conceitos, como Estado, Classe, Socialismo, Marxismo, Ideologia, que são adjacentes e importantes para o debate aqui proposto.

Buscarei apresentar ao longo deste texto o debate relacionado à formação do Estado Soviético utilizando a Revolução, e sua reprodução histórica, a Revolução Russa de 1917, como epicentros da análise. Tenho nas teorias marxistas a referência analítica principal para produzir o debate aqui proposto. Não se furta, no entanto, a ampliação de autores e teorias para além dos marxistas tidos como tradicionais, como Marx, Engels, Lenin, Gramsci e Trotsky, mas também incluindo Louis Althusser, Nicos Poulantzas, Stalin, e autores não marxistas como Samuel Huntington e Theda Skocpol.

As revoluções, apesar de terem produzido impactos profundos no sistema internacional na Era Moderna, em especial no século XX, ainda obtém pouca atenção dos cientistas políticos e sociais. Por se tratar de um termo popular, de uso coloquial, muitas vezes é apresentada, mesmo na academia, a partir de uma ótica contaminada pelo debacle ideológico da Guerra Fria. Objetivo, com este trabalho, apresentar uma perspectiva que permita trazer mais rigor na utilização científica do conceito para permitir melhor avaliar as experiências históricas que são enquadradas sob sua definição.

Organizo a exposição de maneira a iniciar, no capítulo 2, pelo debate teórico produzido sobre a perspectiva do Estado nas Teorias Marxistas e como este é compreendido de maneira diversa e por outras ontologias. Nesta seção serão demonstradas divergências com as teorias *mainstream* que tratam destes temas, não apenas do ponto de vista epistemológico,

que comumente se debate, mas da própria concepção dos objetos a serem tratados. Classifico como *mainstream*, seguindo os trabalhos de Best (1997), Welch (2013), e Qin (2018), o conjunto de teorias e abordagens resultantes de uma perspectiva racionalista, ligada ao positivismo. Exemplo destas são as Teorias da Ciência Política ligadas às tradições Weberiana-Institucionalista (WEBER, 1982; 1993; 2007), Comportamentalista (ALMOND; POWELL JR., 1972), das Teorias das Elites (MOSCA, 1966; PARETO, 1988; MICHELS, 1980), e das Teorias de Relações Internacionais ligadas às tradições Realista (MEARSHEIMER, 2001; 2009, WALTZ, 2001; 2010), Liberal-Institucionalista (KEOHANE; NYE, 2012; MARTIN, 2000; KRASNER, 1985; 1999) e Construtivistas (FINNEMORE, 1996; 2003; WENDT, 1992; ONUF, 2012)².

A constituição do Estado é comumente apresentada, mesmo entre os marxistas, como um objeto dado, com baixo aprofundamento sobre seu significado. Por se tratar de um objeto relativamente antigo no campo da Ciência Política, muitas vezes seu debate gira em torno de uma noção mais ou menos derivada da presunção de que é evidente o seu significado. Este significado mais comum utiliza elementos genéricos de uma entidade jurídica de direito público, retratado como representante da vontade geral dos indivíduos cidadãos de uma sociedade, que pagam impostos a esta entidade em troca de segurança pública, defesa nacional e outros serviços. Este Estado também seria representante de um povo, uma nação, que o constituiu.

A virada teórica proposta pelos autores ligados aos conceitos de ideologia e hegemonia, como Gramsci, Althusser e Poulantzas, são importantes para problematizar este debate. Trazem uma perspectiva de que o Estado na verdade é um campo de disputa permanente entre diferentes classes sociais que buscam intervir na constituição e operação dos seus aparelhos. Em especial, o Estado é parte de uma hegemonia social constituída por uma classe dirigente e opera em favor desta. No capítulo 2 este debate fica mais evidente em como a constituição do Estado e desta hegemonia permite disputas e condicionou o desenvolvimento histórico do Estado na política do século XX que culminou no Estado czarista e nos Estados capitalistas, e como se constituiu o Estado soviético revolucionário.

No capítulo 3 debato sobre a Revolução e suas categorias componentes. A partir dos debates sobre os processos constitutivos do Estado é possível, na minha avaliação, melhor compreender os processos que resultam na sua derrubada e reconstrução sobre outras

² Pretendi, ao citar os autores destas teorias, apresentar brevemente alguns dos autores e autoras mais proeminentes de cada uma das teorias elencadas, não pretendendo exaurir os mesmos. Para uma abordagem mais ampla de autores dessas teorias ver: Nogueira e Messari (2005) e Pecequillo (2004; 2016).

concepções. A recomposição do Estado a partir de outras epistemologias é tarefa central e uma das primeiras a ser executada em qualquer processo revolucionário. Debato, neste capítulo, as condições e os espaços possíveis para este processo e formatos possíveis que este tomou.

É necessário, também, compreender diversos dos sentidos que os movimentos políticos e sociais tomam relacionados à revolução e à contrarrevolução. A análise própria dos movimentos nos permite entender semelhanças e mecanismos importantes de atuação tanto dos revolucionários quanto dos contrarrevolucionários em, respectivamente, romper e manter a ordem vigente. A análise contra-revolucionária apresenta, nesta seção, caráter pedagógico sobre estes processos de manutenção e composição de hegemonias, em especial, também, pelo seu papel histórico em tentar destruir a revolução russa.

No capítulo 4 busco analisar, através dos enfoques teóricos construídos nos capítulos anteriores, o processo que ocorreu na URSS em maior profundidade. Exponho as análises que resultaram na concepção do processo revolucionário como sendo parte intrínseca da Revolução Russa e da construção do Estado soviético, em especial nos anos iniciais da sua formação.

O processo Revolucionário se apresenta como peça crucial da estruturação do Estado. A escolha do estudo de caso soviético é fruto da pesquisa construída ao longo dos últimos anos no Núcleo Brasileiro de Estratégia e Relações Internacionais (NERINT-UFRGS), e justifica-se pela relevância do primeiro Estado de ideologia oficial marxista a subsistir e prosperar na história.

O referencial teórico central é a teoria Marxista, utilizando de sua pluralidade de autores e vertentes. Ao longo deste capítulo introdutório buscarei apresentar um quadro referencial sobre os fundamentos teóricos deste trabalho, em especial debatendo com alguns dos pontos mais trabalhados e criticados na literatura e buscando constituir um terreno comum para o uso de conceitos polissêmicos.

De início é importante ressaltar que não me enquadro entre os autores que acreditam na objetividade da ciência do ponto de vista da possibilidade de separação Observador-Objeto. Acredito que faz parte do processo científico o reconhecimento da inserção do autor na sociedade, seus posicionamentos científicos, políticos e sociais. Reconheço-me enquanto pesquisador crítico das teorias e da narrativa histórica *mainstream*, em especial no referente ao estudo das revoluções e países revolucionários. A ruptura revolucionária contra a ordem foi importante e seguirá sendo importante estratégia na luta de classes permitindo o desenvolvimento da humanidade em saltos qualitativos. A necessidade

de se debater esta perspectiva nos permite avançar em uma produção científica que nos forneça instrumentos de análise que tenham como objetivo o desenvolvimento social e a soberania nacional. Reconhecendo-me a partir deste princípio, aponto que a análise deste trabalho tem lado na história e busca reconstituir o fenômeno da maneira mais completa possível, reconhecendo as possíveis limitações que possa ter.

Adoto como referência o trabalho de Fernandes (2012) para estruturação metodológica e teórica desta pesquisa a partir da sua interpretação dos métodos do marxismo, em especial do materialismo histórico e dialético dado que este, ao longo da história, adquiriu uma multiplicidade de abordagens e interpretações. Apresento aqui o entendimento que identifico ser o mais adequado sobre a teoria marxista e sobre o método para que fiquem claros os pressupostos e argumentos expostos no trabalho.

A primeira questão que apresento é referente à indivisibilidade da realidade como objeto de análise. A realidade é una, e não pode ser compreendida a partir de divisões arbitrárias do conhecimento. Os fenômenos sociais, ações e processos são totalidades concretas e dinâmicas, social e historicamente referenciadas. Isto significa que as “disciplinas” possuem, na visão aqui proposta, um caráter pragmático e organizador, mas não substantivo. A realidade pode ser interpretada por “recortes” apenas de maneira a facilitar a apreensão da mesma, sempre buscando reconstruí-la com os demais elementos deixados de fora inicialmente.

Esta realidade é, também, um recorte temporal, necessariamente referenciado a partir de uma análise histórica anterior. Ou seja, o momento que está sendo analisado, no caso deste trabalho o processo de construção do Estado Soviético e o papel da Revolução no mesmo, tem um passado que contextualiza os desenvolvimentos históricos. A Revolução de Outubro de 1917 exigiu um golpe republicano em Fevereiro do mesmo ano. Este, por sua vez, foi construído por uma Duma concebida após as revoltas fracassadas de 1905. O desenvolvimento histórico produziu as condições analisadas aqui.

Também é referenciada socialmente na medida em que diferentes ideias, em diferentes contextos assumem resultados distintos, e os contextos sociais onde se produzem as ações são fundamentais para interpretá-las de maneira adequada (FERNANDES, 2012). É impossível compreender o desenvolvimento dos atores durante a revolução, suas limitações e tomadas de decisão sem entender o meio no qual se formaram militantes comunistas, republicanos, liberais, de direita, esquerda, monarquistas, sociais-revolucionários, etc.

Propomos a transversalidade metodológica para permitir a reconstituição do complexo quebra-cabeças elementar da Questão do Estado e do Processo Revolucionário. Como nos apresenta Florestan Fernandes:

Nunca julgaram necessário que a “partilha do objeto” se transferisse da ciência da natureza para a ciência do homem [referindo-se a Marx e Engels]³: Economia, sociedade, superestruturas políticas e ideológicas, ainda que decompostas em fatores determinantes ou em efeitos essenciais, deviam ser compreendidas em sua relação recíproca. No plano da representação, da reconstrução empírica e da explicação causal, partiam diretamente do *concreto*, isto é, da “unidade do diverso”, e defendiam com coerência lógica uma visão materialista e dialética do real, intrinsecamente totalizadora e histórica (FERNANDES, 2012, p. 21-22).

O reconhecimento da complexidade que constitui os objetos tratados é necessário para dimensionar-se o esforço teórico e de análise histórica necessário para sua reconstituição. A partir deste reconhecimento, quando forem necessários processos de divisão analítica de fenômenos, estes serão tratados a partir dos pressupostos aqui apresentados. O objetivo é conseguir aprendê-los da melhor maneira possível e permitir a reconstituição posterior dos demais objetos impactados, para ter uma visão completa dos fenômenos aqui tratados.

No que concerne à Revolução, apresento, preliminarmente, alguns dos autores que utilizo a partir das suas tratativas teórico-práticas, como Marx (2011; 2002; 1982) e Marx e Engels (2002; 2011a; 2011b), Lênin (1917; 1920; 1921; 1977; 2011); Luxemburgo (1900; 1961), Trotsky (1923; 1929; 1944), Stalin (1913; 2020), ressaltando os diversos elementos que constituem o processo revolucionário, em especial do ponto de vista prático-militante dos revolucionários. Na perspectiva Sociológica-Cultural temos também o próprio trabalho de Lênin (1977; 2011), de Breton e Trotsky (1985), de Stalin (1913), Halliday (1999).

Os trabalhos de Skocpol (1985; 1994; 2015) e Huntington (1973) nos dão uma perspectiva reflexiva sobre os processos e mecanismos que levam ao colapso da ordem vigente, apresentando-se como revoluções. Suas obras são influenciadas pela escola Weberiana e utilizam o Individualismo Metodológico que, por vezes simplifica e individualiza macro-fenômenos que não podem ser reduzidos, como é o caso da Revolução, a suas partes componentes. Parece que a análise baseia-se em cumprir requisitos de uma tabela supostamente imparcial para que se atinja ou não uma revolução, despolitizando os processos ao tentar generalizá-los. Não obstante, utilizei o Pragmatismo Metodológico apresentado por Kumar (2009) ao analisar o Marxismo Analítico para aproveitar ideias importantes trazidas por Skocpol e Huntington. Alguns de seus argumentos, em especial sobre os mecanismos pelo qual revoluções são operacionalizados na minha análise dada a sua relevância para o campo do estudo das revoluções e pelo seu potencial analítico em auxiliar o marxismo a

³ Nota própria.

compreender estes mecanismos, ainda que, na minha avaliação, sejam limitados sem outros instrumentos possibilitados pelo materialismo-histórico.

Sobre o processo constitutivo do Estado irei percorrer as obras de Marx (2011), Marx e Engels (2011b), Engels (2019), Lenin (2011), Carnoy (1984) que trabalham diretamente com a sua concepção. Na avaliação apresentada neste trabalho estas obras versam sobre uma nova concepção do Estado que adquire um evidente caráter de classe. Também utilizo os trabalhos de Gramsci (2007; 2018), Althusser (1970) e Poulantzas (2014; 2019a; 2019b) que procuraram expandir a concepção original. A partir destes desenvolvimentos busco trabalhar o papel que os diferentes aparelhos do Estado, para tomar emprestado os termos usados por Gramsci e Althusser, adquirem na manutenção e reprodução da ordem vigente. Trabalho alguns temas centrais, como a questão da Ideologia vs. a Coerção como instrumentos de manutenção da Hegemonia da classe dominante, bem como as diferentes possibilidades de atuação política que levam ou não a derrocada dos aparelhos da ordem.

Por fim, busco congregiar os esforços teórico-epistemológicos dos debates que constituem a formulação do Estado e da Revolução para analisar o processo mutuamente constitutivo que ambos adquirem na produção de Estados Revolucionários, como o exemplo da URSS, trabalhado nesta pesquisa. Como nos demonstram Halliday (1999) e Visentini (2016; 2017; 2020; 2021), são processos indissociáveis e que produziram tipos específicos de formações econômico-sociais, muito carentes ainda de análise mais aprofundada.

Em especial é comum tentar analisar as revoluções a partir de teorias *mainstream* que se propõe desenvolver avaliações supostamente imparciais e generalizantes. Na minha avaliação estas despolitizam o processo ao constituir objetos e debater conceitos de maneira idealizada, buscando enquadrar os fenômenos reais em conceitos constituídos pela teoria, e não construir teorias e conceitos baseado nos fenômenos reais⁴. Isto leva a comparação entre objetos absolutamente distintos sob os mesmos conceitos, o que prejudica sua capacidade analítica.

A teoria marxista é um sistema de *práxis*, isto é, da relação imbricada entre teoria e prática. As diferentes tradições teóricas construíram um leque metodológico, ontológico e epistemológico bastante diverso, e sofreram, também, diversas críticas. É preciso, no entanto, compreender estas teorias a partir da sua instrumentalização para a luta política, ou seja, compreender o desenvolvimento teórico e analítico dos autores na medida em que os processos em que estavam inseridos, em especial na Revolução Russa, foram se desenvolvendo concretamente na história.

⁴ Tal ponto é o enfoque do subcapítulo 3.1.

Busco apresentar algumas contraposições do presente trabalho em relação à algumas questões e críticas mais comuns da literatura às teorias marxistas, tanto a produzida por vertentes do marxismo, como é o caso do Marxismo Analítico (SAYERS, 1989; AMARIGLIO; CALLARI; CULLENBERG, 1989), quanto das variações deterministas do marxismo, criticadas por Netto (2008; 2011) e Ávila e Herrlein Júnior (2013).

O mais comum desses determinismos é o econômico. A argumentação seria de que o marxismo trabalha com estruturas que determinam o comportamento dos indivíduos, sem espaço para a autonomia destes. A proposta quase sempre é ligada de maneira mais sólida à perspectiva materialista, seja nos trabalhos de Marx ou de outros autores. Em a Ideologia Alemã temos, na introdução feita por Jacob Goreneder:

A primeira e máxima ilusão, própria de toda a ideologia, consistia justamente em lhe atribuir a criação da história dos homens. Sob o prisma da ideologia é que a história se desenvolve como realização da Ideia Absoluta, da Consciência Crítica, dos conceitos de Liberdade e Justiça e assim por diante. Ora, tais ideias não possuem existência própria, mas derivada do substrato material da história (MARX; ENGELS, 2002, p. XXII).

E também, no texto próprio dos autores na sequência: “Ao produzirem seus meios de existência, os homens produzem indiretamente sua própria vida material [...] O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção” (MARX; ENGELS, 2002, p. 11).

Avila e Herrlein Júnior (2013) tratam desta temática a partir das críticas feitas por Veblen em *The Place of Science in Modern Civilization* (ainda sem tradução). Apresentam citações de Marx e Engels em que aparentam se aproximar de uma posição determinista da estrutura:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes da sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 1982, p.25, apud AVILA; HERRLEIN JÚNIOR, 2013, p. 330).

A conclusão dos autores, no entanto, é de que a relação entre a atuação individual e a atuação estrutural, bem como a atuação infraestrutura-superestrutura, só podem ser compreendidos como multicausais e mutuamente interativos (AVILA; HERRLEIN JÚNIOR, 2013) O determinismo, nesta perspectiva, só pode florescer de uma análise, na posição aqui apresentada, parcial e que desconsidere não só o todo dos escritos dos autores, mas também as

influências teóricas e as intencionalidades dos debates que foram provocados pelos mesmos (NETTO, 2008; 2011).

Na Seção 2.2 trataremos de visão similar, de um suposto hiper estruturalismo presente em obras como as de Louis Althusser, onde não haveria espaço para a agência humana. Nesta perspectiva, debatida criticamente, argumenta-se que não há individualidade na esfera social:

Primeiro, como estruturalista, Althusser afirma que a estrutura social não tem em seu núcleo nenhum sujeito criativo. A formação social é antes um sistema de processos objetivos, sem sujeitos. Assim, Althusser rejeita a noção do homem como sujeito ou agente da história, argumentando que os indivíduos são "suportes" ou "portadores" das relações estruturais nas quais se situam. São as relações de produção (classes sociais) os sujeitos da história, não os atores individuais como agentes livres. Somente as classes, e não os indivíduos, é que têm uma história, na medida em que se desenvolvem e entram em conflito, num modo específico de produção (CARNOY, 1984, p. 120).

Aqui aponto que este debate me parece enviesado pelo pincelamento de citações em desconexão com os textos originais. Althusser (1970), assim como Poulantzas (2019b), apesar de tratados como hiperestruturalistas em alguns momentos, entendem o papel dos atores e sujeitos dentro dos aparelhos de Estado e o papel da disputa política dos mesmos. Há um componente nítido de atuação política individual como ferramenta de disputa social e política. Marx, na mesma medida aponta que

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos (2011, p.25).

Ou seja, a história é produto da agência humana, ainda que existam relações estruturais que contextualizam as possibilidades desta. A citação de Marx, acima, afasta a possibilidade de retirar a ação humana do centro do debate do desenvolvimento histórico.

Enfatizo que o presente trabalho tem escopo e objetivos delimitados, buscando compreender o processo de desenvolvimento da Revolução e seu papel no caso soviético na constituição do Estado. Alguns argumentos aqui utilizados podem ser adaptados para outros casos, mas aponto a necessidade de cautela na comparação entre processos distintos. Em especial ressalto que processos revolucionários tem um forte caráter próprio. Não obstante, podem nos auxiliar na compreensão de outros fenômenos, desde que as ressalvas adequadas sejam utilizadas.

A análise marxista deste trabalho implica reconhecer que cada fenômeno tem um conjunto de determinantes, muitas vezes dialéticos e mutuamente influenciados. Estes determinantes não são iguais em sociedades e tempos distintos, portanto há uma limitação natural para a generalização. Esta ressalva importa na medida em que os comparativos aqui

apresentados e que desta pesquisa podem surgir tem um caráter parcimonioso em relação à utilização para outros casos conforme nos alerta Fernandes (2012).

Como nos apresenta Marx (2002) e Marx e Engels (2002) o conjunto de conceitos e ideias só faz sentido se interconectados e contextualizados a partir do seu tempo histórico. Netto (2011) reforça esta ideia:

As categorias, diz ele [citando Marx], “exprimem [...] formas de modo de ser, determinações de existência, frequentemente aspectos isolados de [uma] sociedade determinada”; ou seja, elas são objetivas, reais (pertencem à ordem do ser - são categorias *ontológicas*); [...] Por isso mesmo, tanto real quanto teoricamente, as categorias são históricas e *transitórias*: as categorias próprias da sociedade burguesa só têm validade plena no seu marco (p. 46).

É preciso atentar, no entanto, para as intencionalidades dos autores quando da escrita de seus trabalhos. A intencionalidade perpassa o reconhecimento do papel crucial que muitos dos autores e obras tiveram a partir de uma lógica dual intelectual-militante. Qualquer avaliação destes processos históricos e das obras apresentadas, ao não reconhecer o papel prático que muitas delas tiveram na política contemporânea a elas, perderá o sentido social e historicamente referenciado das mesmas. O que por vezes se apresenta como uma posição dúbia, ou até errática, relaciona-se com o processo de amadurecimento e o avanço das necessidades práticas para a teoria.

Utilizam-se as obras *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática* (LENIN, 1977) e *O Estado e a Revolução* (LENIN, 2011) como exemplos. Há concepções diferentes sobre o caráter do Estado e do processo revolucionário em ambas. A primeira obra foi escrita em 1905, na Suíça, no auge do processo da revolução fracassada de 1905. Em especial, delineia as divergências da sua fração, os bolcheviques, com a fração minoritária do Partido Operário Social-Democrata Russo (POSDR), os mencheviques, sobre este processo. Já a segunda obra foi escrita em 1918, em meio à Revolução de Outubro, que viria a ser vitoriosa nos anos seguintes. À época os bolcheviques já governavam a maioria das cidades urbanas e os territórios mais importantes em termos populacionais e de recursos da Rússia.

Na primeira obra, Lênin está tratando da disputa política para o governo provisório e das múltiplas possibilidades de articulação do seu grupo político com outras classes, como os pequeno-burgueses, para tomar o poder. A disputa de Lenin é contra a posição menchevique de que seria possível um acordo proletário-burguês para garantir concessões do Czar. Lênin apresentou que poderia (como de fato ocorreu) haver um acordo burguês-aristocrático para reprimir os operários e camponeses e não levar a revolução burguesa à cabo totalmente.

Em 1918 o debate já não era sobre os grupos políticos dialogados para uma possível tentativa de tomada do Estado. Era a compreensão de romper com todas as estruturas estatais presentes pois, invariavelmente, seriam máquinas contra revolucionárias. Mesmo que na sequência a política tenha sido de recuo, com a Nova Política Econômica (NEP)⁵, os elementos da avaliação sobre o papel da revolução e o papel do Estado foram produto dos debates que estavam ocorrendo ao tempo das obras e que importavam para o autor e seus contemporâneos naquele momento.

Por vezes, elementos contraditórios podem aparecer. Acima temos por um lado uma abertura para a participação junto à Burguesia, produzindo uma “revolução por completo” contra o Estado Burguês, mas na sequência há um giro para uma política pragmática de reestruturação de elementos estatais para levar a cabo a revolução sem a burguesia. Esta mudança ocorre pelo caráter da *práxis* marxista, ou seja, pelo próprio desenvolvimento que os autores estavam vendo do processo revolucionário. Na perspectiva de que grande parte dos autores marxistas da época eram também militantes e construtores da revolução real, a produção teórico-política vem acompanhada de adaptações para os desafios e contradições do momento.

Na perspectiva epistemológica e ontológica que apresento não há divisão substantiva entre o caráter prático e teórico dos escritos dos autores. Os agentes trabalhados podem ter tido maior ou menor contribuição em cada uma das áreas, mas necessariamente lhes foram exigidos formular teoria e aplicá-la ao mesmo tempo. Reconhecer sujeitos históricos como agentes do seu tempo – ou seja, ao mesmo tempo que produzem criticamente, operam politicamente – nos permite entender quais os motivantes de determinadas ações e formulações. A mudança de opinião, ou ao menos como esta se apresenta, são entendidas como processos naturais do desenvolvimento histórico. Como mencionado acima, diferentes contextos e problemas históricos levam a diferentes formulações e práticas, mesmo sobre temas iguais ou similares. O próprio sucesso e fracasso de algumas destas estratégias será fundamental para a sua superação, num processo dialético.

O referencial social (a situação em que se encontram) e histórico (os caminhos que levaram à situação em que se encontram) é necessário para compreender em que condições os

⁵ A NEP consistiu em um processo dual de modernização capitalista no campo, constituindo um sistema de economia privada e de mercado no setor agrícola, à época maioria da população, e socialização da produção urbana, em especial a industrial, o sistema bancário e o comércio estrangeiro, sob o controle do Estado. Havia possibilidade de pequenos comércios privados e atividades privadas de profissionais liberais nas cidades (NOVE 1968).

agentes atuam. O movimento de constrangimento e superação entre agente-estrutura social é recíproco e dialético.

Também aponto que as divisões temporais precisam ser compreendidas a partir da sua utilidade explicativa. Pode-se, em determinados contextos, adotar um marco temporal melhor definido para contextualizar o objeto a ser tratado buscando traçar os elementos principais à época que provocaram determinados fenômenos. Não significa, no entanto, que este seja o único marco possível, nem que outras abordagens não tenham igual validade analítica. Tal questão também nos auxilia na rejeição do determinismo histórico, outro suposto vício apresentado contra algumas análises marxistas. Este, por sua vez, apontaria para uma linha histórica quase pré-determinada onde, olhando para o passado, não se poderiam ter havido alternativas, ou que fenômenos parecidos mas não iguais irão reproduzir-se da mesma maneira no tempo.

Esta forma de determinismo tende a ser apresentada como variante do determinismo econômico, e imbricadamente ligada com o estruturalismo. O acúmulo histórico seria apresentado como um conjunto de fundamentos que produziram a estrutura e o contexto contemporâneo, e que rumam a um futuro inexorável. Em parte vemos a crítica a este tipo de comportamento ao interpretar que, para o marxismo, a sociedade é e sempre foi dividida em classes, e que o conflito destas inexoravelmente levará ao comunismo no futuro, ou seja, uma sociedade sem classes.

Retirando as colocações de Marx e Engels no *Manifesto Comunista* do seu objetivo concreto com a publicação, e do seu contexto teórico, por vezes aponta-se uma suposta tendência determinista histórica. Seria uma reificação histórica com o concomitante apagamento da possibilidade de ação humana sobre os rumos do desenvolvimento social. Esta abordagem parte de uma leitura muito pobre das obras marxistas, em especial de Marx e Engels, e ignora o conjunto da sua produção. Como já demonstrado acima, a ação humana, ainda que em condições as quais não escolhidas, é o motor da história. Esta só faz sentido se entendida como produto desta ação (MARX, 2011; FERNANDES, 2012).

Cada formação social constituiu-se a partir de uma história particular, produto da ação daqueles e daquelas que agiram sobre sua realidade transformando-a. Estas formações só fazem sentido se analisarmos concretamente seu processo de formação. Não há duas formações idênticas, mesmo que carreguem múltiplas semelhanças nos agentes e nos processos constitutivos.

A partir da contribuição de Braudel (1984) proponho reconhecer as múltiplas temporalidades que afetam o desenvolvimento histórico. O autor francês apresenta a

necessidade de se analisarem os processos de longa duração e a manutenção/mudança de estruturas-chave das sociedades como pilares do desenvolvimento histórico. Para além destes processos de longa duração, analiso também processos de média e curta duração, que, congregados, permitem reconstituir, ao meu ver, da maneira mais completa o cenário analisado.

Em especial no tocante à guerra civil soviética (1917-1923) e ao processo revolucionário no seu período de derrubada do governo, luta política e reconstrução nacional, os processos se desenvolvem de maneira acelerada, mesmo que haja movimentos de duração mais longa. Portanto, utilizando essa abordagem busco analisar as relações recíprocas e dialéticas nos processos.

Os caminhos escolhidos para reconstituir o objeto deste trabalho de maneira crítica envolvem três seções. Primeiramente analisaremos o processo de constituição do Estado e as múltiplas concepções dentro da teoria marxista sobre este. A incompreensão do significado do Estado para os autores do marxismo levou a concepções equivocadas sobre os escritos, em especial sobre os clássicos apresentados. Em especial a tendência de considerar-se o processo de “colapso do Estado” ou “abolição” do Estado a partir de uma visão próxima ao anarquismo. Esta concepção trata como se as tarefas imediatas da revolução resultassem no fim das estruturas coletivas que compõem o Estado, como as tarefas de policiamento, educação pública, saúde pública, impostos, etc. Na realidade, o Estado é reconhecido como uma formação oriunda do capitalismo, nos autores clássicos, e dominado por uma classe ou fração de classe no poder. Esse aparelho, derivado das estruturas econômicas, ao ser tomado pelos trabalhadores deixaria de ser um aparelho da classe dominante, para se tornar um aparelho a serviço do povo como um todo (LÊNIN, 2011).

O Estado, também, não é apenas uma entidade jurídica de direito público. A argumentação marxista é de que as esferas “privada” e “pública” são divisões arbitrárias de uma mesma realidade a partir da ótica do direito burguês, o Estado não se limita ao que é tratado como entidade jurídica pública que domina um território. O Estado, como Gramsci (2007; 2018) nos aponta, por exemplo, abarca a esfera privada também, como a igreja, os meios de comunicação, a escola, a família. Trataremos destas diferentes concepções e como elas podem nos auxiliar no nosso objeto no primeiro capítulo deste trabalho.

Propomos um debate entre os múltiplos autores marxistas selecionados. Reconhecemos as diferentes temporalidades e contextos em que suas obras foram escritas para podermos abstrair os elementos de suas análises que nos permitam avançar na análise da Revolução de Outubro.

Optou-se por tratar da perspectiva do Estado previamente à da Revolução pelo entendimento de que facilitaria na exposição posterior. No que tange à Revolução como objeto de estudo a dificuldade de se organizar o debate é ainda maior que a do Estado. É um conceito de uso coloquial e muito abrangente que não possui ênfase nas pesquisas acadêmicas nos departamentos de ciência política e correlatos.

Muitas vezes os processos revolucionários são tidos como *suis generis* ou diluídos dentro de conceitos mais abrangentes como “violência política” ou “rebeliões”. O esforço de Skocpol (1994; 2015) e de Halliday (1999)⁶ em debater com múltiplos autores e perspectivas foi fundamental para a consolidação de uma análise própria sobre o objeto, tratando-o de maneira mais rigorosa.

Na nossa tratativa sobre a Revolução, peça central do trabalho, pretendemos debater diversos elementos comumente deixados à margem da pesquisa sobre o objeto. A perspectiva dos elementos psico-sociais de agitação política, descontentamento com o regime, produção e utilização de mitos e utopias, se apresenta como central (GEE, 2014; . Não sigo a percepção da Escola Behaviorista ou da Psicologia Social de que os elementos psicológicos coletivos seriam determinantes nestes processos, como em Gurr (2016). Apontamos, no entanto, a necessidade da politização do debate sobre aspectos políticos, em especial o da Revolução.

Trabalhos de tradição weberiana tendem a buscar análises despolitizantes como meio de supostamente manter a objetividade e o rigor científico. Aqui, também, apresentam-se os trabalhos de Arendt (1998; 2011) que, na minha avaliação, homogeneizam processos bastante distintos a partir da abstração sobre a violência política.

Na percepção aqui apresentada este processo deixa de lado elementos cruciais, em especial ligados à questão dos próprios movimentos políticos, quer se goste deles ou não, e que empobrecem a apreensão dos fenômenos. Este trabalho apresenta o reconhecimento do autor enquanto sujeito-observador parte da história, engajado nesta, a partir de uma visão de mundo particular e ativamente pertencente aos movimentos políticos. A exposição transparente dos lados envolvidos é central e enriquece a análise ao não se mascarar sob pretensa imparcialidade (FERNANDES, 2012).

Há, também, uma tradição historiográfica de narrar os processos históricos como sequências de eventos em um dado intervalo temporal definido. Estes eventos adquirem uma data de início, a partir de um evento determinado, e uma data de fim, com outro evento. No

⁶ Apresentando também em Lawson (2011).

que tange a este trabalho ressalta-se a tomada do palácio de inverno, no dia 25 de outubro⁷ como estopim da revolução de outubro, e junho de 1923 como data final pela derrota do último reduto do “exército branco” no extremo oriente russo.

Este tipo de análise impede a adequada apreensão dos processos sociais na sua complexidade. Os eventos prévios a estes períodos certamente determinaram-nos, da mesma maneira que estes irão determinar os futuros. A relação não é apenas sequencial, mas causal, interconectada. Não é possível reconstruir a realidade histórica como um quebra-cabeças de eventos isolados construídos sequencialmente. As relações entre os eventos e a estrutura social em que ocorrem importa, assim como a sua interligação (NETTO, 2011).

Apresentamos neste trabalho, à luz da tradição marxista, a necessidade de se compreender o fenômeno revolucionário como um processo longo e, de certa maneira, contínuo. A abordagem adensa-se na discussão dos autores trabalhados no capítulo 3, mas aproximo-me da visão de Halliday (1999) que apresenta a revolução como uma multiplicidade de sentidos, eventos, processos que se constituem e reconstituem em sua interligação e que estruturam as relações sociais dos níveis mais simples até as relações internacionais. O processo, longe de se encerrar no início do século XX, perdurará por toda a existência da URSS, e posteriormente.

No capítulo 4 analiso o processo revolucionário russo e apresento em que medida a Revolução foi contexto, estrutura e como esta produziu um tipo novo de Estado, com uma doutrina política e uma organização social nunca antes vistos. O Estado foi desmantelado e o Estado socialista foi construído sobre novas bases sociais, ontológicas e epistemológicas, produzindo um tipo de sociedade bastante distinto dos países capitalistas. A Contrarrevolução, também, foi produto da própria revolução e condicionou a pressão internacional que forçou determinadas tomadas de decisão durante o período analisado.

Entender o papel da Revolução e Contrarrevolução tiveram no desenvolvimento da revolução russa e na constituição do Estado soviético nos auxilia a entender os mecanismos e limitações que o capitalismo possui para resolver suas crises periódicas, bem como para manter e reproduzir a ordem hegemônica, tanto em nível doméstico quanto internacional. Esta é a contribuição deste trabalho para o aprofundamento das agendas de pesquisa na área.

⁷ No calendário Juliano, usado no Império Russo à época. No calendário Gregoriano, usado no ocidente, o dia era 7 de novembro.

2. O ESTADO - MANUTENÇÃO DA ORDEM E DISPUTA DE CLASSE

Apesar de ser conceito central nas análises de poder e da política, o Estado é, frequentemente, um termo utilizado sem grandes definições. Muitas vezes é tido como dado pelas ciências sociais, em especial na Ciência Política (CARNOY, 1984). Para grande parte das teorias tradicionais⁸ ele é invocado como configuração, em maior ou menor grau, de uma vontade coletiva, acima das vontades particulares. Seja nas teorias chamadas contratualistas, seja na teoria weberiana e até mesmo em algumas abordagens marxistas, foca-se no Estado como aparelho público, burocratizado, voltado a dirimir conflitos sociais e promover coesão social num determinado território.

A definição padrão, como nos apresenta Leonardo Granato:

remete às ideias de uma totalidade nacional-territorial (o país ou a formação social como um todo) ou de um conjunto de instituições com funções de caráter universal, que perseguem ou representam o bem comum. Trata-se, evidentemente, de abordagens puramente formais, pois essas pouco dizem sobre a natureza sócio-histórica desse Estado, sobre a sua função e sobre as dinâmicas e interesses, nos planos interno e externo, que o perpassam (GRANATO, 2021, p. 17).

A apresentação do mesmo de maneira instrumentalista, isto é, como instrumento de um determinado grupo, seja ele as classes dominantes, a burocracia do Estado, ou a entidade metafísica da “vontade coletiva e do bem comum”, simplifica a análise e mascara as estruturas que são responsáveis pela sua sustentação.

Não pretendo apresentar de maneira exaustiva as definições e debates gerais sobre o Estado na visão tradicional. Utilizo os trabalhos de Carnoy (1984) e Granato (2021) para tal. Mas apresento a problematização de eixos centrais das análises sobre o Estado e sua ligação com o objeto deste trabalho.

É interessante pensarmos o Estado, não pela ótica jurídico-legal, como apresenta-se a partir do *mainstream*, e sim sob uma ótica funcional do seu papel na sociedade. Este artifício, explicado de maneira mais detalhada em Gramsci (2007; 2018), permite-nos romper as segmentações arbitrárias constituídas pela ideologia burguesa-idealista, que separa a estrutura “pública” chamando-a de Estado, da estrutura privada, chamando-a de “sociedade civil”. A partir da funcionalidade de diversas dessas estruturas como instrumentos de classe podemos compreender como o Estado de fato se constitui transbordando seus limites e marcos legais e jurídicos, bem como o setor “privado” atua no aparelho público.

⁸ Ver seção introdutória deste trabalho para uma listagem de exemplos.

2.1. O Estado Coercitivo

Elemento quase universal nas análises referentes ao Estado, independente da matriz ideológica, é sua concepção enquanto aparelho repressivo-coercitivo, a entidade política que detém o monopólio legítimo do uso da força (WEBER, 1964). Esta visão apresenta uma série de elementos necessários para sua efetivação. Em suma, deve haver um corpo repressivo (polícia, exército, prisões, aparelho judiciário) relativamente homogêneo, do ponto de vista de responder a uma autoridade política comum baseada nas leis, normas, estatutos, regramentos, reconhecido pela população de um território delimitado, ou ao menos pela maioria desta, e que tenha capacidade de por meio da coação ou ameaça desta, manter a ordem vigente (esta em seu sentido amplo contendo a ordem moral, social, política, econômica) (HUNTINGTON, 1973).

É evidente que tal visão é tida como de tipo ideal. Apesar da maioria dos autores que seguem esta tradição não apresentarem, normalmente, ressalvas suficientes, há extensa bibliografia trabalhando os problemas, deficiências e limitações deste aparelho coercitivo de se efetivar (GURR, 2016). No entanto, podemos avançar ainda mais nesta perspectiva, e apresentar que na maior parte do tempo, na maioria das formações sociais históricas, e em especial desde a revolução industrial, este aparelho coercitivo não é apenas a menor parte da manutenção da ordem, mas também é cotidianamente violado. No mundo contemporâneo não faltam exemplos de territórios inteiros onde a presença coercitiva do Estado é meramente momentânea, quando existente. Os elementos de estabilidade do Estado encontram-se, também, em elementos não coercitivos. Trato destes nas seções subsequentes.

Seguindo a ideia de Lênin (1917), a divisão do trabalho faz o Estado construir aparelhos burocráticos especializados na violência repressiva. Aparelhos estes que são grupos diminutos, especializados, com capacitação técnico-profissional, e que, reprimem poderes dissidentes através do uso intensivo e concentrado da força. A subjugação, no campo macro da análise, é exercida por um grupo minoritário político, organizado, contra uma maioria desorganizada da população. No campo micro, frequentemente utiliza-se a maioria momentânea, isto é, um grande contingente policial por exemplo, contra um protesto de moradores, ou de jovens estudantes. Outro exemplo disto é a mobilização policial contra organizações clandestinas revolucionárias que, apesar de contarem em alguns casos com simpatia de vastas parcelas da população, foram frequentemente sufocadas pela polícia através da prisão e execução de lideranças em operações localizadas (MAYER, 1971).

Esta perspectiva de um aparelho especializado repressivo, no entanto, provoca que a maior parte da sociedade não seja vigiada por este mesmo aparelho a todo momento. Disto deriva a necessidade do Estado produzir ou usar-se de outros poderes, como os ideológico-culturais apresentados por Gramsci e Althusser, a serem debatidos na próxima subseção. Mas também, produzem-se poderes contestadores, sejam estes paramilitares, como foi o caso da maior parte dos movimentos revolucionários, sobreviventes da repressão do Estado, sejam ideológico-culturais como sindicatos, movimentos sociais e políticos (KONDER, 2020; COSTA, 2020).

Nesta perspectiva, o Estado controla permanentemente apenas uma pequena fração do seu território e da sua população pelo uso da força. Sendo a maioria destes mantidos através de outros mecanismos. A constante presença de outros poderes coercitivos dentro do território do Estado não legitimados por este demonstra a limitação desta visão instrumentalista e reducionista do seu papel.

Pode-se argumentar, como é o caso da tradição weberiana, de que estes outros poderes coercitivos não detém o monopólio legal ou legítimo da força. Haveria então um poder legítimo e uma série de poderes disputantes ilegítimos que necessitam ser reprimidos para o bom funcionamento da sociedade. Esta perspectiva, por mais científica que se apresente, redundando em um princípio metafísico que confere à autoridade sua suposta legitimidade. Esta legitimidade adviria de três fatores: Tradição, Carisma ou Legalidade (Racionalidade de cumprir a Lei) (WEBER, 1964; GREENE, 2017).

Esta legitimidade, no entanto, apresenta-se muito mais sob uma perspectiva negativa, isto é, a não ação da população para derrubar a ordem vigente, do que uma legitimação ativa desta ordem. A autoridade é legitimada pela omissão. O que por sua vez parece apresentar que a sua atuação, via de regra, também é limitada. O modelo de Estado liberal preconizado pela burguesia parece se enquadrar nesta perspectiva, agindo em supostas situações estritamente necessárias, em especial no que tange à proteção da propriedade (CARNOY, 1984)..

O Estado torna-se, então, uma autoridade que se apresenta como única legitimamente apenas em uma porção ínfima da vida dos cidadãos nos territórios, ou seja, ele não é, na maior parte do tempo, uma entidade com poder coercitivo concreto, apenas potencial, e muitas vezes limitado. Basta haver um poder paralelo consistente para dirimir a base fundacional do argumento do Estado Coercitivo como monopolista do uso legítimo da força. Greene (2017) defende Weber nesta perspectiva ao apresentar a crítica do autor aos modelos de domínio pela crueldade e tirania, sendo o primeiro baseado na violência ilícita do Estado ou atores referendados por ele, e o segundo relacionado “à violência voltada a aumentar o poder dos

governantes” (p. 303). Esta argumentação desloca a questão central sobre a legitimidade para cumprir ou não os critérios morais que a teoria weberiana aponta, mas que na prática não permite compreender a efetividade do poder político em manter a ordem em múltiplas, senão a maior parte das formações sócio-históricas.

Ao utilizar-se esta visão crítica das severas limitações do aparelho coercitivo, restariam poucos exemplos concretos de Estados, dado que em todas as sociedades até o presente momento a contestação tácita ou explícita do poder do Estado ocorreu de maneira consistente. Sejam nos movimentos paramilitares, guerrilheiros, seja nos grupos particulares indissociáveis do capitalismo, como os mercados ilegais e os crimes endêmicos do sistema.

Também é possível apresentar que mais importante do que a execução da coercitividade, é a sua mera possibilidade como meio dissuasor. É evidente que a mera existência de grupos especializados em reprimir dissidências sociais provoque o enquadramento de parcelas consideráveis da população dentro dos marcos tidos como moralmente corretos do ponto de vista do Estado. É de difícil mensuração prática a real dimensão que o medo possui na manutenção da ordem (HUNTINGTON, 1973).

Podemos definir logicamente que o medo tem papel mais importante conforme alguns aspectos: (i) devido ao aumento dos custos para sair das normas tidas como adequadas, ou seja, a pena repressiva para estes desvios; (ii) a percepção da população sobre a capacidade do aparelho repressivo em implementar as penas; (iii) a intensidade da repressão na política de dominação; e (iv) as vantagens dos atores em romperem com as normas estabelecidas por quaisquer critérios que pensem adequados.

Quanto mais profundas forem as contradições em uma dada sociedade, contradições econômicas, sociais, políticas, de classe, mais tentador é para que as classes (ou lideranças destas) excluídas levantem-se contra a ordem vigente (HUNTINGTON, 1973). Percebe-se, também, que uma larga medida da eficácia ou do papel do medo da coerção em manter a ordem é ligado a áreas exteriores ao seu campo de atuação. O papel da ideologia é central na percepção dos agentes sobre a realidade social, em como percebem a repressão, quais caminhos alternativos são apresentados como realistas e na própria elaboração e implementação da política de dominação, seja pela burocracia, seja pelas elites políticas (COSTA, 2020). Aqui a separação entre o coercitivo e o ideológico passam a se sobreporem em uma série de questões. Poulantzas (2014; 2019b) e Althusser (1970) já trabalharam com esta ideia de que os aparelhos são imbuídos tanto de um perfil e poder coercitivo quanto ideológico.

Nesta perspectiva, grande parte do papel da coerção do Estado deriva também da sua capacidade de manter uma hegemonia, como apresentada nos termos gramscianos, na sociedade. O Estado cuja definição se dá através, majoritariamente ou exclusivamente, da sua capacidade coercitiva perde grande parte da sua capacidade explicativa e definidora.

A ambiguidade e a multiplicidade de configurações que o Estado toma para cumprir com as suas funções de coerção são centrais no entendimento da sua concepção. É evidente que os aparelhos coercitivos foram os mais diversos ao longo da história. Hoje apresentam-se de maneira muito mais acentuada na periferia do sistema capitalista, e em menor grau no seu centro (AMIN, 2020; MAYER, 1971).

A pergunta no trabalho de Poulantzas (2019a) sobre o processo formativo do Estado de tipo Fascista e o que levaria às diferentes manifestações e formações sociais específicas que os Estados nacionais tomaram ao longo da história nos auxilia a compreender diversos aspectos ligados ao papel do Estado na reprodução da ordem capitalista. Entender os condicionantes que permitiram à extrema versão do Estado Coercitivo nos permite debater o seu papel na manutenção da ordem hegemônica de uma classe, fração de classe e bloco no poder em uma dada sociedade.

O autor grego apresenta o que seriam três variações de Estado de exceção capitalista ou regimes políticos: o Bonapartismo, as Ditaduras Militares, o Facismo. É interessante o ponto de partida ligado à obra *18 Brumário de Luís Bonaparte* (MARX, 2011). Marx já trabalhava com a concepção de que o reino do político, muito embora estivesse ligado em uma estrutura e contextos materiais/econômicos, pudesse adquirir dinâmicas particulares, relativamente autônomas.

O Estado Bonapartista, constituído em meio à crise política francesa, armado pela burguesia contra o proletariado e contra ela mesma, demonstra a flexibilidade da teoria marxista em enquadrar os fenômenos sociais. O aparelho do Estado assume forma própria, a máquina da burocracia apoia a tomada de poder de Luís Bonaparte sem uma classe definida por trás. Muito embora Marx (2011) apresente o Estado como balcão de negócios da burguesia, e enquanto um Estado de classe, demonstra nesta obra que a sua avaliação não se resume a isto. Alicerçado no controle do exército e com apoio da pequena-burguesia e do lumpemproletariado, então constituídos como grupo difuso, não organizado em classe ainda, Bonaparte coloca-se acima das classes, como unificador da vontade geral abstrata e difusa. O golpe acontece primeiramente contra o proletariado, evidentemente. O Estado armado pelo parlamento burguês para dizimar o poder organizado do proletariado, paralisado na luta

interna da Montanha⁹, se volta posteriormente contra o próprio parlamento. Sem a organização popular, única medida cabível para tentar contrapor o poder de Bonaparte, a burguesia é devorada pelo Estado que ela mesma constituiu.

Marx vai além e contrapõe a versão onde a maioria dos autores tratava como uma derrota fragorosa da democracia, da burguesia e do proletariado. Não se limitando à análise momentânea, propõe que na verdade os interesses do capitalismo francês, incluindo das diferentes frações burguesas, tem no golpe de Bonaparte uma saída para sua crise econômica. A crise política resulta em um golpe contra a classe burguesa, mas permite a esta se manter enquanto classe dominante na sociedade, independente da sua vontade expressa no parlamento. O choque do golpe, também produz a semente do que viria a ser o processo revolucionário que culmina na Comuna de Paris, em 1871. Ao destruir com os instrumentos paralisados do proletariado, isto é, a Montanha, provocou a reorganização do proletariado enquanto classe.

A complexidade desta avaliação demonstra a engenhosidade de Marx e da teoria por ele proposta em avaliar os movimentos concretos na sociedade. Escrito à época do processo, já percebia movimentos de maior duração na reorganização social na França. Daí a importância de se reconhecer as diferentes temporalidades dos processos (BRAUDEL, 1984).

O Bonapartismo, como forma de Estado, reside na aparente sobreposição do Estado acima das classes sociais, ao menos no parlamento. Esta forma específica, como nos apresenta Marx “professava unir todas as classes reavivando para todos a quimera da glória nacional. na realidade, ele era a única forma de governo possível em um momento em que a burguesia já havia perdido e a classe operária ainda não havia adquirido a capacidade de governar a nação” (MARX, 2011, p. 56).

Esta forma se coloca a partir de um cenário de “equilíbrio entre as forças”, em especial as duas classes preponderantes (POULANTZAS, 2019), ou seja, um equilíbrio entre burguesia e proletariado. Esse “equilíbrio” assume contornos diferentes dependendo dos autores utilizados. Para Lenin e Mao, “o uso do termo equilíbrio é diferente, designando situações de ‘relativa estabilização’ da relação de forças entre duas forças que são, apesar disto, 'desiguais'” (POULANTZAS, 2019, p. 77).

Poulantzas (2019) ainda argumenta que na verdade não há equilíbrio de forças, ao menos não no Estado de tipo Fascista. Este ascendeu em períodos de crise política onde a esquerda, os comunistas, os organizadores das classes populares que questionam a ordem do sistema capitalista, já haviam sido derrotados, como nos casos da Itália e da Alemanha. Esta

⁹ Partido político que congregava operários, e média e pequena burguesia.

perspectiva, na minha visão, é a mais adequada, em especial no que concerne a este trabalho. Ao produzir um processo repressivo à classe operária organizada, a burguesia corrói a base de sustentação da forma política assumida pelos Estados-Nação modernos, em especial as democracias liberais. A alternativa política de mobilização social de massas ao comunismo apresentada pelo capitalismo no século XX na Europa foi o Nazi-Fascismo, a extremação do Estado Coercitivo (ECO,2018).

Esta afirmação importa na medida em que foram as duas alternativas políticas postas à crise capitalista do início do Século XX na Europa. A supressão da alternativa comunista foi organizada através da unidade dos partidos burgueses, muitas vezes em conjunto com movimentos sociais-democratas e reformistas¹⁰, como no caso alemão e italiano (POULANTZAS, 2019a).

Trotsky (1944; 1971) analisa a evolução do movimento fascista e a resposta comunista a tal, mesmo no exílio. O fascismo assemelha-se (ainda que o autor faça ressalvas) com o Bonapartismo e o Cesarismo. Duas características de sua análise são importantes de serem destacadas pois são compartilhadas em larga medida pela COMINTERN no mesmo período, apesar da suposta divergência drástica de opiniões entre ambos¹¹: a primeira é a de que o fascismo é uma etapa de contra-ofensiva da burguesia, quase que natural no desenvolvimento capitalista. Esta etapa seria uma guerra civil aberta contra o proletariado. O segundo é de que o fascismo estrutura-se como processo e mecanismo da burguesia mobilizar a pequena-burguesia e a classe média contra o proletariado, típico de uma fase do capitalismo em que esta burguesia está em processo de declínio. A configuração do conflito, também, apresenta-se como uma fase de relativa estabilidade de força entre a burguesia e o proletariado, tal qual o bonapartismo:

A principal característica da fisionomia política alemã é produzida pelo fato de que o fascismo conseguiu mobilizar a classe média contra os trabalhadores. Dois poderosos campos estão travados em um conflito irreconciliável. Nenhum dos lados pode ganhar por meios parlamentares. Nem aceitaria de bom grado uma decisão desfavorável para si. Tal divisão na sociedade prenuncia uma guerra civil. A ameaça de guerra civil cria na classe dominante a necessidade de um árbitro e comandante, um César. Isso é precisamente a função do bonapartismo (TROTSKY, 1971; p. 268).

Thalheimer (1930) parece, em larga medida, concordar com esta avaliação. Apresenta uma concepção de que o fascismo é um tipo específico de dominação burguesa do aparato público com a funcionalidade de reprimir uma ofensiva da classe operária contra uma

¹⁰ Cabe destacar que o processo de rachas partidários que seguiram à 1ª Guerra Mundial, como a criação do Partido Comunista Alemão (1918) e do Partido Comunista Italiano (1921) ainda era incipiente, com elementos revolucionários ainda presentes nos partidos Socialistas e Sociais democratas, seja diretamente ou participando de coalizões eleitorais, como no caso da eleição italiana de 1921 (TROTSKY, 1944).

¹¹ Ver Trotsky (1972a; 1972b).

burguesia decadente. Vemos que, do contrário, o fascismo não encontra terreno fértil em sociedades onde o movimento operário encontra-se frágil, e onde há uma dominação efetiva e consolidada da burguesia:

Pelo que já foi dito, fica claro por que a ditadura aberta da burguesia não foi introduzida na Inglaterra depois de 1848-49. A Inglaterra era muito forte, tanto social quanto politicamente. A mobilização cartista de 1848 foi apenas um episódio insignificante, que demonstrou a impotência da classe trabalhadora britânica para abalar seriamente a sociedade burguesa. Foi também por isso que – para chegar ao presente – a Alemanha em 1923 viu a vitória não do fascismo, que desmoronou pateticamente no primeiro teste, mas da grande burguesia, que reforçou sua dominação política direta na forma da república parlamentar-burguesa. É também por isso que não existe hoje uma forma fascista de poder estatal nos EUA, na Inglaterra ou na França (THALHEIMER, 1930, online).

Cabe também elencar um ponto interessante trazido por Amariglio, Callari e Cullenberg (1989) sobre um suposto funcionalismo das análises dos autores do Marxismo Analítico, mas que parece contemplar também a análise do fascismo tanto de Trotsky quanto de Thalheimer. A forma de dominação Fascista parece ser adequada a uma determinada conjuntura com função de restabelecer a ordem capitalista burguesa, mesmo que, como tenhamos visto desde Marx acima, signifique a destruição do poder político burguês no parlamento ou no governo propriamente dito. A análise parece iniciar pelo seu fim, buscando entender a função do fascismo no seu tempo histórico e não pelos elementos que parecem constituí-lo desde seu princípio.

Resgato aqui a análise de Poulantzas (2019a) sobre a visão de Trotsky e de Thalheimer sobre a ascensão fascista. Como comentamos acima, o fascismo surge em um processo em que a esquerda já fora derrotada, não em uma etapa de relativa estabilidade ou de ofensiva proletária. Thalheimer parece acreditar que há uma estabilidade na correlação de forças e uma ameaça concreta posta sobre a ordem burguesa pelo proletariado. Trotsky levanta ressalvas, apresentando um quadro mais complexo onde a esquerda, no mínimo, já encontrava-se na defensiva, quando não já severamente debilitada na disputa social com a burguesia e com os movimentos fascistas. Tendo, assim como Poulantzas, a me aproximar mais da perspectiva de Trotsky neste sentido, no plano teórico ao menos.

Poulantzas elenca elementos críticos às análises de Trotsky sobre movimentos reais na política de diversos países, incluindo a própria Alemanha e Itália, França e Polônia, os quais, quando muito, poderiam ser caracterizados como pseudo-bonapartistas. Trotsky confunde o que Poulantzas chama de uma crise social, com uma crise política. A crise em Trotsky tem um caráter mais superficial, um recuo da classe trabalhadora em conflito com a classe burguesa e seus aliados. A crise é política, o fundamento da sociedade segue inalterado, isto é, há a

manutenção da ideologia liberal pró-capitalista, mas dado um suposto equilíbrio de forças, a burguesia recruta o fascismo para derrotar a classe trabalhadora.

Esta perspectiva, na visão de Poulantzas, é rasa na medida em que a crise dos anos 20 e 30 que permite a ascensão do fascismo, na visão do autor, é muito mais profunda e abrangente. É uma crise social pois congrega uma crise política (ligada à incapacidade das repúblicas liberais em responder à crise econômica e social), uma crise econômica (derivada do pós-guerra), uma crise ideológica (pois a burguesia já não encontra nos partidos o parlamento uma correspondência ideológica com seus anseios de reverter a crise econômica, e social na medida em que há um descolamento da classe dirigente do seu grupo político tradicional, e a massa sofre com as consequências da crise).

Na mesma esteira, o fascismo não é um movimento paramilitar de enfrentamento aos proletários e comunistas, como muitas vezes é retratado em Gramsci (2018) e pelo Partido Comunista Italiano. Clara Zetkin já havia prenunciado em 1923 ao tratar a questão:

entre o desenvolvimento do fascismo e a traição da direção reformista – covardes que abandonaram os trabalhadores durante a luta. Aqui, a fraqueza do Partido Comunista também cumpriu um papel. Para além de sua fraqueza numérica, o partido certamente cometeu também um erro político ao encarar o fascismo somente como um fenômeno militar enquanto ignorava seus aspectos ideológico e político. Não esqueçamos que, antes de abater o proletariado por meio de atos de terror, o fascismo italiano já tinha assegurado uma vitória ideológica e política sobre o movimento dos trabalhadores que se encontra nas raízes de seu triunfo. Seria muito perigoso equivocar-se frente à importância de superar o fascismo ideológica e politicamente (ZETKIN, 1923a).

Temos que superar o fascismo não apenas militarmente, mas também política e ideologicamente. Os reformistas até hoje consideram o fascismo como nada mais que uma violência nua, a reação contra a violência iniciada pelo proletariado. Para os reformistas, a Revolução Russa equivale à Mãe Eva mordendo a maçã no Jardim do Éden. Os reformistas rastreiam o fascismo de volta à Revolução Russa e suas consequências. Nada além disso foi afirmado por Otto Bauer no Congresso da Unidade em Hamburgo, quando declarou que uma grande parte da culpa pelo fascismo recaí sobre os comunistas, que enfraqueceram a força do proletariado por divisões contínuas. Ao dizer isso, ele ignorou inteiramente o fato de que os [Social-Democratas] Independentes alemães haviam se separado muito antes que este “exemplo desmoralizante” fosse dado pela Revolução Russa (ZETKIN, 1923b).

A visão de Zetkin já nos aponta para um cenário importante, cuja análise é completada por Poulantzas: o fascismo surge de uma crise social profunda, não meramente econômica ou política. É uma crise produzida não apenas num antagonismo Burguesia-Proletariado, mas uma crise profunda também no seio do *bloco no poder*. Este:

Isto [o aprofundamento das contradições internas entre as classes dominantes e as frações de classe) só pode ser entendido com base na correta concepção de que a aliança de classes e frações de classe em relação à dominação política. Em uma formação social composta de diversas classes sociais, e em particular numa

formação social capitalista, onde a classe burguesa está constitutivamente dividida em diferentes frações de classe, nenhuma classe sozinha ou fração ocupa o campo da dominação política. Existe uma aliança específica entre diversas classes e frações, que eu defini como “*bloco no poder*”. Então, as contradições das classes dominantes e frações de classe frequentemente têm importância suficiente para determinar as formas de Estado e regime (POULANTZAS, 2019, p. 86).

A crise política entre as próprias frações de classe burguesa minam sua capacidade de estabelecer uma ordem estável no desenvolvimento capitalista. Aqui resta uma diferença crucial para com o tipo Bonapartista de solução. Apesar da abdicação da burguesia do poder político em troca da sobrevivência e do seu papel no sistema capitalista, a crise tem uma esfera reduzida em relação ao processo que culmina no fascismo. A crise fascista é mais dura, violenta, profunda e abrangente. Há uma disputa política e ideológica do todo da sociedade, em especial a mobilização do proletariado contra a burguesia e contra o socialismo (POULANTZAS, 2019).

Nesta perspectiva o componente ideológico, tratado na seção subsequente, adquire um papel fundamental de cooptação e mobilização popular pelos grupos de extrema direita. Nesta subseção vemos que os tipos de formas que o Estado adquire, em especial dentro do capitalismo, é bastante complexa e diversa. A análise das formas Bonapartista, Cesarista, e Nazi-Fascista nos permite compreender nuances, como as elencadas acima, do papel que o Estado adquire nas formações sócio-históricas específicas e sua relação tanto no processo de estruturação da economia, e no capitalismo da exploração econômica da burguesia, quanto no processo de organização sócio-cultural política.

As formas específicas que o Estado e seu aparelho coercitivo adquirem dependem de diversos fatores. A provocação que Poulantzas (2019b) nos apresenta sobre as diversas formações possíveis traz uma concepção de Estado mais flexível e que explicitamente rejeita um suposto¹² determinismo que outros autores marxistas pudessem ter.

O Estado e seus aparelhos apresentam-se como a condensação da luta de classes e são suscetíveis a reformulações, a favor e contra a classe trabalhadora, conforme desenvolve-se a história. Ou seja, mais do que um aparelho coercitivo constituído pela burguesia para a manutenção do sistema de exploração, o Estado está em disputa permanente e, conforme a correlação de forças entre as classes e frações de classe, os aparelhos podem modificar-se. É assim que o autor grego reconhece os avanços concedidos pela burguesia aos trabalhadores em matérias de direitos humanos, direitos políticos e direitos sociais ao longo dos últimos

¹² Ressalto aqui a questão do suposto pois na minha avaliação a crítica de que autores marxistas, em especial os cânones Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Trotsky, Stalin, entre outros, são deterministas é exagerada e não compreende o processo científico marxista da construção do conhecimento.

dois séculos. Os trabalhadores, efetivamente, conseguem, pela luta política — institucional e extrainstitucional — construir instrumentos alternativos à dominação capitalista dentro do Estado:

Resumindo, entender o Estado como condensação material de uma relação de forças significa entendê-lo como um *campo e um processo estratégicos*, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros (POULANTZAS, 2014, p. 157, tradução própria).

Este reconhecimento importa na medida em que ele coloca maior dinamismo na disputa política tanto do ponto de vista estratégico quanto do ponto de vista tático. Múltiplas disputas ocorrem em tempos históricos descompassados mas encadeados. Há lutas de curto, médio e longo prazo ocorrendo simultaneamente e que se afetam mutuamente. Importante destacar aqui a contribuição de Fernandes (2019) sobre a estruturação da própria luta de classes e o movimento que esta adquire em sociedades não centrais ou periféricas no capitalismo:

[...] o desenvolvimento capitalista desigual, associado e dependente, suprime da sociedade civil e do Estado várias premissas que, em outras situações, transmitem às classes trabalhadoras e a seus aliados orgânicos e ocasionais um poder real que se manifesta com maior rapidez e eficácia. [...] há constante quebra de vitalidade e flutuações do protesto sindical, do movimento operário e dos sem-terra. Estabelece-se um projeto oscilante, vantajoso ao capital, que enfraquece as reivindicações dos trabalhadores e redefine frequentemente sua condensação no tempo histórico e no espaço social. Esse é, contudo, o padrão irregular de formação e desenvolvimento da luta de classes sob o capitalismo da periferia (FERNANDES, 2019, p.80).

Fernandes (2019) está descrevendo o processo brasileiro no período da redemocratização pós-ditadura civil-militar, mas a sua reflexão, na minha avaliação, pode ser considerada mais abrangente. Os movimentos da luta de classes não são unilaterais, tampouco pré-determinados. Estes são dialéticos, dependentes da interação entre classes e suas frações, das estratégias políticas adotadas e da capacidade dos agentes históricos atuarem. Isto não significa, no entanto, que não hajam condições estruturantes das formações sócio-históricas. Aqui entra o debate da possibilidade de reforma do capitalismo ou a necessidade da revolução contra o mesmo.

Em seção própria trato do debate específico da Revolução, sua conceptualização e maneiras de identificá-la e analisá-la. Adianto aqui, no entanto, uma questão central referente ao dilema reforma, advogado pela Social-Democracia, em especial europeia, e a Revolução. Apesar de Poulantzas identificar no Estado a condensação da luta de classes através da disputa permanente dos seus aparelhos que constituem estruturas para a atuação política e

social, não compreendo que esta identificação seja diretamente ligada à possibilidade ou necessidade da reforma do capitalismo. Como nos apresenta Rosa Luxemburgo (1900):

É inexato e contrário à verdade histórica apresentar-se o trabalho de reforma como uma revolução diluída no tempo, e a revolução como uma reforma condensada. Uma revolução social e uma reforma legal não são elementos que se distingam pela sua duração, mas pelo seu conteúdo; todo o segredo das revoluções históricas, da conquista do poder político, reside precisamente na passagem de simples modificações quantitativas, numa nova qualidade ou, concretizando, na passagem de uma dada forma de sociedade a outra num período histórico (LUXEMBURGO, 1900).

A contradição fundamental de conteúdo entre a reforma e a revolução derivam da sua concepção como opções estratégicas na luta política, no caso dos marxistas voltada à ruptura com as formas de opressão social, econômica e política e para a construção de uma opção política diferente. Luxemburgo apresenta que as opções políticas serão revolucionárias ou reformistas não sob um ponto de vista idealista abstrato pré-determinado, mas na sua compreensão dentro do macroprocesso social revolucionário ou reformista. Aqui podemos utilizar como exemplo uma situação de greve de trabalhadores. Em si esta opção tática não é revolucionária ou reformista, mas o será dependendo das condições em que esta é construída dentro do macroprocesso e da estratégia política do grupo que a promove.

É importante reconhecer, no entanto, que estruturalmente existem tendências históricas nas funções que os aparelhos adquirem. O Estado capitalista tende, em última instância, a exercer uma função, direta ou indiretamente, de manutenção da ordem capitalista (OFFE, 1975). Este reconhecimento não contradiz a perspectiva anteriormente apresentada de que há espaço para disputa dentro da ordem capitalista para o progresso das condições de luta dos trabalhadores e de suas condições econômicas e sociais. Mas de fato reconhece que existe um limite para as concessões e avanços, qual seja, a manutenção do fundamento capitalista da produção de lucro, da exploração do trabalho e da divisão da sociedade em classes.

Esta concepção permite a manutenção da estrutura de pensamento marxista que reconhece na sociedade burguesa a estratificação em classes sociais distintas e antagônicas. Também reconhece os fundamentos de exploração e alienação acima apresentados, mas garantindo a flexibilidade para interpretar e analisar as mais diversas formações sócio-históricas e as formas distintas que o Estado e seus aparelhos assumem em cada uma.

Offe (1975) nos apresenta uma concepção interessante acerca do papel do Estado na reprodução do sistema capitalista. Partindo da visão de que o Estado é um instrumento burguês, questionou para que serviria este instrumento, chegando à conclusão de que foi e é, primariamente, um instrumento de acumulação de capital do capitalismo. O Estado capitalista

não é o capitalista, pois o processo de acumulação ocorre fora do Estado; ele precisa garantir a manutenção do sistema de acumulação, seja punindo elementos desviantes (criminosos por exemplo), seja promovendo com políticas públicas a acumulação; e por fim, ele é dependente do elemento exógeno a este, isto é, da acumulação de capital, construída pelos capitalistas sobre o conjunto da sociedade.

Esses três elementos, que o autor chama de exclusão (não ser capitalista), manutenção (do sistema capitalista) e dependência (da acumulação capitalista), auxiliam no processo de compreensão da função econômica que o Estado assume no capitalismo. Aponto, no entanto, que esta visão me parece gerar uma inflexão rumo a um certo determinismo econômico. Para o autor “O critério de definição será retirado da relação entre o Estado e o processo de acumulação. Central para a nossa definição são atributos não estruturais atribuídos ao setor da sociedade (Estado), mas na maneira como funcionalmente está relacionado com e dependente do processo de acumulação” (OFFE, 1975, P. 125).

Apesar de discordar na capacidade explicativa que esta análise tem de um ponto de vista mais totalizante do processo de constituição e manutenção do Estado, entendo que é útil para compreender algumas funções centrais que este assume no século XX. Além disso, nos permite construir uma lente prática de identificação de tensões sociais em determinados processos. Para o presente trabalho poderíamos, por exemplo, identificar que a constituição do sistema czarista se dá a partir de uma contradição entre a incapacidade do Estado centralizado construir um sistema autônomo de impostos, de recrutamento militar e uma burocracia central, ao passo que é central na manutenção da ordem social em um império tão vasto (ANDERSON, 1982). Ocorre uma exteriorização da função de manutenção da acumulação para um conjunto de agentes locais de maneira mais descentralizada. Este será um fator da incapacidade de competição militar que o império adquiriu quando da modernização da guerra no final do século XIX e início do século XX.

Na mesma medida, a desintegração deste sistema ocorreu quando os principais agentes do sistema político, econômico e social entenderam que o czar era um empecilho para a manutenção do Império Russo, incapaz de estabelecer um plano de defesa coeso e uma mobilização social para tal. No entanto, as diversas limitações desta análise não permitem, ao meu ver, apreender todos os processos, incluindo os subjetivos, para a constituição de uma situação revolucionária, como de fato ocorreu em 1917 (KEERAN; KENNY, 2008).

2.2. O Estado Hegemona

Ampliando o leque analítico Gramsci (2007; 2018) constrói a noção de que o Estado não se resume ao aparelho público, mas também a estruturas privadas de dominação. Em uma perspectiva que poderia ser apresentada como funcional, o Estado seria a teia de estruturas que é utilizada por uma classe para manter a ordem dominando as demais classes subalternas. A partir disto, não há diferença, senão meramente do formalismo burguês, nas estruturas que configuram esta dominação a partir da lógica público-privada. Escolas, igrejas, meios de comunicação, embora entidades muitas vezes privadas, são centrais na produção de uma hegemonia de um bloco no poder. Este bloco no poder é o bloco político de uma classe ou aliança de classes e frações de classe que dirige o processo político e social na sociedade através de uma hegemonia. A hegemonia é, por sua vez, o controle, direto e indireto, exercido por este bloco, de maneira coercitiva ou ideológica, sobre o conjunto da sociedade.

Gramsci (2007; 2018) apresenta uma proposição central para o avançar da teoria marxista do Estado: a perspectiva do consentimento das classes dominadas com a sua dominação. Esta ideia poderosa parece simples, mas complexifica a análise da estrutura social. Algumas perguntas centrais que norteiam o trabalho do autor nos auxiliam a organizar esta seção. i) Como a classe dominante organiza, através do Estado, um processo profundo de convencimento da massa da população?; ii) Qual o papel da Ideologia e da disputa ideológica na manutenção de uma hegemonia? iii) Como produzir uma contra hegemonia revolucionária a partir dos setores dominados da sociedade?

Entender a complexidade da profundidade que o Estado toma a partir da análise gramsciana não é tarefa simples. O conjunto de casamatas e fortes ideológicos da burguesia (como o autor se referia às instituições do Estado) é complexo e impacta uma série de frentes na vida cotidiana da população. A ideia também é apresentada e de certa forma sistematizada por Althusser (1970) que define-as como Aparelhos de Estado. O autor argelino-francês apresentou que, na mesma esteira de Gramsci, existem Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE) e Aparelhos Repressivos de Estado (ARE).

A construção destes aparelhos ideológicos que servem à manutenção da classe dominante permite ao sistema reproduzir-se sob uma ótica muito mais complexa, ambígua e sutil do que a teoria marxista até então apresentara. Em Gramsci os aparelhos detêm um desígnio mais centralizado, em torno de uma política do bloco no poder na manutenção da estrutura de dominação. Ela é, em linhas gerais, mais coerente e simples, em relação ao trabalho de Althusser.

O reconhecimento, por Althusser (1970), da possibilidade dos Aparelhos de Estado operarem independentes entre si permitiu reconhecer que o processo de construção de uma hegemonia é permeado de contradições. Isto ocorre não apenas pela relativa autonomia destes entre si, mas também pela sua relativa autonomia, enquanto Estado, das classes sociais. Para além disto, cada Aparelho de Estado tem um processo de constituição próprio, e é resultado do conflito permanente de classes:

A classe (ou aliança de classes) no poder não domina tão facilmente os AIEs como o aparelho (repressivo) do Estado; isto não só porque as antigas classes dominantes podem neles reter fortes posições por longo tempo, mas também porque a resistência das classes exploradas é capaz de achar meios e oportunidades para neles se expressar, quer pela utilização de suas contradições, quer pela conquista de posições de combate (ALTHUSSER, 1971, p.147, tradução própria).

Poulantzas (2014; 2019b) apresentou esta ideia de maneira diferente, mas avançando teoricamente ao apresentar o Estado, e seus aparelhos, como uma condensação da luta de classes. Isto é, cada norma, lei, portaria, instituição, ministério, regulação é fruto de um dado resultado na disputa política entre as classes sociais. O processo de disputa do Estado assume, nesta perspectiva, uma forma quase cotidiana, o que tem como resultado apresentar o Estado como não como uma entidade solidificada em si, mas um eterno campo de batalhas fluido entre as classes (POULANTZAS, 2019b).

O autor grego também inova ao trabalhar com as frações de classe enquanto tijolos que sedimentam alianças e blocos maiores. Os interesses da fração comercial da burguesia são distintos da fração industrial, mesmo que em última instância pertençam à mesma classe e tenham, em larga medida, os mesmos interesses de longo prazo. A ideia já estava presente em Marx, como podemos ver no *18 Brumário*, mas é com Poulantzas (2014) que ela se solidifica como um instrumental analítico da disputa de classes, das estratégias políticas e das mudanças sociais.

Quando pegamos a análise de Poulantzas (2019a) em *Fascism and Dictatorship: the third international and the problem of fascism*¹³, fica evidente o papel da análise de frações de classe na constituição de alianças ou blocos no poder. O autor trabalha com a ideia de que no processo de dominação política em formações sociais complexas não há possibilidade de uma classe dominar a política sozinha.

Isto [o aprofundamento das contradições internas entre as classes dominantes e as frações de classe] só pode ser entendido com base na correta concepção de que a aliança de classes e frações de classe em relação à dominação política. Em uma formação social composta de diversas classes sociais, e em particular numa formação social capitalista, onde a classe burguesa está constitutivamente dividida em diferentes frações de classe, nenhuma classe sozinha ou fração ocupa o campo da dominação política. Existe uma aliança específica entre diversas classes e frações,

¹³ Fascismo e Ditadura: A III internacional face ao fascismo, tradução própria.

que eu defini como “*bloco no poder*”. Então, as contradições das classes dominantes e frações de classe frequentemente têm importância suficiente para determinar as formas de Estado e regime (Poulantzas, 2019a, p. 86).

Este *bloco no poder* mantém a hegemonia através de um arranjo complexo, em que representação política e classe se reconheçam mutuamente. Em matéria de dominação, percebe-se que os instrumentos do Estado, ou aparelhos, são utilizados não de maneira direta, mas sim sob uma perspectiva de condicionamento estrutural. Perspectiva similar se dá na conformação própria que adquiriu o Estado Alemão e Italiano no início do século XX com o fascismo. Na sua obra, Poulantzas apresenta como este fenômeno não é resultado específico destes locais em um período histórico determinado, e sim um processo e um tipo de perfil que o Estado capitalista pode assumir em determinadas condições.

Ao mesmo tempo, o estabelecimento da hegemonia do grande capital revive as contradições dentro da aliança no poder. O Fascismo é obrigado a ser evasivo a este respeito, às vezes distanciando-se da fração hegemônica. Embora conduza políticas, em última instância, esmagadoramente em favor dos interesses de *longo prazo* desta classe, não é um agente sob suas ordens (POULANTZAS, 2019a, p. 100).

A ideia de condicionante estrutural de prazo mais alongado é útil para evitar a problemática que pode ser identificada em trabalhos iniciais do marxismo sobre a concepção de Estado-Instrumento. É evidente que não é mero conspiracionismo analisar o Estado capitalista como ferramenta de dominação burguesa, mas a simplificação deste em um instrumento a serviço da burguesia ao bel prazer, ou como mero balcão de negócios, como apresentou Marx e Engels (2011b), é insuficiente para compreender sua complexidade. Importante frisar, também, que a perspectiva do Estado como Instrumento¹⁴ despolitiza-o na medida em que remove o conflito de classes de dentro do Estado e reduz a margem para atuação institucional e intra-estatal.

Gramsci (2007; 2018), em sua avaliação do fracasso da revolução italiana, argumenta que a incorreta identificação do caráter do Estado levou a uma estratégia política insuficiente para disputar a sociedade italiana. Muito embora na Rússia, onde o autor argumenta que o Estado alicerçava-se sobre o poder coercitivo, primitivo e frágil da dominação pela violência, nas sociedades ocidentais do capitalismo mais avançado haviam estruturas ideológicas que fortalecem a manutenção do *status quo*. A disputa ideológica torna-se, então, central na construção da revolução no ocidente.

O reconhecimento da necessidade de disputar a consciência dentro das estruturas do Estado, ideológicas ou coercitivas, inclusive do governo, é fundamental na disputa social para construir uma hegemonia da classe trabalhadora. Isto não significa reconhecer a condição

¹⁴ Como já trabalhado anteriormente, esta argumentação não necessariamente reflete a visão final dos autores, nem é predominante, apesar de em certos escritos estar presente.

invocada pela II Internacional de buscar transformar a sociedade pelo reformismo. O reconhecimento é de que há margem de disputa e manobra também dentro das organizações do Estado, mesmo que estas operem, no médio e longo prazo, para a manutenção da ordem e a favor das classes dominantes (LUXEMBURGO, 1900).

Rosa Luxemburgo (1900) esteve no seio deste debate ao propor a revolução no país que estava no epicentro da II Internacional, a Alemanha. Em seus debates com os revolucionários russos, também teve uma postura democratizante do processo revolucionário. Se para os bolcheviques a tomada de assalto e a militarização/centralização da revolução foi o necessário para o seu sucesso (LENIN, 2011; 1917; TROTSKY, 1923; 1929; 2017), para Luxemburgo a disputa residia em um campo mais democrático, de disputa social e ideológica, ainda que fosse necessário tomar à força o poder, como o fizeram em 1918-1919 em partes da Alemanha.

O exercício de reimaginar a história é importante passo de compreensão de processos sócio-históricos, ainda que seja limitado do ponto de vista de apontar outros caminhos possíveis. A Revolução Espartaquista (1918-1919) tinha uma organização social e um volume de mobilização dos comunistas muito superior ao que os bolcheviques tiveram na eclosão da revolução de outubro. Centenas de milhares marcharam sobre Berlim em janeiro de 1919 sem que uma tomada efetiva do poder e a constituição de um governo dirigente do movimento revolucionário tivesse êxito. A organização comunista possuía elementos massificados em diversos estratos, volume excedendo à centenas de milhares, mas carecia de uma organização efetiva e de um núcleo dirigente decidido, tanto em Berlim, quanto em escala nacional (BROUÉ, 2005).

Em seus debates com os bolcheviques, Luxemburgo (1961) apontou no sentido de que a revolução russa caminhava para uma ditadura do proletariado antidemocrática e que se estagnaria no processo de reconstrução da sociedade, sendo ditada por burocratas ao invés de incluir as massas. O “[...] socialismo pela sua própria natureza não pode ser decretado ou introduzido por *Ukase*¹⁵. Tem como pré requisitos uma série de medidas de força - contra a propriedade, etc. Os negativos, destruir, derrubar, podem ser decretados; os construtivos, positivos, não podem.” (LUXEMBURGO, 1961, p. 70, tradução própria).

Aqui ressalto a ideia de que a construção de hegemonia no socialismo e no capitalismo são bastante distintas. Como vimos, o capitalismo constrói através de seus aparelhos de classe uma hegemonia dominante liderada, à serviço de, e atualizada por um bloco no poder. No socialismo a hegemonia é construída por um tipo de Estado distinto, que corporifica e é

¹⁵ Tipo de peça jurídica dos czares, equivalente ao decreto, nota própria.

corporificado pelo todo da sociedade. Conforme já nos apresentava Marx e Engels (2002), como os trabalhadores são a única classe que pode abolir o sistema de classes, constituindo uma sociedade de classe única, universal, são os únicos capazes de produzir um Estado que realmente corresponda ao que comumente é apresentado como vontade geral. No capitalismo o Estado é apresentado como vontade geral ao passo de que é apenas a vontade da burguesia. No socialismo/comunismo este é a vontade geral. Aqui a ditadura do proletariado, enquanto poder político derivado dos trabalhadores organizados na luta (LÊNIN, 1977) precisa, para cumprir suas funções, de um processo de massificação da participação política e da construção de uma hegemonia mais democrática no sentido de ser construída a partir, também, de baixo, dos espaços cotidianos da política e da sociabilização.

Não cabe detalhar ou comparar aqui o modelo soviético do alemão em profundidade¹⁶. Aponto, no entanto, que, paradoxalmente, os soviéticos lograram produzir uma hegemonia robusta e um novo tipo de Estado enquanto à revolução alemã fracassou neste sentido. Aqui me ateno às condições específicas de organização dos grupos dirigentes, bolcheviques e o Partido Comunista Alemão (KPD), respectivamente, como forças revolucionárias. Os primeiros, apesar de inicialmente vanguardistas se comparados com o KPD, conseguiram massificar-se e expandir-se em números, geograficamente e etnicamente, enquanto que o KPD não apenas foi vacilante nos momentos decisivos, mas perdeu o dinamismo e a vanguarda de diversos segmentos como os soldados, marinheiros e trabalhadores urbanos, em especial para o Partido Social Democrata (SPD). Por fim, ao contrário dos bolcheviques, não acreditava que o Estado poderia ou seria o elemento de conscientização e mudança hegemônica das massas (PRESTES, 2019).

O Estado, tanto coercitivo quanto hegemônico, tem papel central na criação e na manutenção da ordem social. Seja como instrumento de classe diretamente, seja como um aparelho com graus variados de autonomia, a máquina estatal no capitalismo adquiriu poderes relativamente autônomos que precisam ser compreendidos em suas formações sócio-históricas específicas. Cada local e tempo produziu um tipo distinto de arranjo social estatal com deficiências, objetivos e potencialidades distintos. O que une a compreensão deste tópico é o reconhecimento da totalidade do Estado como um aparelho específico constituído na modernidade como principal ferramenta de organização social e manutenção da ordem social.

Neste sentido, apropriar-se das funções e instrumentos do Estado, assim como destruir seus laços com os elementos burgueses ou mantenedores da ordem social vigente nas sociedades em que existem é tarefa central da revolução em qualquer localidade. Aqui,

¹⁶ Recomendo, para tal: Hobsbawm (2014); Broué (2005); Prestes (2019); Haffner (2018).

ressalto novamente, tratamos do Estado como formação específica do capitalismo, e não como conjunto juridicamente público de organizações e entidades jurídicas como comumente tratado. Veremos na seção 5 como esta constituição do Estado Russo se deu, e como os bolcheviques subverteram-la e transcenderam-la para produzir um novo tipo de organização.

3. A REVOLUÇÃO - ONTOLOGIAS, OPERACIONALIZAÇÃO E DELIMITAÇÃO TEÓRICA

O conceito de Revolução é talvez um dos que mais sofreu com o processo de popularização no seu uso. A falta de um campo de estudos mais definido sobre ele nas ciências humanas somada à disseminação popular do seu significado nos exige cuidado redobrado na sua definição neste trabalho. Abordarei nesta seção diversos dos debates, marxistas e de outras vertentes, sobre os elementos constituintes de uma Revolução, e, na seção seguinte, o seu desenvolvimento no caso concreto da Revolução Russa.

Alguns autores como Gurr (1968; 1970), Johnson (1966), C. Tilly, L. Tilly e R. Tilly (1975) não delimitam adequadamente o objeto que buscam trabalhar. Existe um componente apriorístico e auto evidente do tipo de processo e evento que se estaria trabalhando.

Cito o exemplo de C. Tilly, L. Tilly e R. Tilly:

A revolução começa quando o governo, anteriormente sob controle de uma única soberania política, se torna objeto de efetiva, competitiva, e mutuamente exclusiva disputa por parte de duas ou mais distintos agrupamentos; se encerra quando apenas uma soberania retoma controle sobre o governo (C. Tilly, L. Tilly e R. Tilly; 1975; p. 519, tradução própria).

Em outras palavras, a definição assume a revolução como uma violência política genérica e o questionamento do governo que controla o Estado. Isso descaracteriza os processos revolucionários, retirando-lhes seu caráter particular e específico enquanto processos de profunda transformação social. O alargamento do conceito torna-o sem significado explicativo e analítico.

A postura de reconhecer elementos supostamente objetivos e passíveis de generalização, marca do modelo ocidental *mainstream* de produção acadêmica, força enquadramentos teóricos em situações ou perspectivas incomparáveis. Não recuso o artifício da generalização ou da tentativa de comparação de fenômenos, desde que realizados com cuidado necessário e reconhecendo a totalidade, isto é, as múltiplas dimensões necessárias de análise para reconstituir um objeto por completo. Neste sentido, advogo que qualquer análise de processos políticos, em especial processos e fenômenos radicais e transformadores como são os processos revolucionários, precisam adequadamente endereçar a perspectiva política e social dos mesmos, reconhecendo o papel da ideologia dos atores em disputa.

Como vimos na seção 2, a hegemonia do Estado e seu processo histórico de formação são, também, centrais para analisar qualquer processo que culmine na sua dissolução e reformulação. Os elementos subjetivos da sociedade (como a agitação das massas, a

legitimidade das instituições, a hierarquização social) são, portanto, elementos importantes para se compreender o processo revolucionário.

Aponto ainda que a revolução destitui uma ordem vigente e constitui outra. Como veremos a seguir, há limitações neste processo. Mas a mudança social e da ordem da sociedade não é, em si, revolucionária. Há um componente moral e político importante que precisa ser compreendido e ser parte da análise para diferenciarmos processos bastante distintos entre si, suas semelhanças e diferenças.

3.1. A REVOLUÇÃO DESPOLITIZADA E AMORAL - SKOCPOL E HUNTINGTON

A abordagem de Skocpol (1994) é influenciada diretamente pela vertente Weberiana. Busca compreender os processos e estruturas que condicionam as revoluções. Descarta, no processo, o papel da ideologia, dos indivíduos e da ação política direta como variáveis centrais nas motivações de por que as revoluções ocorrem.

Buscou, na sua abordagem, remover o elemento politizado do debate. Abordo desta maneira pois compreendo que a política entendida a partir da ação dos indivíduos, permeada por estruturas ideológicas e disputas de narrativas é importante para a compreensão dos fenômenos aqui tratados. Não obstante, a abordagem de Skocpol busca identificar elementos estruturais bastante ligados à instituições que em seu seio renegam estas disputas ideológicas e políticas a um caráter, quando muito, secundário. Vemos isto em Skocpol (1994):

Em cada caso, a revolução social foi uma conjuntura de três desenvolvimentos: (1) o colapso ou incapacitação dos mecanismos administrativos e militares centrais; (2) rebeliões camponesas generalizadas; e (3) movimentos políticos da elite marginal. O que cada revolução social minimamente "realizou" foi a extrema racionalização e centralização das instituições do Estado, a remoção de uma classe alta tradicional proprietária de terras, a supervisão quase-política intermediária (regional e local) do campesinato e a eliminação ou diminuição do poder econômico de uma classe alta com terras (SKOCPOL, 1994, p. 133)

Apesar das minhas discordâncias com esta abordagem, que trago na sequência, o trabalho de Theda Skocpol produziu uma análise robusta de diversos processos e garantiu a ampliação do entendimento sobre os mecanismos que provocam revoluções, bem como o seu desenvolvimento. Início pela sua limitação de escopo, muito similar a de Huntington (1973), relacionado a interpretar as Revoluções Sociais. Esta delimitação por si enclausura um processo que por origem é transdisciplinar. Isso garante à análise de Skocpol um rigor supostamente científico e permite manipular diversas variáveis, fatores e processos para compreender os fenômenos por ela observados.

Como mencionado na citação acima, alguns fatores, bastante ligados à teoria da modernização, são centrais para a análise de Skocpol e de Huntington. Uma sociedade em rápido processo de modernização econômica e social, ligado ao progresso técnico e ao avançar da interconexão global dos povos, encontra contradições crescentes com um Estado, um governo e um conjunto de instituições que não conseguem se adaptar de maneira rápida o suficiente para dar conta das demandas desta sociedade. As massas marginalizadas encontram vozes alternativas, os revolucionários, que angariam apoio para a derrubada desta estrutura crescentemente atrasada. Esta derrubada é seguida por um conjunto de rápidas e abrangentes transformações nas instituições públicas. Produz-se um novo regime, um novo arranjo no Estado, e aqui é importante destacar que ao contrário da teoria marxista, o Estado é compreendido como uma figura Jurídico-Legal (HUNTINGTON, 1973).

Na definição do objeto, Huntington nos apresenta a seguinte proposição:

Revolução é uma mudança rápida, fundamental, e violenta, domesticamente, nos valores e mitos de uma sociedade, em suas instituições políticas, estrutura social, liderança e na atividade e políticas governamentais [...] Mais precisamente, revoluções são características da modernização (HUNTINGTON, 1973, p. 264).

Percebe-se que o sujeito da revolução não tem uma posição política delimitada. Pode ser um burguês, um comunista, um anarquista, inclusive um monarquista. Esta definição, encontra eco, mesmo que tácito, em grande parte das análises sobre o processo revolucionário (SKOCPOL, 1994). Ao abstrair para um conjunto de processos quase mecânicos, retira-se a essência da Revolução como processo progressista. Este progressismo relaciona-se, na minha visão, não necessariamente a posturas tidas na Ciência Política como de esquerda, mas sim com um sentido de progresso histórico. Esta perspectiva implica necessariamente uma moralização, reconhecendo o sentido positivo deste progresso em relação a algo. A proposição institucionalista justamente tenta retirar esse sentido para produzir um termo neutralizado de moral.

Na prática, a disputa da nomenclatura sobre determinados processos empíricos se dará **(i)** se as mudanças são rápidas, fundamentais e violentas; e **(ii)** se estas são modernizantes, ou relacionadas à modernização. Veja que Huntington argumenta que elas são características da modernização, mas que não necessariamente são modernizantes. Esta diferença, apesar de não explorada no trabalho do autor, me parece interessante quando abordamos exemplos empíricos. O primeiro deles é a ascensão nazi-fascista na Alemanha (1933) e na Itália(1922); o segundo é a Revolução Iraniana do Aiatolá Khomeini (1979)¹⁷.

¹⁷ Mais recentemente podemos ver este mesmo processo relacionado à Primavera Árabe, em especial na Síria. Diversos autores como Sahner (2021) Daher (2017), Ford (2020), Hussain (2016), tratam os elementos sírios, em sua maioria, como revolucionários, a despeito de muitos destes grupos como a Frente Al-Nusra serem

De antemão argumento que o nazi-fascismo, tanto do ponto de vista teórico quanto histórico não apenas não é revolucionário, mas é anti-revolucionário. O movimento, como apresentado na seção anterior, surge de um processo de embate direto com o movimento operário revolucionário, seja comunista ou socialista ou mesmo anarquista, como no caso espanhol. O apoio da burguesia contra a classe trabalhadora foi fundamental e central na ascensão fascista. O movimento se constituiu como contrarrevolução no início do século (POULANTZAS, 2019a).

O movimento nazi-fascista se desenvolveu sob bases profundamente antiliberais e antidemocráticas. Não obstante o apoio da burguesia, ao tomar o poder os nazi-fascistas romperam com a estrutura das democracias liberais-burguesas europeias e desenvolveram Estados fortemente interventores na vida social e econômica. Na arena política destruíram o sistema do *status quo* e produziram sistema políticos unipartidários e um bloco no poder mesclado entre a apropriação da máquina do Estado, o setor militar e setores da burguesia, inicialmente da mobilização da pequena burguesia para o golpe, e na sequência pela alta burguesia, para reprodução do regime (POULANTZAS, 2019a).

Aqui ressalto como a disputa do termo revolução se deu desde o princípio e como o elemento moralizante era e é importante no seu desenvolvimento histórico. Mussolini organiza, pela primeira vez seu partido com o nome de Partido Revolucionário Fascista (PRF)¹⁸. O partido surge a partir de dissidências do partido socialista que em seu princípio utilizam de ideias como a taxaço progressiva, o combate ao clero e as reformas de propriedade, em especial agrária, mas sem o compromisso com a destruição das classes e estamentos sociais. O programa do PRF buscava angariar, conforme Poulantzas (2019a) nos apresenta, o apoio da classe operária organizada sem ter como objetivo central a luta de classes que culminaria na destruição dos fundamentos e raízes que produzem a desigualdade e a sociedade de classes.

Este é o ponto central no entendimento de porque o movimento nazi-fascista não pode ser compreendido como revolucionário. Não é pela sua capacidade de mobilização social por fora das estruturas e instituições do Estado ou pela capacidade de absorção de atores excluídos pelo sistema político, como nos apresenta Skocpol (1994) e Huntington (1973). Também não é pela profundidade das transformações sociais, econômicas e de valores que estes engendram, que também são profundas. Cabe ressaltar que a crise ideológica cumpre,

profundamente reacionários, trazendo o fundamentalismo religioso identico ao Estado Islâmico para a disputa social na Síria.

¹⁸ Partito Fascista Rivoluzionario (PFR), em italiano.

para Poulantzas (2019a) um papel central na produção da via Fascista. Esta crise ideológica produziu-se em conjunto com uma crise econômica no pós-1ª Guerra Mundial e uma crise social, tanto pela formação de diversos novos Estados-Nação, quanto pelos cismas profundos gerados com a derrota na 1ª Guerra Mundial.

O nazi-fascismo surge como alternativa de salvação do modo de produção capitalista, dos valores nacionais e, em última instância, da estrutura das formações sócio-históricas. Não obstante, para superar as crises múltiplas simultâneas e sinérgicas que o produziram, o nazi-fascismo realizou profundas, rápidas e violentas transformações nas sociedades em que assumiu o controle do Estado. Não pretendo analisar aqui o profundo impacto que o nazi-fascismo teve nas sociedades europeias¹⁹, mas num espaço curto de tempo mudanças profundas e duradouras na vida social, política e cultural foram implementadas. Não argumento aqui apenas no sentido da mobilização massiva da população em torno de um projeto nacional específico, mas também o processo de formação e deformação ideológica implementados para produzir estes regimes. Nos lembra Konder (2009) que a burguesia operou diversos mecanismos para produzir o fascismo ideologicamente. Na minha avaliação, concordando com Poulantzas (2019a), esta operação não necessariamente foi orquestrada, mas em última instância operou em seu favor.

Estas mudanças, à luz da tese exposta por Huntington (1973) só podem ser interpretadas como um processo revolucionário. Foram profundas, violentas e abrangeram as mais diversas esferas da sociedade, inclusive ideologicamente. Neste sentido, a análise weberiana parece não ter condições metodológicas e epistemológicas sequer de diferenciar revolução e contrarrevolução, pois ambas operam através de mecanismos parecidos, senão idênticos. Se nossa análise fica restrita a estes mecanismos, estruturas ou instituições, então não é possível distinguir fenômenos que empiricamente são antagônicos, produzidos assim pelo embate histórico entre forças sociais distintas. É este cenário de imprecisão que classifico as teorias apresentadas por Huntington (1973) e Skocpol (1994).

Retorno ao ponto **(ii)**, sobre o processo de modernização das sociedades como objetivo da revolução. Seria necessário para conformar uma revolução um anacronismo entre as estruturas de Estado e o grau de desenvolvimento e modernização da sociedade. Poderia aqui argumentar a partir dos exemplos trazidos anteriormente do nazi-fascismo, oriundos de uma posição política não apenas conservadora como reacionária, e que portanto dificilmente produziriam um processo de modernização. Não obstante, utilizo aqui de exemplo a

¹⁹ Para tal indico, não exaustivamente, os trabalhos de Poulantzas (2019a); Visentini (2020); Gilbert (2002); Arendt (1998); Eco (2018); e Eley (2013).

Revolução Iraniana (1979) como ponto de argumentação. Justifico tal pelo seu caráter regressivo do ponto de vista político e cultural ocidental-liberal-burguês-moderno, e também pelo seu reconhecimento como Revolução ser bastante difundido na literatura, no meio acadêmico e no conhecimento geral.

O processo de modernização necessita da instituição de uma espécie de progressão histórica de um ponto menos desenvolvido/modernizado para outro mais desenvolvido/modernizado. O exemplo mais claro disto é a avaliação de Weber (1964) acerca do desenvolvimento do capitalismo como formação econômico-social que viria a suplantar as demais. Nos casos em que não ocorreram revoluções burguesas, isto é, na grande maioria dos países, as pressões sistêmicas, internas e externas, construídas através do progresso econômico levam a mudanças no arranjo político, social e cultural.

Quando avaliamos a revolução iraniana, aponto que, como Halliday (1987) não me parece que os elementos que tomaram o poder com Khomeini fossem revolucionários ou progressistas. Fundamentos tradicionalistas, em alguma medida reacionários, ligados às tradições religiosas, ontologicamente derivam o poder político do poder divino. Por definição este poder encontra limites do ponto de vista de ser ou não revolucionário. Halliday caracterizou o movimento como um “islã com um rosto fascista” (HALLIDAY, 1987, p. 36, tradução própria).

Não aponto na mesma linha rigorosamente por diversas diferenças entre os movimentos, em especial o tipo de núcleo duro ideológico que ambos produzem, mas do ponto de vista mais abrangente me parece uma caracterização possível. Se no início os rumos da “Revolução” foram de derrubar a antiga ordem social e estabelecer uma forma transcendente de ordem, mais ligada ao republicanismo, ao nacionalismo, reivindicando rupturas com a monarquia do Xá e com a liderança de ideais de grupos de esquerda e grupos liberais, no entanto, a ala de Khomeini saiu vitoriosa na disputa do movimento e tomou o poder. O novo governo destruiu as demais forças políticas do país e consolidou seu poder ao redor de um processo que poderia ser caracterizado como contrarrevolucionário por ter sido reacionário, mas que ao meu ver constituiu um tipo novo de processo social que necessita melhor caracterização (GREASON, 2005).

No Irã intenso debate foi travado pela esquerda, em especial o Tudeh, partido comunista, sobre o caráter progressista ou não do novo governo de Khomeini. O tema girava em torno da noção equivocada de anti-imperialismo que o Aiatolá propagava. Para uma análise mais detalhada da complexidade do caso iraniano utilizo Greason (2005). Sua análise atualiza diversos dos debates realizados nos anos 80-90 sobre os rumos da revolução e

reconstrói uma linha que nos auxilia a compreender o processo revolucionário e contrarrevolucionário.

Chehabi (1990) nos aponta para o desenvolvimento dos campos políticos nos quais se organizaram as classes e frações de classe iranianas. A formação de um campo modernizante e um campo ligado aos setores mais tradicionais não foi recortada aos moldes tradicionais da teoria marxista de classe. Apontando para a contribuição da cultura e da ideologia, presentes em Gramsci podemos compreender como estes campos se formaram (GREASON, 2005).

Aqui a abordagem se complexifica em relação à de Poulantzas (2019a) quando trata da ascensão nazi-fascista pois o Irã é influenciado fortemente pelo desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo. Em situação parecida, este desenvolvimento desigual em desfavor de uma nação operou sobre o Império Russo e nos auxilia a entender as formações de classe e, principalmente, suas limitações na operação política. Sobre o caso específico russo será tratado na seção 5. Este papel anti-imperialista mas profundamente conservador do movimento tradicionalista islâmico liderado por Khomeini exigiu a inclusão deste componente cultural-ideológico, e dos elementos subjetivos, de maneira mais profunda e melhor trabalhada em análises marxistas dos processos revolucionários.

O sentido político que a revolução e contrarrevolução no Irã tomaram me leva a sustentar de que de fato não foi um processo revolucionário, mas que chamar de contrarrevolução dirimiria a relevância do processo iniciado em 1979 e que perdura até o momento. Do ponto de vista dos instrumentos, das reformas e das mudanças, o país reconstruiu grande parte do sistema político e social nos últimos 50 anos, ainda que economicamente não tenha produzido mudanças radicais, e que o sentido político tenha sido reacionário. A mobilização popular e a inclusão de amplas parcelas das massas, antes excluídas, na política, e o colapso do bloco no poder que dirigia o país até então levaram a um novo projeto nacional de inserção internacional, mas mantendo um padrão conservador não-revolucionário e até mesmo anti-revolucionário, como no caso do apoio às milícias muçulmanas afegãs contra os soviéticos.

Finalizo esta seção ressaltando que o caráter que a revolução toma nos seus resultados objetivos, concretos, mas também subjetivos, político-sociais, é importante para compreendermos os processos revolucionários. As revoluções são fenômenos político-sociais em essência, sendo trazidas à tona por contradições no seio do desenvolvimento das sociedades. A moralização destes processos, reconhecendo seu devir de progresso rumo a um novo tipo de sociedade, a transcendência de uma sociedade para outra, com uma utopia social

é importante também para todos os processos. A teoria marxista aponta, com seus casos específicos, neste sentido.

A revolução cumpre tarefas históricas de destruição de uma ordem vigente e constituição de uma nova. Não necessariamente cumprem uma tarefa de modernização como Skocpol e Huntington nos apresentam. Acredito que a perspectiva dos autores deixa de lado elementos, em especial subjetivos, importantes para a análise, mesmo que tenham argumentos bastante úteis para compreender como as revoluções operam na prática.

As revoluções necessitam de um enquadramento que permita diferenciá-las dos processos contra revolucionários. Há um componente moral importante de avanço histórico que não se confunde com os instrumentos implementados, e nem com as mudanças institucionais promovidas. Há a construção de uma nova hegemonia e uma nova ordem social sob novos moldes, qualitativamente diferentes dos anteriores. É nesta perspectiva que os autores marxistas irão desenvolver a teoria e a prática revolucionária.

3.2. A REVOLUÇÃO MARXISTA

Na teoria Marxista a revolução é concebida como parte inerente do processo de desenvolvimento histórico dos múltiplos modos de produção. O materialismo histórico e dialético produzirá uma noção mais complexa deste processo, não moralizando-o aprioristicamente como o faz, por exemplo, Gurr (1968; 1970). Os resultados da revolução, com seus dilemas e contradições, devem ser avaliados a partir do desenvolvimento histórico, em como ocorreram e porquê se desenvolveram de determinada maneira, e não como uma visão de que a insurreição é positiva ou negativa baseada na avaliação pessoal do autor sobre determinado grupo ou motivação.

Os marxistas precisam reconstruir de maneira objetiva os processos históricos e mobilizá-los a partir da lógica de desenvolvimento social no qual se inserem, isto é, de atingir uma sociedade sem classes, uma sociedade comunista. É importante ressaltar esta perspectiva pois, por muitas vezes, os próprios marxistas falham em, por um lado, avaliar moralmente os processos de violência política na história, e por outro lado na concepção dialética como central na análise. Isto produz reducionismos tratando o processo revolucionário de maneira mecanicista, como veremos adiante, ou então indiscriminado o uso da violência, seja de maneira positiva ou negativa (AMARIGLIO; CALLARI; CULLENBERG, 1989).

Engels nos apresenta uma visão de como a violência se enquadra nessa perspectiva revolucionária:

Que a violência desempenha ainda outro papel na história, um papel revolucionário; que é, segundo Marx, a parteira de toda velha sociedade, grávida de uma sociedade nova; que é a arma com a qual o movimento social abre caminho e quebra formas políticas petrificadas e mortas (ENGELS, S.D, apud LÊNIN, 1918, p. 53).

A teoria da revolução na perspectiva marxista além de central para o próprio marxismo como um todo, é também uma das mais longevas abordagens sobre o tema. Inserida no seio dos debates desde o princípio, a Revolução foi tomando corpo através do desenvolvimento histórico do próprio capitalismo. Todas as abordagens para o tema estão inseridas nas dinâmicas vistas pelos seus teóricos a partir das suas realidades e é importante concebê-las assim.

Se Gramsci (2018) não contentou-se com a abordagem leninista ou de Marx, é porque a Itália do início do Séc. XX era uma realidade bastante distinta da que seus pares descreveram sobre as suas próprias. É interessante, portanto, entender em que condições e quais termos apresentam rupturas teóricas com os seus predecessores, e em que se assemelham e constituem uma tradição comum.

3.2.1. Marx, Engels e Lenin - O Estado Instrumental

Tratarei da visão de Marx e Engels no processo revolucionário a partir de uma divisão em dois momentos. O primeiro, teórico, produz elementos gerais e mais abstratos, que transcendem a própria análise dos autores e são compartilhados em larga medida pelos demais autores marxistas. O segundo, de análise concreta dos fenômenos reais experienciados, refere-se à análise da Revolução e do Estado para ambos, que é bastante limitada e circunscrita a experiências que os autores efetivamente experienciaram e analisaram. Estas, no entanto, não corresponderam ao padrão de desenvolvimento sócio-histórico do capitalismo.

A primeira questão central é compreender que a revolução possui uma função histórica, como descrita acima por Engels, de ruptura e confrontação. Esta perspectiva trata a revolução como um processo dual destrutivo-constutivo. Por um lado rompe com as tradições, estruturas, instituições, práticas, relações sociais, relações de produção, da sociedade decadente da qual ela é produzida; por outro, produz ao seu final uma nova ordem político-social-econômica, dando uma resposta às contradições que à produziram (MARX; ENGELS, 2011b).

A Revolução então é vista como um processo que faz parte do desenvolvimento histórico, mas que não é naturalizado, num sentido de que não é necessariamente parte de um determinado desenvolvimento, uma etapa a ser cumprida, nem inevitável. Estas avaliações são feitas a partir de uma visão concreta do progresso histórico. Alguns autores, como o

próprio Marx e Engels (2011b), são apresentados por vezes com o carácter teleológico do Comunismo e, portanto, da Revolução. Ela seria inevitável num futuro indeterminado e por isso os movimentos revolucionários não precisariam se preocupar com eventuais contratempos na tarefa revolucionária (COHEN, 1986).

Não identifico que tal proposta, apesar de ser relativamente difundida, corresponda ao que Marx e Engels propuseram inicialmente. Um leitor mais atento da base filosófica apresentada em *A Sagrada Família* (MARX; ENGELS 2011a), *Onze Teses sobre Feurbach* (MARX, 2002), *O Manifesto do Partido Comunista* (MARX; ENGELS, 2011b) perceberá que a análise dos autores está intimamente ligada com a ideia da práxis revolucionária. A revolução só pode acontecer se ela for construída pelos agentes da história, pelas pessoas. Essa perspectiva não é contraditória com o reconhecimento de que existem processos estruturantes de média e longa duração que possibilitam mais ou menos a constituição de uma situação revolucionária.

Konder (2020) argumenta, apoiando-se em Gramsci, de que esta práxis precisa ser também abrangente. Esta abrangência refere-se à necessidade que os seus artífices precisam buscar expandir a compreensão dos movimentos políticos reais para abranger o maior conjunto de referências possíveis sem quebrar a lógica materialista histórica que os referencia. A ideia por trás disto é escapar do dogmatismo e do mecanicismo, bem como da capitulação teórico-política.

Comprometida com a ação transformadora, com a criatividade dos seres humanos, a abrangência nos incita a ultrapassar os limites dos conhecimentos constituídos, nos convoca para avançar no campo do saber constituinte, quer dizer, no campo dos conhecimentos capazes de reconhecer sua própria historicidade e aptos para uma participação ativa, decisiva, na invenção histórica dos homens por eles mesmos (KONDER, p. 282).

A partir desta compreensão defendo que se Marx e Engels argumentam para um carácter quase inevitável da superação do capitalismo e que isto direcionaria o desenvolvimento humano para o comunismo, através da Revolução, compreendendo que a ação humana é intermediadora do processo. Não há Revolução sem revolucionários. Não há revolucionários sem práxis revolucionária. O desenvolvimento histórico é concreto, não abstrato. Como nos apresenta Lenin, “não há verdade abstracta. A verdade é sempre concreta” (LÊNIN, 1977, p. 43), ou seja, a história só acontece pela ação dos homens e só pode se constituir se for realizada de verdade. Propor um carácter inevitável da revolução retira, inclusive, a potência real de explorar as fissuras, crises e contradições produzidas pelo capitalismo.

A análise a partir da práxis é, portanto, condição basilar de compreender a teoria marxista da Revolução. Mas quem seriam os atores da práxis revolucionária? Marx e Engels certamente não delimitaram-na aos operários e socialistas; Reconheceram o caráter revolucionário da burguesia em seu tempo. A óptica de ruptura e de mudança é central nessa concepção. Muitos autores, como já enunciados acima, tratam-na assim. No entanto, aponto para a necessidade de outro elemento, a progressividade utópica.

Quando os marxistas estabelecem a Revolução como produto da contradição social de classe, eles estabelecem uma identificação entre uma formação sócio-histórica atrasada, um modo de produção que chegou nos seus limites em termos de desenvolvimento, e no qual as contradições estão em situação crítica, e uma formação sócio-histórica nascente, mais avançada, com maiores possibilidades de desenvolvimento. Um novo modo-de-produção nasce. Neste sentido eles apresentam uma noção, de uma progressividade histórica, com uma utopia no futuro, que seria o comunismo.

Esta progressividade, no entanto, não considero teleológica como muitos apontam. Esta possível utopia caracterizada pelos marxistas originais como comunismo, isto é, um regime do fim da exploração do homem pelo homem, não se apresenta concretamente na visão dos autores. Nem poderia se apresentar, dado que a concepção histórica dos mesmos é resultado da própria ação humana, produzindo uma síntese que não lhes era familiar. Sobre este sentido, a resposta de Fernando Birri à Eduardo Galeano²⁰ me parece dar conta de parte do dilema utópico de prospecção de futuro em Marx. Qualquer caráter supostamente utópico na visão política marxista tem uma função prática de auxiliar na construção real da mudança social:

Para que serve a utopia? [perguntou Galeano]; Ela está no horizonte - respondeu Fernando Birri - Chego perto dois passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte avança dez passos. Por mais que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve a Utopia? Para isso: para que continue caminhando (GALEANO, 2001, p. 230, tradução própria).

A partir desta ideia, sugiro que Marx e Engels, como nos alerta Florestan Fernandes (2012), não podem ser compreendidos apenas como teóricos e acadêmicos. A própria ação política dos mesmos foi permeada por estes debates. Quando eles nos apontam caminhos possíveis, estão fazendo-o à sua época também. Parte das não respostas de maiores definições sobre o caráter da revolução são produzidas por isto. O caráter que se apresenta a revolução é por um lado destrutivo da ordem vigente, e por outro a construção de uma nova ordem, superior, fruto da síntese das contradições sociais.

²⁰ Não proponho a citação como rigor científico. Evidentemente não basta seguir caminhando para que a Revolução ocorra ou não. Mas a citação contextualiza em parte o sentimento dos escritos de Marx tanto como análise científica da história quanto como peças políticas de atuação prática.

Não é do passado, mas unicamente do futuro, que a revolução social do século XIX pode colher a sua poesia. Ela não pode começar a dedicar-se a si mesma antes de ter despido toda a superstição que a prende ao passado. As revoluções anteriores tiveram de recorrer a memórias históricas para se insensibilizar em relação ao seu próprio conteúdo. A revolução do século XIX precisa deixar que os mortos enterrem os seus mortos*²¹ para chegar ao seu próprio conteúdo. Naquelas, a fraseologia superou o conteúdo, nesta, o conteúdo supera a fraseologia (Marx, 2011, p. 29).

Fica evidente o caráter progressivo do sentido histórico que os autores enunciam como parte do processo revolucionário. Analisando as revoluções burguesas, em especial a francesa, identificam sua ruptura com o feudalismo como um processo dentro de uma cadeia de eventos que eventualmente levariam a um estágio onde não haveria mais distinção de classes. A forma como isto se daria, a temporalidade, e demais minúcias ficam carentes na análise marxista. O próprio trecho é extraído da avaliação das razões do fracasso revolucionário popular na França, com o golpe de Luís Bonaparte, o Napoleão III. No revés do movimento proletário, Marx nos apresenta a esperança em avançar na sua agenda revolucionária.

A trilogia 18 Brumário de Luís Bonaparte (MARX, 2011), A luta de Classes na França (MARX, 2012) e a Guerra Civil na França (MARX, 1871) nos apresenta os elementos estruturais condicionantes da ação das classes em disputa, mas em nenhum momento ostraciza o papel dos movimentos e indivíduos revolucionários. Ou seja, há uma relação determinada mutuamente para o dilema entre a agência dos atores e a estrutura histórica. A questão agente-estrutura não se apresenta, neste sentido, como uma contradição, e sim como elemento natural do desenvolvimento histórico.

Lênin, como prático da Revolução, escreveu longamente sobre o processo revolucionário na Rússia. As deficiências práticas da teoria exposta por Marx e Engels, dada a mudança de contexto, refletem uma série de avanços importantes na teoria. A concepção leninista do Estado Burguês se apresenta de maneira melhor estruturada. O Estado é visto como um aparelho repressivo de classe. O papel do Estado é a constituição e manutenção de um corpo especializado na violência contra movimentos de contestação da ordem.

O Estado é uma “força especial de repressão”. Esta notável e profunda definição de Engels é de uma absoluta clareza. Dela resulta que essa “força especial de repressão” do proletariado pela burguesia, de milhões de trabalhadores por um punhado de ricos, deve ser substituída por uma “força especial de repressão” da burguesia pelo proletariado (a ditadura do proletariado). É nisso que consiste a “abolição do Estado como Estado” (LÊNIN, 2011 p. 51).

Como apresentado, Engels já havia tratado sobre a força de repressão no Estado, em particular no seu livro *As Origens do Estado, da Propriedade Privada e da Família* (ENGELS, 2019). No entanto, por um lado havia um componente menos estruturado de como se daria a constituição desse aparelho repressivo e de como ele seria operado contra o proletariado. De

²¹ Novo Testamento, Lucas 9:60; Mateus 8:22. (Nota do Tradutor da Edição).

certa maneira o Estado segue sendo visto como o balcão de negócios da burguesia, apresentado por Marx e Engels anteriormente.

Esta visão original apresenta uma ideia de que o Estado em si não possui poder político. Que este poder advém da infraestrutura, isto é, do poder econômico. Em certo sentido, não houve foco de Marx (2011) em analisar este aspecto de estruturação própria do Estado. Isto se deve, também, ao fato de que o autor experienciou apenas parte deste processo. Quando descreve a Guarda Nacional submetida ao controle do Parlamento contra o exército submetido ao controle de Napoleão III, Marx de fato os trata como corpos coercitivos ligados às classes. No caso do parlamento, ainda há um componente de divisão interna de classe dentro da Montanha e no confronto desta com os demais partidos.

Lênin (2011) avança nesta ideia e sustenta que não só é um espaço de poder importante, como constitui-se em uma ferramenta, um instrumento de dominação. A partir do trecho vemos a centralidade que o corpo de repressão tem para a constituição do Estado. A sua abolição faz-se necessária pelo seu caráter intrinsecamente ligado à classe dominante.

Lênin nos apresenta a estratégia revolucionária para a destruição da máquina do Estado. A insurreição armada contra a violência do Estado provoca a desestruturação do aparelho que corporifica este Estado. Lenin avança pouco na questão da burocracia e seu componente de controle e gestão do Estado. A partir disto não se verifica um aprofundamento teórico propriamente dito neste aspecto nas obras convencionais do autor.

A desestruturação do aparelho repressivo permite a imposição, pelas armas, de um governo provisório com um programa mínimo. Este programa, necessariamente, deveria abarcar as demandas de uma coalizão operário-camponesa. Sem os camponeses, à época dirigidos e organizados massivamente no Partido Socialista Revolucionário (SRs), a revolução era vista como inviável por Lênin (1977).

Por fim, o movimento revolucionário implementaria este programa mínimo e constituiria uma outra organização social, não reconhecida como um “Estado” na descrição marxista do termo, dado que seria um Estado sem classes, ou de uma classe apenas, a classe trabalhadora²². Esta nova organização, no entanto, corporifica vários dos elementos constitutivos do Estado como apresentados pela ciência política tradicional: uma entidade centralizada, dotada de território, com governo eleito pela população, que tributa os membros de uma “sociedade privada” para financiar as despesas públicas, dentre as quais os serviços

²² Marx trabalha a ideia de que a única classe que pode incorporar efetivamente a “vontade geral” é a classe trabalhadora em *A Ideologia Alemã* (2002).

sociais, como saúde, educação, moradia, e os serviços de Estado como defesa nacional e política externa.

Na proposta leninista: “Todas as revoluções anteriores não fizeram senão aperfeiçoar a máquina governamental, quando o necessário é abatê-la, quebra-la” (LÊNIN, 1977, p. 63). E também: “Depois da revolução de 1848-49, o poder do Estado torna-se ‘o grande instrumento nacional da guerra do capital contra o trabalho’” (LÊNIN, 1977, p. 78).

Esta visão, apresentada inicialmente ao longo do processo revolucionário, vai sendo substituída pela reestruturação de diversos elementos do Estado a partir da ótica revolucionária da classe operária, modificando sua concepção original. Neste ponto Skocpol parece bastante precisa na sua avaliação de que em parte um dos sucessos da Revolução “foi a extrema racionalização e centralização das instituições do Estado” (SKOCPOL, 1994, p. 135).

A posição de Lênin (1977) sobre a Revolução em 1905 é ligada à conjuntura de alinhamento programático e pragmático dos burgueses e dos operários em prol de uma república democrática e de um governo provisório. A ideia era a utilização do governo provisório como ferramenta de combate à contrarrevolução. No entanto, como texto de uso político, também analisa a possibilidade, que posteriormente se confirmou, de união da burguesia e dos grandes proprietários contra os revolucionários.

A abdicação do papel revolucionário da burguesia em prol de um acordo imediato para suprimir a revolução já se desenhava para o líder bolchevique, e permeou toda a escrita do autor. Por isso, uma das tarefas postas pelo autor era a de direção de parte da pequena-burguesia insatisfeita contra o czarismo. Lênin (1977) entendia a possibilidade de divisão da classe dominante através das contradições entre as suas diferentes frações.

Outro aspecto fundamental colocado pelo autor de maneira mais direta foi a do estado psico-social de agitação. A inserção de um componente profundamente político, com a inserção, em parte, da psicologia social da Revolução, confunde-se com um texto panfletário. No entanto, se entendermos que além de uma estratégia política de organização das massas, compreendermos este conceito como instrumento de análise, temos uma profundidade enriquecedora na teoria do autor (LÊNIN, 1977; KENETZ, 1985).

Esta abordagem permite um intercâmbio de outra magnitude entre a teoria proposta por Lênin e a teoria proposta por Gramsci. Os diálogos do autor italiano entre o seu contexto e o caso russo são fundamentais na tradição marxista e serão apresentados na sequência. No entanto, é importante fazer esta consideração pela constituição histórica do debate político sobre as teorias da revolução no marxismo que tratam ambos os autores como linhas diferentes surgidas no bojo do movimento comunista.

Lenin explicaria os regimes atrasados, não-modernos, aristocráticos e profundamente repressivos do Leste. Seja o caso Russo, seja o caso Chinês, ou os movimentos de libertação nacional e revoluções afro-asiáticas. Enquanto que o italiano explicaria o mundo desenvolvido, com seu Estado profundo, cheio de aparelhos repressivos mas principalmente com os aparelhos ideológicos. A constituição de uma contra hegemonia proletária substituiria a tomada em armas dos operários. As armas são substituídas pelas ideias. A recomposição do campo marxista é proposta por Losurdo como uma divisão internacional dos movimentos entre o Marxismo Ocidental e o Marxismo Oriental:

a divergência entre marxistas orientais e marxistas ocidentais assistiu à contraposição entre marxistas que, de um lado, exercem o poder e marxistas que, de outro, estão na oposição e se concentram cada vez mais na “teoria crítica”, na “desconstrução”, aliás, na denúncia do poder e das relações de poder como tais. Está aqui precisamente o ato de nascimento do “marxismo ocidental”, o qual, distanciando-se progressivamente do poder, julgá identificar a condição privilegiada para redescobrir o marxismo “autêntico”, não mais reduzido à ideologia de Estado (LOSURDO, 2011, p.234).

O debate marxista evoluiu a partir dos desafios colocados para os processos revolucionários em curso. Lênin tinha uma avaliação a partir de seu contexto, mas não conseguiu dar conta de produzir uma teoria abrangente o suficiente não apenas para conceber o todo do processo revolucionário, o qual teve de se adaptar por diversas vezes. Em especial, muitos desafios da reconstrução do Estado ficaram em aberto e tiveram, no caso soviético, desenvolvimentos distintos dos originalmente planejados.

Não obstante, a teoria marxista aqui apresentada teve condições de produzir a primeira revolução bem sucedida de trabalhadores na história, construindo um tipo novo de Estado. Importante compreender que neste sentido o Estado soviético, a partir dos critérios aqui apresentados, já se configura como um novo tipo de organização social distinta dos Estados capitalistas pelo seu próprio caráter de classe e pela relação que constitui com o partido comunista e com o setor comumente chamado de “sociedade civil”. O papel da ideologia e da constituição de uma nova hegemonia, no entanto, não adquire um papel tão central no exposto aqui. Serão Gramsci, Althusser e Poulantzas que conseguiram trazer uma contribuição de como não apenas tomar o poder, mas da relevância em se constituir uma nova ordem social que consiga reproduzir-se.

3.2.2. Gramsci

Antonio Gramsci trabalhou com um contexto bastante específico, vivenciando a evolução da revolução Russa ao passo que viu o fracasso das revoluções da Europa Ocidental. Além disto, experienciou a ascensão nazi-fascista na sua terra natal e nos países vizinhos. A

partir desta vivência o autor produziu uma abordagem inovadora dentro da teoria marxista, mas que como apresentamos acima possui elementos comuns com a própria teoria leninista.

O foco do trabalho do autor não se dá na avaliação da repressão e da violência unicamente. Expande o espectro de análise para classificar o Estado em dois campos distintos de aparelhos, os ideológicos e os repressivos (GRAMSCI, 2018). A hegemonia, termo central na análise gramsciana, se produziria pela conjunção de ambas na produção de controle social. A classe dominante ou hegemônica controla a sociedade e o Estado a partir da construção de instituições sociais, sejam estas do poder público, sejam estas privadas. Gramsci reforça a concepção de que o Estado não limita-se ao aparelho juridicamente público. As escolas, igrejas, associações de moradores, veículos de imprensa, todos são aparelhos ideológicos que juridicamente podem ser privados mas que, na visão do autor:

No Oriente, o Estado era tudo, a sociedade civil era primitiva e gelatinosa; no Ocidente, havia entre o Estado e a sociedade civil uma relação apropriada e, ao oscilar o Estado, podia-se imediatamente reconhecer uma robusta estrutura da sociedade civil. O Estado era apenas uma trincheira avançada, por trás da qual se situava uma robusta cadeia de fortalezas e casamatas; em medida diversa de Estado para Estado, é claro, mas exatamente isto exigia um acurado reconhecimento de caráter nacional (GRAMSCI, 2007, p. 262)

Podemos compreender um terreno único de disputas entre as classes pela hegemonia. Os ganhos em determinado aparelho só podem ser totalmente compreendidos se percebidos em relação aos demais e como auxiliam no avanço político de uma classe sobre o todo da sociedade. Também segundo Miliband:

[Hegemonia é] uma ordem na qual um certo modo de vida e de pensamento é dominante, na qual um conceito de realidade é difundido por toda sociedade, em todas as suas manifestações institucionais e privadas, estendendo sua influência a todos os gostos, comportamentos orais, costumes, princípios políticos e religiosos, e todas as relações sociais, particularmente em suas conotações morais e intelectuais. (MILIBAND, 1973, p.162 apud CARNOY, 1986, p. 66, tradução própria)

Outro conceito fundamental para o autor é o da “Crise Orgânica” que nos ajuda a compreender o processo de dissolução do Estado, seus condicionantes e objetivos. A crise seria uma confluência de diversas crises sinérgicas e simultâneas, crise cultural, ideológica, econômica e social (MILITÃO, 2019). Com este cenário, abrem-se as possibilidades na arena de disputa política para que os agentes se levantem de maneira decisiva e mais abrupta contra os aparelhos da ordem vigente, seja para reformá-los e garantir a dominação da classe dominante, seja para questioná-los e produzir uma nova hegemonia.

Gramsci compreendia, também, que os trabalhadores tinham uma capacidade mais elevada de disputa ideológica, organização social e mobilização política enquanto massa

política (CARNOY, 1986). Aqui há uma clara distinção entre o autor e Lênin. Gramsci vivenciou na Europa Ocidental o surgimento dos grandes partidos de massa e a mobilização e politização de vastas camadas da sociedade. Lênin experienciou um partido de vanguarda bastante organizado tomar conta e operar politicamente um partido de massas amorfo (os SRs) imobilizado pela sua desorganização²³. Para Gramsci os trabalhadores deveriam se organizar partidariamente e disputar a hegemonia na sociedade, independentemente do papel que o Estado tinha na manutenção dessa hegemonia.

Para o autor, no entanto, o Estado tinha mecanismos muito mais eficientes de dominação e manutenção da hegemonia do que o apresentado em Lênin. Os trabalhadores, então, tinham maior capacidade de disputa política para Gramsci, mas enfrentavam um Estado muito melhor equipado para impedir o seu sucesso (CARNOY, 1986).²⁴

A formação dos quadros dirigentes toma, portanto, papel central para o processo revolucionário, dando um destaque original para este tópico. Há o reconhecimento de um espaço necessário de formação política dos agentes dado que estes são sujeitos passivos da pedagogia “da realidade”, ou seja, o próprio desenvolvimento histórico e as experiências dos agentes formam-os politicamente (OLIVEIRA, 2020).

A hegemonia adquire papel central nesta perspectiva, em uma espécie de “pedagogia do cotidiano” na qual ela forma as massas na ideologia do projeto dominante da sociedade (KONDER, 2020). O papel dos revolucionários é, portanto, o de construir um processo de formação política, não necessariamente aos moldes “escolares”, mas que consiga produzir um conjunto dirigente com nitidez político-ideológica (OLIVEIRA, 2020).

A organização por células implica a formação, no Partido, de um estrato bastante amplo de elementos dirigentes (secretário de célula, membros dos comitês de célula etc), que são parte da massa e permanecem nela ainda que exercendo funções diretivas, diferentemente dos secretários das seções territoriais que, necessariamente, estão separados da massa trabalhadora. O Partido deve dedicar um especial cuidado à educação desses companheiros que formam o tecido constitutivo da organização e são o instrumento de vinculação com as massas. De qualquer ponto de vista que se considere, a transformação da estrutura sobre a base da produção é o objetivo fundamental do Partido, no momento atual, e a única maneira de resolver seus problemas mais importantes. Deve-se insistir nisso e intensificar todo o trabalho ideológico e prático no que se relaciona à sua consecução (GRAMSCI; TOGLIATTI, 1926, online).

A revolução adquire, em Gramsci, um papel pedagógico, de formação política, ao mesmo tempo que exige este mesmo processo de formação para a sua realização. A classe operária só consegue aproveitar as condições de uma crise orgânica ou mesmo provocá-la se tiver um projeto construído de formação política permanente nas sociedades onde o Estado

²³ O processo será tratado de maneira mais aprofundada no capítulo 4.

²⁴ Não pretendo aqui reconstruir o todo da teoria gramsciana, tão somente o que nos auxilie para compreender o papel do autor no Estudo da revolução. Para aprofundar ver: Bianchi (2006; 2019).

exige uma disputa hegemônica para sua derrubada. O autor tem, no entanto, dificuldade de apresentar os caminhos e possibilidades concretas de disputa. Aparenta, por vezes, exigir uma condição militante, tanto em motivações quanto em formação política, de difícil execução, ainda mais sobre o cenário em que viveu. Além disto, a análise gramsciana tem dificuldade de transitar entre as esferas doméstica e internacional. Como veremos a seguir, estas dificuldades de encaminhar possibilidades para a disputa dos aparelhos de Estado para construir novas hegemonias e o papel do Internacional para o processo revolucionário provocaram outros autores a responder esses desafios.

3.2.3. Althusser, Poulantzas e Halliday

A visão gramsciana do Estado permitiu ampliar o escopo de análise para uma miríade de aparelhos distintos e, em especial, permitiu uma análise mais adaptativa às diferentes realidades, cujos autores aqui utilizados como expoentes são Louis Althusser e Nicos Poulantzas.

Althusser foi um autor argelino-francês, buscou entender a constituição das mais diversas áreas de atuação do Estado através dos seus aparelhos, o qual deu o nome de Aparelhos Repressivos de Estado (ARE) e Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE). Este último é tido como sua principal contribuição para a análise do Estado capitalista (ALTHUSSER, 1970). Já Nicos Poulantzas foi um autor grego que buscou compreender, num terreno que avalio mais abrangente, os fundamentos filosóficos da constituição do Estado a partir do poder. Além disso, o autor apresentou uma teoria inovadora ao reconhecer a possibilidade de conformação de diferentes grupos e alianças dentro das classes, concebidas como frações, ou entre classes distintas. Isto permitiu arranjos mais complexos do ponto de vista da constituição da hegemonia no Estado (POULANTZAS, 2014).

Com alguns diálogos entre si, constituem uma ideia bastante interessante relacionada ao Estado. Com múltiplas funções na produção de uma hegemonia específica, o Estado atua, em última instância, mas não necessariamente a mando de uma classe ou fração dominante.

Em especial, iniciando por Althusser (1970), a primeira tarefa de uma ordem social hegemônica é reproduzir-se. A questão de como garantir a reprodução das relações sociais, a manutenção do *status quo* social, é central para compreender como o capitalismo (assim como outros modos de produção) produziu ordens sócio-históricas específicas, e como estas reproduziram-se ao longo do tempo em escala crescentemente ampliada. Aqui é importante esta referência à ampliação dado que o capitalismo, ao contrário de outros modos de produção

predecessores, exige a ampliação das suas atividades em escala crescente, até englobar o conjunto global de espaços e atores.

A resposta de Althusser para esta perspectiva, em escala especialmente doméstica, mas também apontando para o internacional, é a de que o Estado é este conjunto, conforme Gramsci (2007; 2018) nos apontou, de aparelhos coercitivos e ideológicos, construído pela burguesia para garantir a manutenção da ordem. O autor reformula a perspectiva de Gramsci apontando que é possível, senão quase inevitável, duas questões internas à operação destes aparelhos. O primeiro deles é a questão das burocracias. O crescimento das modernas tecnodemocracias²⁵ apontou caminhos distintos para a teoria marxista. O Estado assume um caráter de crescente autonomia. Marx (2011a) já havia apontado para a possibilidade de situações extraordinárias incorrerem em uma autonomização do Estado frente às classes, ou mais especificamente frente à paralisia da classe política da facção hegemônica em garantir a ordem social, mas Althusser (1970) nos aponta para uma perspectiva mais sutil e cotidiana dessa autonomização.

Não há necessidade de haver um agente, ou grupo, maquinando diariamente a manutenção da ordem vigente (GALLAS, 2017). O corpo burocrático dos Estados modernos reproduz um conjunto de valores, normas e processos que reforçam esta própria ordem vigente. Em especial, estes aparelhos de Estado produzem múltiplas hegemonias, nas mais diversas áreas da vida social, que operam independentes entre si. Talvez possamos apontar, coisa que Althusser não explicita desta maneira, que *em última instância*, fazendo alusão ao debate de Poulantzas (2019a) estes aparelhos apontam para a reprodução da ordem vigente. No entanto, estes aparelhos podem chocar-se entre si, e mesmo com a própria ordem vigente, dependendo do desenvolvimento das questões que lhes dizem respeito e dos processos e agentes que estão atuando sobre os mesmos.

Há, no desenvolvimento capitalista, uma espécie de compensação no desenvolvimento destes aparelhos. A burguesia reduziu seu controle efetivo e direto sobre os mesmos; estes aparelhos passaram a incluir parcelas cada vez maiores das massas sob sua atuação; e o impacto que estes aparelhos têm torna-se mais profundo na manutenção da ordem social. A alienação em relação à substância destes aparelhos, e seu caráter mascarado como vontade geral, elevam sua condição de manutenção e reprodução da hegemonia (POULANTZAS, 2014).

Poulantzas (2019b) vai ainda apontar para uma questão central que é a condição de disputa destes aparelhos. Na teoria de Althusser os aparelhos de Estado parecem não ter

²⁵ Termo apresentado por Duverger (1975).

gênese explicativa. O autor não debate de maneira tão aprofundada como estes são constituídos, e sim como estes operam na manutenção da ordem vigente. Poulantzas, no entanto, nos apresenta estes como construções históricas em permanente disputa entre as classes sociais. Em cada espaço, cada aparelho, as classes imprimem sua marca através da luta permanente pela disputa da hegemonia social. O Estado torna-se, portanto, uma condensação de instituições, regras, estruturas, da luta de classes.

Mas então, como estes aparelhos atuam no processo revolucionário? A disputa política em alguma medida “descondensa” os aparelhos. Se determinada medida ou política social é questionada a ponto de tornar-se intolerável à sociedade ou parcela organizada dela que tenha força suficiente para alterá-la, abre-se um terreno de disputa mais direta e aberta pela modificação. Aqui é interessante entender que não necessariamente esta alteração virá ao encontro dos anseios de quem iniciou a disputa. Tampouco o início desta disputa é oriundo apenas de um grupo específico, seja de classe, fração de classe, seja de representantes eleitos ou nomeados.

No exemplo Russo, temos que as rebeliões camponesas do final do século XIX puseram fim ao regime oficial de servidão em 1861. Estas não tiveram, no entanto, condições de pôr fim ao regime de exploração na prática por outras modalidades, como o impedimento do livre trânsito entre as terras. Esta foi uma disputa aberta pela classe camponesa que derrotou politicamente, mas apenas parcialmente, a classe dos boiardos e grandes proprietários de terras e servos (BLUM, 1957).

Na mesma medida, visto mais comumente através dos aparelhos repressivos, as medidas podem vir em sentido contrário. A tentativa de revigoração do Czarismo em 1904 com a guerra Russo-Japonesa e a opção política de agravar as requisições de recursos e a conscrição de camponeses para as forças armadas (somada ao fato da derrota na guerra) levaram à abertura de fissuras políticas nos aparelhos, seja no movimento religioso ortodoxo, seja nas forças armadas e polícias, que levaram à Revolução de 1905. Esta, por sua vez, foi parcialmente derrotada, arrancando concessões, muitas das quais não implementadas, do Czarismo. Não obstante, estas concessões e este processo foi central para a abertura de outros espaços nos aparelhos para a atuação política que favoreceram o clima de insurreição contra o czarismo que culminaria na revolução de outubro, como a constituição da Duma.

Poulantzas (2014) nos apresenta, portanto, uma teoria da disputa política que refina o caráter da luta de classes nos aparelhos de Estado. A inovação teórica permitida pela penetração de elementos revolucionários voltados à subversão dos aparelhos permitiu compreender melhor como os processos revolucionários ocorrem. Em especial, permitiu uma

melhor organização das contribuições teóricas construídas pelos revolucionários práticos como os bolcheviques. Estes não haviam conseguido formalizar ou condensar nitidamente a reconstituição da totalidade Revolução, em especial na perspectiva de destruição, manutenção e reprodução de aparelhos hegemônicos, apesar de terem realizado na prática tais feitos.

Para Poulantzas, portanto, há um espaço de disputa social e política dos aparelhos que podem favorecer ou dificultar o processo de tomada de poder pela classe operária. Aqui contribuo ainda para o papel que a Revolução pode assumir como um agente de promoção da revisão da condensação da luta de classes. Concordando com o caráter subjetivo que a Revolução tem em organizar elementos contrarrevolucionários (HALLIDAY, 1999), e sustentando a tarefa que o Estado adquire de organizar a classe burguesa hegemônica contra o socialismo (POULANTZAS, 2019b), podemos sustentar que mesmo uma estratégia de acomodação e não enfrentamento por parte dos trabalhadores, comunistas e socialistas pode ser vítima do caráter que a Revolução implica na burguesia em escala internacional. Sustento na seção 5 o desenvolvimento concreto da política de apaziguamento promovida pelos bolcheviques no período Lênin e Stalin (1921-1945). Em grande parcela do ocidente, em especial no Reino Unido e nos países conservadores do Leste Europeu, independente desta política de apaziguamento, os movimentos socialistas, comunistas e os operários foram perseguidos a partir de estratégias de revisão das proteções constituídas nos aparelhos de Estado.

No exemplo britânico, a proteção à atuação política conquistada nas leis de direitos políticos, construída por séculos, foi revista para permitir a perseguição aos trabalhistas mais radicais (GOODMAN, 2010; GEORGE, 1983). A Revolução atua, neste sentido, como agente internacional, não tanto na promoção de revoluções em si, apesar de ter este componente, mas no sentido de organizar uma contrarrevolução internacional em todos os espaços mesmo onde não haja sequer elementos revolucionários relevantes e organizados.

Aqui fica evidente a concepção de Halliday (1999) de que a Revolução atua como um agente do sistema internacional, quer os revolucionários queiram ou não. A mera existência de um desafio internacional à ordem vigente produz efeitos em cascata, tanto pró (VISENTINI, 2016) quanto contrarrevolucionários (VISENTINI, 2020). Aqui os autores utilizam um artifício que não deve ser entendido como a pessoalização do processo revolucionário. A revolução não existe em si, ela é feita pelos homens, como já exposto acima. Mas em certa medida ela parece assumir uma figura antagônica ao Estado mas com características semelhantes.

Se o Estado opera muitas vezes de maneira autônoma em relação às classes sociais, frações de classe e blocos de poder, em especial na esfera doméstica, a Revolução parece operar no mesmo sentido, em escala doméstica e internacional. Podemos ver isto em exemplos de revoluções africanas como a revolução angolana (1975) e etíope (1975), americanas, como a cubana (1959) e nicaraguense (1979), ou mesmo asiáticas, como a afegã (1979). Estes exemplos apontam para processos constituídos endogenamente, com pouca ou nenhuma interferência internacional da URSS ou de outros países marxistas, e por vezes operando inclusive contra o desejo dos tomadores de decisão soviéticos. Autores como Visentini et al. (2022), Staar (1991), Shubin e Tokarev (2001; 2007), Nolutshungu (1985), Somerville (1993) apontam neste sentido²⁶.

A abordagem de Lawson (2011) e Halliday (1999) aponta no sentido de que de fato a revolução é, desde a sua gênese, internacional, na medida em que ela impacta os demais atores e Estados do sistema internacional e suas populações mesmo sem uma atuação direta por parte dos revolucionários. Na mesma medida, Mayer (1971) aponta que a contrarrevolução também o faz. A contrarrevolução é, talvez, o primeiro impacto de qualquer processo revolucionário. Imediatamente após seu início as forças da ordem buscam se rearticular em escala transnacional para contê-la.

Me parece que tal processo deriva da constituição do próprio sistema internacional enquanto um sistema de uma ordem político-econômica-social capitalista. O capitalismo opera transnacionalmente não apenas nas suas relações econômicas, mas também constituindo mecanismos de manutenção da ordem vigente. Nesta perspectiva, haver uma revolução implica um gatilho permanente destes mecanismos para reordenar o sistema.

A abordagem de Althusser e Poulantzas permitiu compreender as nuances e possibilidades de disputas políticas sobre a hegemonia das sociedades que analiso. O desenvolvimento histórico que produziu as classes e frações de classe no Império Russo e URSS serão analisados no capítulo seguinte. As categorias apresentadas neste capítulo sobre as revoluções e no capítulo 2 nos auxiliarão a compreender o desenvolvimento concreto pelo qual os soviéticos passaram no período analisado. A visão de Halliday e Visentini nos ajuda a contextualizar e compreender os limitadores históricos, internacionais e domésticos, que condicionaram o desenvolvimento da Revolução Russa.

A Revolução apresenta-se como processo de destruição e substituição de uma ordem hegemônica vigente. Esta ordem é constituída por um bloco no poder específico que produziu

²⁶ Para uma visão abrangente dos casos africanos ver Secchi (2020).

estruturas e padeceu de contradições próprias, analisadas na seção seguinte. A revolução torna-se, portanto, processo de descondensação do Estado e abre terreno para uma disputa mais aberta do caráter do Estado e de suas estruturas, e não apenas de quem está no poder. Como os bolcheviques conseguiram produzir e aproveitar este momento histórico para reconstruir o Estado russo e produzir uma nova ordem hegemônica, será fruto de estudo do próximo capítulo, mas as lições dos autores desta seção nos aponta que esta disputa produz uma ordem nova, cujo objetivo e resultado é responder às contradições da formação anteriores e que produz, a partir do seu desenvolvimento, um tipo específico de nova ordem com novas questões a serem tratadas.

4. A REVOLUÇÃO RUSSA E A GÊNESE DO ESTADO REVOLUCIONÁRIO SOVIÉTICO

A tradição marxista quando da tomada de poder pelos bolcheviques, como vimos, defendia a abolição do Estado enquanto instrumento de coerção de classe (MARX, 2011a; LÊNIN, 1977; 1918; TROTSKY, 1937). Este capítulo busca discutir criticamente o processo de tomada de poder e a construção da Revolução Russa. Compreendo que a revolução não se limita à sequência de eventos que culminaram na tomada de poder dos bolcheviques, encerrando-se na metade dos anos 20 com a derrota das últimas guerrilhas. Sendo assim, a estruturação e reestruturação do Estado Soviético, em especial entre 1918 e 1945, fazem parte de um mesmo macroprocesso revolucionário de avanços e recuos em relação à acepção original dos revolucionários.

Na produção de Marx e Engels o Estado é abolido e os trabalhadores assumem suas funções. A forma em que a sociedade se organizará no pós-revolução, permanece em aberto, com poucos textos escritos sobre. Subsidiados pela Comuna de Paris, comentam a organização popular a partir das assembleias populares. A máquina estatal é dissolvida e os funcionários públicos tornam-se todos eleitos. O aparelho repressivo é abolido e a segurança é feita com o povo armado, julgando possíveis criminosos em assembleias. Esta, no entanto, foi a solução que a Comuna apresentou, não necessariamente a proposta marxista (MARX; ENGELS, 1871).

Lênin, em seus escritos, ampliou a discussão referente ao Estado, culminando na sua obra *O Estado e a Revolução* que, no entanto, apresenta apenas um esboço do desenvolvimento da revolução. É a práxis de Lênin (e dos demais revolucionários), que nos interessa do ponto de vista do que seria o Estado e/ou a organização social na União Soviética. É evidente que, do ponto de vista tradicional da Ciência Política, a URSS seguiu sendo um Estado-Nação e tendo um Estado, entidade jurídica pública, recolhedor de impostos e organizador da burocracia. A sua particularidade seria a completa estatização e planificação econômica, o que não se configuraria como estruturalmente diferente dos demais Estados (HUNTINGTON, 1973).

Argumento que esta visão de Estado advém de uma concepção idealizada dos conceitos. A construção dos mesmos de maneira abstrata permite-os serem expandidos até englobarem objetos reais que são absolutamente diferentes em princípios constitutivos, funções, e que representam na realidade modos de viver socialmente diversos. O conceito de

Estado, ao ser “esticado” como nos apresenta Sartori, passa a perder o potencial comparativo de experiências reais, criando um “*perro-gato*”:

Por último, e resumidamente, os *perro-gatos*, são procriados continuamente pelo *concept stretching* [...] o alargamento dos conceitos [...] Então, com o *perro-gato* e seus derivados (*perro-tigre*, *perro-peral*, etc.) o controle comparado fica vazio de utilidade. Quanto mais produzimos *perros-gatos*, menos capazes somos de generalizar e verificar (ou falsear) sobre qualquer coisa (SARTORI, 1991, p. 40, tradução própria).

O Estado soviético, como ficará evidenciado abaixo, possui alguns pontos em comum com os Estados capitalistas, mas é, na maior parte das perspectivas e recortes de análise, um objeto bastante distinto dos mesmos. É nessa perspectiva que aponto a necessidade de se qualificar o conceito de Estado, conforme feito pelo debate proposto no capítulo 2 para que possamos compreender a multiplicidade de diferenças estruturantes do Estado soviético em relação aos Estados-Nação de tipo capitalista. Esta melhor definição dos objetos que debato neste trabalho permite, ao meu ver, compreender porque algumas questões, desenvolvidas abaixo, tomam perspectivas bastante distintas entre diferentes tipos de formação social, como os soviéticos e os capitalistas.

4.1. A FORMAÇÃO DO IMPÉRIO RUSSO PRÉ-REVOLUÇÃO

A compreensão da estrutura e conjuntura que levaram à formação do Estado soviético são fundamentais para entender seus desdobramentos. O Império Russo se constituiu ao longo da história em um território no coração euroasiático, sem acesso a mares abertos, no que hoje se compreende como Rússia Ocidental, partes da atual Ucrânia e Bielorrússia. O Rus de Kiev, constituído no século IX é a primeira formação política, uma confederação eslava, de onde podemos traçar a formação de longo prazo do futuro Império Russo. A posição geográfica, ao longo de rotas de comércio importantes entre o Oriente e a Europa Central, o extenso comércio de bens de luxo, como peles, mel, cera e também o comércio de escravos, juntamente com a vastidão territorial, em especial nas estepes da ásia central, estimularam a centralização política e constituição de uma entidade governamental. Esta buscou, através do seu primeiro príncipe, Oleg de Novgorod, projetar-se como o centro da unidade dos eslavos na região. Importante destacar que Rurik de Ladoga lançou as bases dinásticas para o futuro Rus de Kiev. Antecessor de Oleg, governou Novgorod e projetou a cidade como centro de referência para os povos da região. A dinastia Ruríquida será importante elemento de aglutinação dos eslavos nos séculos seguintes. É Oleg, no entanto, que toma Kiev e lança as bases para a unificação política dos eslavos ao constituir o Rus de Kiev (MARTIN, 2007).

O Rus de Kiev, apesar de ter acesso ao Mar Báltico e Mar Ártico, constituiu-se como uma formação sócio-histórica ligada ao comércio terrestre, a partir da ocupação do território das planícies do rio Dnieper, ligando o oriente ao ocidente por via terrestre sem ter que passar pelo Império Bizantino. Esta posição específica colocou o Rus de Kiev, e suas formações sucessoras, no centro de um espaço em permanente disputa, ao norte pelos Escandinavos, ao sul pelos bizantinos e turco-otomanos posteriormente, a leste pelos tártaro-mongóis e a oeste pelos povos da Europa central (MARTIN, 2007).

Posteriormente os mongóis da Horda Dourada ocuparam grande parte deste território, bem como outros impérios adjacentes, influenciando drasticamente a formação sócio-cultural dos eslavos, que, anteriormente, tinham forte influência nórdica. A mestiçagem cultural e étnica é importante para a formação vindoura do império russo a partir de um dilema, que persiste, segundo alguns autores, até os dias de hoje (CHRISTIAN, 2018).

4.1.1. A Posição Internacional dos Russos

A expulsão dos mongóis por Ivan III²⁷, em 1480, e a proclamação do Czarado de Moscou pelo seu neto, Ivan IV²⁸, marcaram a constituição de um Estado Russo autônomo. Mesmo após a expulsão da Grande Horda²⁹, diversos canatos subsistiram nas fronteiras orientais do Czarado de Moscou, bem como o crescente Império Otomano³⁰ a Sul, a União Polaco-Lituânia³¹ nas suas fronteiras Ocidentais, e o Reino da Suécia³² no Norte e no Báltico.

Esta posição geográfica, em conjunto com o processo formativo da identidade nacional russa produziu, ao longo da história, o que argumentamos serem dois eixos geoestratégicos de atuação internacional desde a constituição do Czarado de Moscou. Um eixo Defensivo-Reativo Leste-Oeste (DRLO); e um eixo Expansivo-Econômico Norte-Sul (EENS) (SECCHI, 2018)³³.

²⁷ Auto Intitulado Príncipe de Todos os Russos.

²⁸ Autoentitulado Czar de Todos os Russos, oficialmente se equiparando aos Imperadores Bizantinos e aos Cãs tártaro-mongóis.

²⁹ Constituída após o desmembramento do Império Mongol de Genghis Khan, existiu entre o século XIII e o século XVI ao longo das estepes entre o Dnieper e a Ásia Central.

³⁰ A tomada de Constantinopla em 1453 marca o fim definitivo do Império Bizantino, que desde o século XIV já vinha tendo suas terras conquistadas pelos otomanos que resultou na projeção dos mesmos sobre a Anatólia (grande parte da atual Turquia asiática), sobre o Mar Negro, Balcãs e Cáucaso, competindo com os Estados, principados e confederações eslavas/russas até o colapso de ambos os impérios na 1ª Guerra Mundial.

³¹ Constituído desde 1386 como uma união pessoal via casamento pelos herdeiros do Grande Ducado da Lituânia e do Reino da Polónia, e formalmente uma união após o tratado de Lublin (1569)

³² Entre 1397 – 1523 como União de Kalmar compreendendo partes da atual Finlândia, a atual Noruega, Islândia e Dinamarca, bem como grande parte da atual Suécia. Entre 1523-1611 como Reino da Suécia; e entre 1611-1721 como Império Sueco, até sua derrota na Grande Guerra do Norte.

³³ A partir das ideias trazidas por Glantz(2005); Visentini (2017; 2020); McDermott (2006), e principalmente Piccolli (2012).

O DRLO relaciona-se com a percepção de insegurança de um Estado sem barreiras naturais para delimitar fronteiras com adversários internacionais, e caracteriza-se pela busca em constituir Estados-Tampão e/ou pacificados nas suas fronteiras mais vulneráveis, a Leste com a Europa Oriental/Central, indo do Báltico ao Mar Negro. Temos como experiências desta atuação, de maneira não exaustiva, a guerra Polaco-Moscovita (1609–1618), as sucessivas partilhas da polônia, a proteção das comunidades eslavadas nos balcãs, a 1ª Guerra Mundial (1914-1917³⁴), a Guerra Civil Russa (1917-1923³⁵) e a 2ª Guerra Mundial (1939-1945), presença soviética no Afeganistão (1979-1989), a Guerra de Dissolução da Iugoslávia (1991-2001), anexação da Crimeia (2014), Guerra Civil Ucraniana (2014-presente) e Conflito Russo-Ucraniano (2022). Este eixo, opera do ponto de vista à manutenção da segurança russa e tem caráter majoritariamente responsivo à hostilidades advindas do estrangeiro, em especial, a partir do século XVIII, das potências imperialistas e capitalistas ocidentais (PICCOLLI, 2012).

O EENS relaciona-se com o eixo de projeção internacional voltado, em especial, ao acesso às rotas comerciais marítimas e mares quentes. Também se constitui como ponto de avanço russo para consolidação da sua posição internacional. Podemos traçar, não exaustivamente, marcos centrais deste avanço na expansão de Ivan IV rumo ao mar branco, no círculo ártico; a expulsão dos suecos e constituição do Império Russo e a construção de São Petersburgo por Pedro, o Grande; a vitória sobre os Turco-Otomanos por Catarina, a Grande, tomando controle da Crimeia e garantindo a posição russa como defensora dos cristão ortodoxos nos balcãs e no Império Otomano; a convenção de Montreux e a relação de neutralidade da Turquia até o fim da 2ª Guerra Mundial; os acordos militares soviéticos com os povos árabes, em especial os sírios e iraquianos na Guerra Fria; a busca de acordos a projeção ártica da Federação Russa nos tempos atuais (SECCHI, 2018).

Proponho esta ideia para facilitar a apreensão dos dilemas de segurança que envolveram a formação sócio histórica russa que, na minha avaliação, estruturalmente condicionaram o processo formativo e a tomada de decisões por parte dos governantes do império russo, da URSS e, atualmente da Federação Russa. O foco do presente trabalho é nas condições específicas que estruturaram o processo de constituição da URSS.

³⁴ Utilizo 1917 por ser o ano da Revolução de Outubro.

³⁵ Utilizo 1923 devido a alguns confrontos com forças na Sibéria e no extremo oriente até este ano (MAWDSLEY, 2009).

4.1.2. O Império Russo Internamente - Da Escravidão ao Socialismo

O Império Russo, mesmo sendo uma grande potência europeia por grande parte da sua existência, foi um dos países, a partir da revolução industrial, com as estruturas econômico-sociais menos desenvolvidas e mais atrasadas na Europa. Apesar de Pedro o Grande ter abolido a escravidão relativamente cedo, em 1723, como parte do seu programa de modernização e ocidentalização, na prática a grande massa da população, camponesa e pobre, seguiu sendo serva. A servidão foi abolida apenas em 1861 (em algumas partes do país em 1891), mas na prática o czarismo seguiu tratando diversas classes de trabalhadores como sub-cidadãos (ANDERSON, 1982; BLUM, 1957).

O processo de modernização da sociedade russa foi bastante lento. Comparando com o resto da Europa, foi o penúltimo país a abolí-la. E os processos de modernização na sociedade russa, como uma incipiente industrialização no início do século XIX, também tinham características atrasadas, com os servos representando cerca de 50% dos trabalhadores industriais no país (ESPER, 1982).

É importante destacar que o processo originado na revolução capitalista do século XVIII na Europa Ocidental, inicialmente na Inglaterra, e posteriormente na França, nos Países Baixos e nos demais Estados de maneira menos intensa, provocou um processo de libertação dos servos nestes locais. No entanto, tal processo permitiu o enriquecimento de uma classe nobre no Leste Europeu que, com as divisas advindas da exportação de grãos e alimentos para o aumento populacional no ocidente, produziu como efeito a servilização no Leste Europeu. Enquanto a Europa ocidental, no século XV e XVI via o colapso do feudalismo e da servidão, no Leste, no mesmo período, houveram os mais significativos passos para a servidão³⁶ (O'ROURKE, 2016).

Esta dinâmica econômica de uma integração do Leste Europeu, O Império Russo incluso, na divisão internacional do trabalho a partir de uma inserção marginal e dependente se manteve até o colapso do mesmo em 1917. Com o progresso da revolução capitalista, produziu-se uma indústria incipiente em algumas regiões do país, em especial em grandes centros urbanos como Moscou, Varsóvia, Kiev, São Petersburgo, Baku, dentre outros³⁷ (NYKÄNEN; 2015).

Vale ressaltar que o nível industrial bruto, em especial após a libertação dos servos em 1861, produziu um rápido desenvolvimento industrial em setores têxteis, de mineração,

³⁶ Para uma visão mais detalhada ver Blum (1957); Nichtweiss (1979); Anderson (1982).

³⁷ Para uma análise mais detalhada ver Nykänen (2015)

metalurgia e petrolíferos. O Império Russo chegou, às vésperas da 1ª Guerra Mundial, como a 5ª economia industrial do planeta (NYKÄNEN; 2015), mas em termos de renda per capita e desenvolvimento, o país equiparava-se a países latinoamericanos.

A organização proletária demandava certo desenvolvimento industrial nas cidades, epicentros revolucionários bolcheviques e mencheviques. Grande parte da população, majoritariamente rural, estava alheia a estes debates e contenciosos urbanos, e organizava-se a partir dos movimentos campestinos. Estes movimentos, em especial é importante citar o Partido Socialista-Revolucionário, criado em 1902, produziram diversas rebeliões no campo sem, no entanto, terem organização e poder suficientes para subverter o sistema político (BONIECE, 2004).

Em 1905 produz-se o primeiro processo revolucionário, fracassado, do Império Russo. A Guerra Russo-Japonesa (1904-1905) aprofundou uma crise social e econômica que já vinha sendo sentida desde 1899. Neste ano ocorreu o início da crise financeira russa, que perdurará até 1902 ao menos (LYCHAKOV, 2019). A depressão econômica atingiu especialmente o setor financeiro e industrial, altamente ligado às economias europeias via investimento estrangeiro. A estrutura atrasada da economia nacional russa, altamente dependente em relação às finanças europeias, produziu uma forte depressão neste setor que, apesar de atrasado, era o mais dinâmico na economia.

Com a guerra, as frágeis capacidades estatais em recolher impostos e dinamizar a economia produziram gargalos estratégicos na manutenção de uma força militar mais robusta. A infraestrutura precária, a falta de recursos financeiros, e a estrutura social precária, com um Estado absolutista anacrônico com os desafios do seu tempo, produziram um esforço de guerra frágil e incapaz de competir com os japoneses. A derrota foi profunda, não apenas em termos militares, mas em termos sociais, políticos e estratégicos (VISENTINI, 2022).

Em termos militares e estratégicos, os russos perderam Port Arthur (porto livre de congelamento) e cidade de projeção para o pacífico através do Mar Amarelo, e ponto central da presença na ferrovia Ferrovia Trans-Manchuriana (ou Ferrovia da China Oriental), que encurtava o trajeto da ferrovia transiberiana até Vladivostok em quase 1.000km. Logisticamente garantia a presença russa no extremo-orient e sua projeção dentro do território chinês, conquistada nos protocolos secretos de 1896 em apoio ao governo chinês na 1ª Guerra Sino-Japonesa. A perda da cidade foi acompanhada da destruição e captura de grande parte da Frota Russa do Pacífico, da destruição e captura de vastas quantidades de equipamento do exército e pela perda de mais de 100 mil soldados³⁸.

³⁸ Entre mortos em combate, mortos em decorrência de doenças e capturados (WHITE, 1998).

Do ponto de vista político foi a primeira ocasião que uma potência imperialista europeia sofreu uma derrota contra uma potência imperialista de outras partes do planeta. No imaginário supremacista europeu o impacto de ser derrotado por povos considerados inferiores foi profundo. A questão não se limitou apenas ao prestígio internacional que o Império Russo ostentava, dado o seu tamanho e suposta capacidade militar, mas também ao prestígio doméstico que a classe aristocrática e czarista possuía. Os custos econômicos da guerra também tiveram impactos políticos profundos, em especial forçando o czarismo a pensar reformas institucionais, econômicas, sociais e militares (PIPES, 1991; VISENTINI, 2022).

Do ponto de vista social a guerra aprofundou o período de privações. De início provocou o desvio de vastas quantias financeiras para o custeio de guerra. Em segundo lugar, os conflitos levaram à inflação alimentícia, ao aprofundamento do alistamento militar e à deterioração das condições de vida da população pela piora no quadro econômico devido ao esforço de guerra. Por ter uma estrutura social e econômica atrasada, o país sofreu mais tanto no período de mobilização para a guerra, quanto no período de desmobilização. Os soldados derrotados voltaram para suas regiões e encontraram um cenário de perda de poder de compra salarial, queda absoluta dos salários nos setores industriais e demais setores, levando ao empobrecimento da população, em especial de um setor já impactado pela guerra (SKOCPOL, 1994).

Este cenário de insatisfação social com a guerra, um conjunto expressivo de militares que arcaram com os custos humanos do conflito, a perda da qualidade de vida e o enfraquecimento político das classes dirigentes do país que davam sustentação ao czarismo culminaram na Revolução de 1905. Apesar do nome, os processos de insurreição de 1905 foram desorganizados e fruto de uma insatisfação geral das massas, em especial urbanas, com o czarismo, a partir de múltiplas pautas que careceram de coordenação entre si (ASCHER, 1988).

Os trabalhadores urbanos e camponeses exigiam melhores condições de vida, salariais e alguma abertura democrática. A inteligência, instruída nas universidades nacionais e internacionais, pregava maior liberalismo e reformas constitucionais. Os militares se revoltaram contra a aristocracia militar, as condições de vida e contra a guerra, e a favor de reformas nas forças armadas e políticas (PIPES, 1991). Aqui fica evidente o caráter de descondensação do Estado permitido pela crise desenvolvida no período. Diversas áreas do Estado tornam-se passíveis de mudança estrutural. A condição revolucionária se agudiza e a Ordem vigente entra em estado de alerta e reação para impedir mudanças.

Os movimentos que organizaram cada um destes setores não conseguiram congregarem esforços para impor um modelo de reforma unificado nem produzir uma revolução efetiva. O czarismo, sobrevivendo à primeira onda de protestos e motins, conseguiu produzir reformas, ainda que frágeis. Nas forças armadas, ainda que de maneira insuficiente, profissionalizou o oficialato e diminuiu o papel da nobreza. Em 1906 constituiu-se uma Duma – e eleições supostamente democráticas – com poderes limitados, não tendo papel *de facto* no esquema político do czarismo (ASCHER, 1988; WALSH, 1950). O czarismo conteve a janelas de oportunidades e fortaleceu a condensação do Estado que já existia, cedendo pouco para os movimentos em disputa.

O czarismo constituiu-se dentro desta estrutura política em que precisa do apoio de uma vasta classe nobiliária, com pouca capacidade de atuação a partir de uma estrutura estatal atrasada que é incapaz de gerar recursos e organizar uma burocracia. Bem como uma classe média ligada a funcionários públicos, também incapaz de articular um processo de modernização. Apesar de Alexander II ter abolido formalmente a servidão, a estrutura econômica do país seguiu em moldes bastante similares, mesmo com um processo relativamente acelerado de industrialização. A economia nacional se articulou e retroalimentou a partir de um sistema de uma classe alta nobre, que dava sustentação ao czarismo e que possuía laços econômicos internacionais a partir da inserção marginal do país no centro capitalista. Os setores industriais, que supostamente trariam maior dinamismo para a economia, possuíam fortes injeções de capital internacional (O'ROURKE, 2016).

O centro de decisão econômica, para utilizar a categoria produzida por Furtado (1962; 2005), operacionalizada também nos trabalhos de Saraiva (2015) e Moraes, Ibrahim e Tauil (2019), se constituiu fora do país em larga medida (MCKAY, 1974). Em especial é importante ressaltar os capitais ingleses, franceses e alemães, competidores diretos do Império Russo em múltiplas localidades, em especial nas fronteiras (VISENTINI, 2017). O czarismo, no entanto, possui diferenças importantes em relação aos cenários descritos pelos autores acima, que analisam a situação latino-americana, em especial brasileira. A classe nobiliária não extraía, necessariamente, seu poder destas relações de dependência com o internacional. O poder político e militar advinha da sua relação de interdependência e retroalimentação com o sistema czarista, em especial a unidade político-militar que o czarismo conferia.

Esta classe extraía recursos de relações de exploração profundas com o campesinato, e em menor grau com setores industriais, em conjunto com o Estado czarista. As relações laborais não tiveram grande incremento entre a abolição da servidão em 1861 e a eclosão da revolução socialista em 1917. Esta massa camponesa desorganizada era incluída na estrutura

nacional do Império Russo via esta classe nobre, que comandava um sistema quase feudal nas zonas rurais. Ela alimentava o czarismo com mão de obra econômica e militar. Este, por sua vez, garantia um sistema de estratificação social que retornava recursos financeiros para a nobreza e para seus sócios internacionais.

A capacidade deste sistema de responder a desafios exógenos era baixíssima, resultando em diversas revoltas, tanto no final do século XIX quanto no início do XX. Estas foram se agudizando até provocarem a revolução de outubro de 1917. Em linhas gerais, podemos utilizar a abordagem de Huntington (1973) e de Skocpol (1994; 2015) para avaliar alguns – mas, na minha avaliação, não todos – elementos e condições que resultaram no colapso do Estado Czarista, no interregno do governo provisório e finalmente na revolução socialista.

Essencialmente, o argumento dos autores é de que haviam setores excluídos do processo político que canalizaram sua mobilização política por fora das instituições contra o Estado. Este Estado, por sua vez, não teve capacidades para enquadrar estes movimentos que resultaram vitoriosos na disputa, seja pela via policial/militar, seja pela via política.

Esta vitória foi condicionada por dois fatores: (i) uma ameaça externa (a I Guerra Mundial); e (ii) instituições domésticas pouco eficientes/atrasadas (coleta de impostos; serviço militar). Essencialmente o governo provisório manteve os mesmos elementos. Permaneceu na guerra e não conseguiu, no percurso dos poucos meses em que governou, produzir mudanças nas estruturas sociais ou incluir os movimentos revolucionários no governo. A permanência das contradições que produziram a derrubada da ordem vigente ampliou a capacidade de disputa dos aparelhos de Estado e o processo de descondensação das estruturas mantenedoras da ordem.

Apesar deste argumento ser sólido e plausível, na minha avaliação ele despolitiza o debate do processo. Era possível a inclusão dos movimentos revolucionários no Estado? O Estado russo era passível de reformas que incluíssem os movimentos dissidentes?

Na minha avaliação havia uma contradição fundamental produzida pelo Estado russo que impedia um processo de inclusão de dissidências desta maneira. O resultado era que a solução para esta contradição implicaria, de uma maneira ou de outra, o fim do Estado russo czarista. Seja pela via revolucionária, como de fato se deu, ou pela auto abolição, não havia condições estruturais e conjunturais para a permanência de um Estado Absolutista no mundo contemporâneo. Por auto abolição entendo que, conforme comentei acima, o próprio fundamento do czarismo pós-revolução industrial era uma contradição e uma relação de codependência entre a nobreza, que lhe garantia a organização político-social na base social;

um setor dinâmico da economia dependente e atrelado a capitais internacionais, que agudizava a vulnerabilidade externa na era da competição imperialista do capitalismo moderno; e um Estado Absolutista que garantia por um lado a ordem nobiliária, e do outro a ordem econômica dependente, ambos retroalimentando-o por meio de mão de obra, especialmente militar, e recursos financeiros (ainda que limitados), respectivamente.

A pressão por reformas modernizantes encontrava, então, empecilhos no próprio fundamento do sistema. A constituição de uma burguesia nacional pressionaria por reformas liberais-burguesas, possivelmente indicando uma monarquia constitucional, ou uma república liberal. Ambos implicariam a redução do papel do czar, mas, especialmente, uma desconstituição da classe nobre como epicentro do sistema político. A nobreza não tinha, evidentemente, nenhum interesse em permitir isto. Esta burguesia nacional só se constituiria com um processo de promoção deliberada de um setor burguês nacional, que à época era incapaz de competir com o estrangeiro. O Estado, então, deveria atuar para proteger este setor nascente, como o fizeram todos os demais países capitalistas em seu princípio. Em outras palavras, o Estado e a classe que o controlava deveriam atuar para produzir uma classe que, fundamentalmente, iria contra a sua própria estrutura.

Haviam, evidentemente, setores domésticos burgueses, em especial os setores que tradicionalmente não sofrem com competição externa, que produziram uma massa pequeno-burguesa que não só não encontrou uma direção burguesa para promover sua política, mas que encontrou, especialmente na revolução de 1905, um Estado policialesco voltado à sua repressão. Mas a revolução de 1905 produziu efeitos, ainda que tenha sido derrotada (ASCHER, 1988).

O primeiro deles foi a consolidação incipiente de movimentos políticos, limitados e restringidos pelo czarismo, de caráter liberalizante. Muitos destes movimentos eram tidos como revolucionários dada a visão da época, tanto nestes movimentos, quanto nos seus opositores, do que seria a concepção de revolução. Como Lênin nos apresenta em 1905:

E desta conclusão, diga-se de passagem, decorre a tese de que, em certo sentido, a revolução burguesa é mais vantajosa para o proletariado do que para a burguesia. Esta tese é indiscutivelmente correcta no seguinte sentido: é vantajoso para a burguesia apoiar-se nalguns dos restos do passado contra o proletariado, por exemplo, na monarquia, no exército permanente, etc. É vantajoso para a burguesia que a revolução burguesa não varra demasiado resolutamente todos os restos do passado, mas deixe de pé alguns deles, que esta revolução não seja inteiramente conseqüente, não vá até ao fim, não seja decidida e implacável. Os sociais-democratas exprimem frequentemente esta ideia de modo um pouco diferente, dizendo que a burguesia se trai a si mesma, que a burguesia trai a causa da liberdade, que a burguesia é incapaz de um espírito democrático conseqüente. Para a burguesia é mais vantajoso que as transformações necessárias num sentido democrático-burguês se produzam mais lentamente, mais gradualmente, mais prudentemente, menos decididamente, pela via de reformas e não pela via da revolução; que estas transformações sejam o mais prudentes possível em

relação às «veneráveis» instituições do regime de servidão (tais como a monarquia); que estas transformações desenvolvam o menos possível a actividade independente, a iniciativa e a energia revolucionárias da gente comum, isto é, do campesinato e especialmente dos operários, pois, de outro modo, será mais fácil aos operários «mudar a espingarda de um ombro para o outro», como dizem os franceses, isto é, dirigir contra a própria burguesia a arma que a revolução burguesa lhes fornecer, a liberdade que esta lhes der, as instituições democráticas que surgirem no terreno limpo do regime de servidão (LÊNIN, 1977, p. 20).

Temos como alguns exemplos importantes os Trudoviks, ala mais moderada do Partido Social Revolucionário (SRs), que optou por participar na 1ª Duma (1906) (WALSH, 1950). O próprio SR, apesar do nome, congregava uma miríade de posições, em geral consideradas reformistas dado que entendiam a possibilidade de introduzir leis de lenta ampliação. Os SRs se constituíram como um partido camponês. Este era o epicentro no qual as demais posições ideológicas transitavam dentro do partido. Se constituíram como um partido, para utilizar a categoria marxista, de uma classe em si, mas não de uma classe para si. Ou seja, existiam posições mais à esquerda e mais à direita, dentro de um espectro reformista voltado à promoção dos camponeses. A bandeira de unificação do partido era terra para os camponeses (BONIECE, 2004).

Os SRs eram o partido de massas³⁹ do campesinato, principal grupo social em termos de população. Lênin (1966) já havia esboçado a necessidade de uma aliança operário-camponesa ainda em 1894, e, apesar dos esforços do POSDR, em especial dos bolcheviques, em ter contato com os camponeses, os SRs era francamente majoritários como força aglutinadora deste setor. Esta unidade, no entanto, era bastante frágil em termos organizacionais e ideológicos. Como comentado acima, haviam setores mais ligados ao liberalismo e às reformas tradicionalmente burguesas na sociedade, exigindo uma democracia formal liberal, e setores mais comprometidos com a derrubada do czarismo, mas que se limitaram à reforma agrária de tipo estadunidense ou similar, focando em garantir ao campesinato acesso à propriedade (BONIECE, 2004).

Os Cadetes⁴⁰ articulavam-se em torno do programa de uma monarquia constitucional, com inspiração inglesa liberal. Defendiam uma ampliação das concessões obtidas através do manifesto de Outubro, feito pelo czar Nicolau II após a Revolução de 1905. Se comportavam como a opção burguesa, ideologicamente, dentro do sistema político limitado constituído pelo czar. Sua base social, no entanto, era limitada, não havendo uma classe burguesa organizada nacionalmente. Em geral detinham algum apoio dentre os intelectuais e a classe média de

³⁹ Utilizando a categoria de Duverger (1980).

⁴⁰ Partido Constitucionalista Democrático (cuja sigla era KD, dando origem à nomenclatura de cadetes).

profissionais liberais, e constituíram-se como movimento político em grande parte através dos Zemstvos⁴¹ (WALSH, 1950).

Dos maiores partidos, os Outubristas completam o quadro, defendendo estritamente o manifesto de outubro e uma monarquia constitucional. Ligados aos grandes proprietários, acreditavam em algumas reformas mas não conseguiram se organizar politicamente senão após a revolução de fevereiro, quando atuaram para convencer o czar a renunciar. Apesar de fazerem parte do governo provisório, este já não tinha grandes capacidades de atuação política, e quando, em outubro, os bolcheviques tomaram o poder, os outubristas se aliaram aos brancos onde tinham alguma inserção no país. Ainda compunham uma minoria o setor mais conservador à direita, defendendo o czarismo dentro da Duma, a União dos Donos de Terra (WALSH, 1950).

A Duma, no entanto, foi um órgão de fachada, com pouca capacidade política e absolutamente limitado pelo czar. Em 23 de abril, 4 dias antes do início do funcionamento da Duma, Nicolau II editou as Leis Fundamentais, basicamente tomando para si o direito de fechar o parlamento quando quisesse e convocar novas eleições, além de retirar a o direito de nomear ministros e o poder de responsabilizá-los da Duma, tomando-os para si. E foi o que o Czar fez em todas as oportunidades em que não havia movimentos de insurreição para pressionar o czarismo. Conforme a tabela abaixo, em cada eleição o Czar restringiu mais a participação da população, resultando na 3ª e na 4ª Dumas sem intervenções diretas, mas dominadas por aliados do czarismo sem intenções de reformar o sistema.

Tabela 1 - Tamanho das bancadas, conforme eleitas⁴², das 4 Dumas Imperiais do Império Russo (1906-1917)⁴³

| | 1ª Duma (1906) | 2ª Duma (1907) | 3ª Duma (1907-1912) ⁴⁴ | 4ª Duma (1912-1917) ⁴⁵ |
|---|----------------|----------------|-----------------------------------|-----------------------------------|
| Partidos da Esquerda ⁴⁶ /Trudoviks | 124 | 98 | 14 | 57 |

⁴¹ Conselhos locais/provinciais criados após a reforma de Alexander II para tratar de temas locais. Não detinham, no entanto, grande poder a nível nacional.

⁴² Diversos membros acabaram trocando de partido durante o transcorrer dos trabalhos, os números elencados estão conforme Walsh (1950) a partir de como foram eleitos.

⁴³ A fragilidade e informalidade partidária durante as eleições e constituição das Dumas provocou a pulverização de grupos políticos e a volatilidade de alianças e de partidos. Optei por agregar os partidos através de categorias similares. Para ver a tabela completa conforme Wash (1950) ver Anexo I.

⁴⁴ Referente à 1ª Sessão da Duma.

⁴⁵ Referente à 1ª Sessão da Duma

⁴⁶ Coalizão de partidos liderada pelos trudoviks que participou apenas da 1ª Duma.

| | | | | |
|---|-----------------|------------------|-----|-----|
| Cadetes | 184 | 99 | 53 | 57 |
| Social-Revolucionários | X ⁴⁷ | 37 | X | X |
| Outubristas | 38 | 19 | 148 | 132 |
| Independentes | 112 | 52 | X | 4 |
| Sociais Democratas | X | 66 | 19 | 14 |
| Movimentos Religiosas e Nacionalidades Locais | 32 | 101 | 41 | 21 |
| Direitistas | 7 | 33 ⁴⁸ | 49 | 152 |
| Socialistas | X | 15 | X | X |
| Total | 497 | 520 | 429 | 437 |

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados de Walsh (1950).

4.2. AS TAREFAS DA REVOLUÇÃO

Os bolcheviques eram um grupo sem presença massificada, em uma sociedade profundamente atrasada e dependente em relação aos processos de modernização produzidos pela revolução capitalista. A condensação de alguns dos motivantes e resultados da parte política da revolução podem ser apreendidos de Skocpol:

Em cada caso, a revolução social foi uma conjuntura de três desenvolvimentos: (1) o colapso ou incapacitação dos mecanismos administrativos e militares centrais; (2) rebeliões camponesas generalizadas; e (3) movimentos políticos da elite marginal. O que cada revolução social minimamente "realizou" foi a extrema racionalização e centralização das instituições do Estado, a remoção de uma classe alta tradicional proprietária de terras, a supervisão quase-política intermediária (regional e local) do campesinato e a eliminação ou diminuição do poder econômico de uma classe alta com terras (SKOCPOL, 1994, P. 133).

A revolução de fevereiro eclodiu após três anos de crise econômica e política envolvendo o fracasso militar russo na 1ª Guerra Mundial. Em verdade haviam dois movimentos que já haviam constituído uma dualidade de poder e que organizavam, de fato, a política nacional: os soviets e o governo provisório. Este último, no entanto, rapidamente

⁴⁷ Marcações com X significam que o partido, oficialmente, não participou das eleições. Alguns membros, no entanto, participaram dentro de coalizões ou por outros partidos.

⁴⁸ Incluindo a direita moderada.

perdeu o controle sobre o exército, que tornou-se a força política que resistirá à revolução de Outubro, quando os bolcheviques tomaram o poder (LÊNIN, 1964).

A manutenção da Rússia na guerra agudizou a crise doméstica que permitiu aos SRs, em especial sua ala mais à esquerda, e aos bolcheviques tomarem o poder através de um golpe em Outubro. A Revolução exigiu uma série de tarefas para a tomada de poder do Estado, a destruição do mesmo e reformulação enquanto Estado operário. Nesta seção busco analisar este processo.

A revolução como derrubada de uma ordem hegemônica e constituição de uma nova produziu, na esfera social, elementos importantes. A brutalidade do processo de contrarrevolução e de sofrimento social provocado pela 1ª Guerra Mundial e pela guerra civil prolongada, levaram à reorganização da sociedade para um *modus vivendi* bastante resiliente. A população adaptou-se às privações que passaram a ser parte do cotidiano das pessoas. A violência, seja por agentes do Estado, seja a violência interpessoal produziram um sentimento e uma brutalização das relações sociais. O sentimento de sobrevivência agudizou-se nas pessoas (REIS FILHO, 2003).

A Revolução produziu, também, uma reorganização das relações de vivência das pessoas. Se por um lado, pré-revolução, existia uma miríade de locais de sociabilização das pessoas, seja o *mir* no campo, os *zemstvos* para uma classe média de intelectuais, os círculos da alta nobreza, os sovietes para os trabalhadores urbanos, quando sua fase inicial se encerra o Partido-Estado assumiu essas funções. O Partido se constitui, ao fim da guerra civil, e se consolida até às vésperas da 2ª Guerra Mundial, no espaço em que as pessoas se encontram, interagem e organizam a vida social. Há um processo de fusão entre o Partido e o Estado, produzindo ambientes ambíguos de organização social. Os próprios comissariados do povo, só reformados ao fim da 2ª Guerra Mundial, foram, juridicamente, burocraticamente e organizativamente uma amálgama representativa da fusão Partido-Estado.

Neste quesito a revolução socialista inovou sociologicamente em relação aos tipos de formações sociais predecessoras. Rompeu com o regime monárquico-divino, resultado da legitimação do poder político pela questão hereditária e religiosa, mas também com a democracia representativa liberal, ao derrubar, em grande medida, os limites entre a vida privada e a vida pública. O socialismo soviético descortinou o que os marxistas apresentam como o véu da alienação em relação às estruturas políticas. As estruturas que Gramsci (2007; 2018) apresenta como estruturas do Estado, mas pertencentes à esfera privada, que se apresentam como sendo de fora da política, são construídas e reconstruídas como espaços

políticos de convivência. Temos como exemplos disso os Jovens Pioneiros⁴⁹, o Komsomol⁵⁰, (KENETZ, 1985).

A politização aguda da sociedade produziu o que Huntington chamou de “mudança de cultura política planejada” (HUNTINGTON, 1975, p.31 apud WHITE, 1977, p. 330). O Agitprop⁵¹ teve papel fundamental neste processo e é radicalmente diferente dos meios de comunicação tradicionais de partidos burgueses ou de tradição liberal. Kenetz (1985) nos apresenta os eixos do agitprop que culminaram na rápida expansão do apoio, em especial nos vastos meios rurais russos:

- Imprensa de massas: Produção de peças revolucionárias de compreensão facilitada em vias impressas para distribuição entre a população, em especial entre agitadores.
- Agitação Oral: Formação de quadros para agitação e propaganda oral em locais públicos, locais de trabalho, no campo e na cidade, nos mais diversos setores. Importantes tanto do ponto de vista da compreensão da teoria apresentada, quanto da sua multiplicação, em especial para a população analfabeta sem acesso às leituras impressas.
- Logística da Agitação: Utilização de meios de transporte combinados, trens, carros, motocicletas, navios, para atingir o interior da sociedade rural russa.
- Campanhas de Alfabetização: Formação de alfabetizadores e campanhas de erradicação do analfabetismo, em especial entre o campesinato, maior parte da população russa e majoritariamente analfabeto, para que pudessem receber os materiais.

É importante também entender que a revolução socialista precisa romper com a formação sócio-histórica anterior de uma maneira consideravelmente diferente de uma revolução burguesa. A burguesia ascendeu, ao longo de séculos, como classe social, sendo agente social de mudança e pressão nas estruturas de baixo até o topo. Quando estas revoluções foram feitas, elas utilizaram parte considerável da estrutura anterior com pouca ou nenhuma alteração. O Exército Nacional, a base territorial, o sistema de coleta de impostos, o sistema educacional, o próprio parlamento e a estrutura econômica, em geral, sofreram alterações, mas não foram desmantelados para dar luz a algo substancialmente novo. Em especial a estrutura econômica foi, ao longo do tempo, sendo substituída, dando sustentação às demandas políticas da burguesia. Neste sentido, podemos compreender que as contradições advindas do desenvolvimento econômico produziram a burguesia como classe que, ao se

⁴⁹ Voltado a jovens pré-adolescentes.

⁵⁰ União da Juventude Comunista, voltado a jovens da adolescência em diante.

⁵¹ Departamento de Agitação e Propaganda do PCUS.

organizar politicamente enquanto classe para si, conduziu o processo revolucionário para que as instituições arcaicas do Estado Absolutista correspondessem à nova realidade social.

A revolução socialista, por outro lado, em especial na Rússia, demoliu com grande parte das estruturas político-sociais do Estado absolutista e não possuía estruturas concretas de organização estatal no período pré-revolução (SKOCPOL, 2015). A Revolução de Outubro foi um processo de experimentação e reconstrução permanente do Estado, ou ao menos até o fim da reconstrução pós-2ª Guerra Mundial. Argumento, na linha de McDermott (2006), de que só compreendemos a tomada de decisão no período 1917-1945 ao entender este processo revolucionário, seus desafios práticos e objetivos ideológico-teóricos ligados ao marxismo-leninismo. Trotsky nos apresenta uma questão similar sobre o caso russo: “As massas vão à revolução não com um plano preparado de reconstrução social, mas com um agudo sentimento de que não podem mais aguentar o antigo regime” (TROTSKY, 1937, p. XVIII).

A Revolução de Outubro sofreu o cerco internacional de 13 nações interventores⁵². Os bolcheviques conseguiram capitalizar um processo revolucionário que culminou com a derrota da intervenção externa, das forças contrarrevolucionárias internas (Branços, Pretos, Verdes e outros grupos menores), e unificar os antigos territórios do Império Russo à exceção da Polônia, dos países Bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia), da Finlândia e Bessarábia (Moldávia), sob o governo bolchevique⁵³ (MOFFAT, 2015). Ao fim da guerra, a mentalidade dos bolcheviques, para utilizar o termo de McDermott (2006), era de cerco internacional permanente à revolução. Suas ações passaram a ser então para defender o país como bastião socialista. Para tal identificar que precisariam:

- Modernizar a economia-sociedade, significando industrialização em massa, eletrificação, urbanização e uma revolução cultural;
- Modernizar as Forças Armadas, solidificando o controle comunista sobre as mesmas e produzindo equipamentos modernos voltados à guerra mecanizada (tanques, aviões, caminhões, etc);
- Produzir um Estado Nacional Multiétnico, estável, com as contradições internas dirimidas;

⁵² Nomeadamente Alemanha, Áustria-Hungria, China, Estados Unidos, França, Grécia, Itália, Império Otomano, Japão, Reino Unido (e seus domínios Austrália, Canadá e Raj Britânico), Romênia, Sérvia e Tchecoslováquia (MOFFAT, 2015).

⁵³ A unificação ocorreu após o fim da guerra civil e dos últimos conflitos em 1923, com o colapso do exército branco na Yakutia. Outras escaramuças esporádicas seguiram até 1934, não constituindo, no entanto, parte da guerra civil.

- Na política Externa, o reconhecimento da “inevitabilidade da guerra” com o capitalismo, promovendo, então, o adiamento deste conflito o máximo possível.

A partir destes pontos, analiso cinco marcos temporais deste período: (i) A Guerra Civil (1917-1923); (ii) A NEP (1922-1929); (iii) A Era dos Planos Quinquenais (1928-1941); (iv) A Grande Guerra Patriótica (1941-1945); (v) A Síntese de Superpotência (1945 em diante). Estes marcos nos auxiliam a organizar a exposição e não são pontos rígidos no tempo, havendo transições entre os mesmos como apresentado pelas próprias definições temporais apresentadas.

4.2.1. A Guerra Civil

Por mais evidente que possa parecer, a primeira tarefa da guerra civil precisa ser reconhecida como a própria vitória na guerra civil. Para tal, os bolcheviques organizaram uma estratégia de comunismo de guerra, tomando controle da produção nas cidades e, na prática, no campo também. É importante ressaltar que os bolcheviques, ao tomarem o poder, declaram uma aliança política por muitas vezes esquecida na literatura: “Todo Poder aos Sovietes”. A tese de Lênin, em 1917, jogava o centro de poder para os soviets, à época dominados pelos SRs, com presença importante, também, dos bolcheviques. Os SR, como vimos anteriormente, se constituíram como grupo disperso, genérico, de massas, ligado ao campesinato, com baixa organização. Este acordo político foi o que unificou aquilo que os bolcheviques, em especial Lênin, defendia como a necessária “unidade operário-camponesa”. Esta unidade se conformou com a aliança entre parte dos SRs e os bolcheviques na eclosão da guerra civil. Os bolcheviques deram a unidade e penetração urbana, sustentando política e organizacionalmente o governo revolucionário, enquanto os SRs garantiram a penetração no meio rural e no recrutamento da massa camponesa para o esforço de guerra (HALFIN, 2000).

Em novembro de 1917, um mês após os bolcheviques tomarem o poder de fato, são realizadas as eleições para a constituinte de 1918. Os SRs racham no processo eleitoral, entre os SRs de esquerda (que se aliam aos bolcheviques) e os SRs de direita, desordenando o processo de composição da constituinte. Os SRs de direita conquistam maioria na constituinte, em parte pelo próprio processo eleitoral ter se dado antes do racha, garantindo que parte considerável dos votos da ala de esquerda tenha sido computado em favor da direita. O governo bolchevique (incluindo os SRs de esquerda), às vésperas da instauração da constituinte, força a assinatura da “Declaração dos Direitos dos Trabalhadores e Explorados” (VTSIK, 1917). A declaração diminuía o poder da própria constituinte, reconhecendo a democracia russa como uma democracia dos soviets, tendo estes o papel central e a

legitimidade legislativa-executiva. Lênin, nas suas Teses Sobre a Assembleia Constituinte (LÊNIN, 1917)), expõe a problemática de que: (i) O racha nos SRs tornou a representação na constituinte distorcida⁵⁴; (ii) a constituinte foi eleita antes da revolução de outubro ter efeito, portanto o povo votou sobre uma situação que já não existia; (iii) A República dos Sovietes é o modelo menos doloroso para a transição ao socialismo; (iv) Os soviets são uma forma de democracia mais representativa, democrática e superior do que a assembleia constituinte burguesa; e (v) não há correspondência formal entre as classes votantes e os eleitos devido aos problemas das eleições mencionados acima.

Os partidos de direita, em especial os Cadetes, foram perseguidos como força contrarrevolucionária ainda antes da assembleia ser convocada. Antes do início dos trabalhos da assembleia (18-19 de janeiro), os bolcheviques mobilizaram os militares da base naval de Kronstadt e a guarda vermelha para pressionarem a assembleia, tomando conta do Palácio Tauride, onde ocorreria a assembleia (HALFIN, 2000). Após a rejeição da Declaração dos Direitos dos Trabalhadores e Explorados, o governo Bolchevique/SRs de Esquerda decidiu que esta deveria ser extinta, mas sem o uso da violência. Esperaram os delegados saírem no dia 19 de janeiro e fecharam o prédio, impedindo seu retorno. Não houve reação popular. Os SRs de direita e Mencheviques acreditavam que a democracia dos soviets ainda estaria preservada, e se organizaram para reconquistar os soviets e tomar o poder da coalizão bolchevique. Em certa medida foram bem sucedidos pois passaram a derrubar os delegados bolcheviques ao redor do país (PIPES, 1991).

A reação bolchevique foi bastante simples, não reconhecer as votações onde elas ocorreram, ou fechar os soviets mais radicalmente contrários ao governo. Os bolcheviques conseguiram, neste período de poucos meses, organizar um aparato governamental para restabelecer serviços mínimos e, em conjunto com os SRs construir um governo funcional novamente. A população, castigada pelos problemas da guerra, não pareceu disposta a derrubar este governo em prol da democracia dos soviets, mesmo que tenham votado, em diversos locais, pela substituição dos delegados bolcheviques.

O desarme dos mencheviques e SRs de direita levou à marginalização dos grupos chamados de “Branco”⁵⁵, que se deslocaram para as periferias do território do país, em especial com núcleos no Cáucaso, na Ásia Central, na Sibéria, no Extremo Oriente, no Extremo Norte (Murmansk) e Finlândia, e no Báltico. Os principais núcleos urbanos

⁵⁴ Os SRs de esquerda tiveram essencialmente o mesmo tamanho dos SRs de direita nas eleições para os soviets, em especial os rurais, onde os SRs tinham maior projeção (LIEBMAN, 1980).

⁵⁵ Em oposição ao governo “vermelho”.

permaneceram sob controle bolchevique. A tarefa imediata, para sustentar o governo e que, na visão foi uma das derrotas do governo provisório, era encerrar a 1ª Guerra Mundial.

Aqui duas posições que depois darão fruto aos debates internos dos bolcheviques entraram em choque. A primeira, ligada à Trotsky⁵⁶, envolvia uma estratégia de buscar exportar a revolução a todo custo. Comumente conhecida como Revolução Permanente, buscava produzir a revolução no ocidente, em especial na Alemanha em convulsão social, para ter aliados na guerra civil de maneira imediata ou em um curto prazo. Entendia que uma revolução em um só país, especialmente em um atrasado como era a Rússia, não poderia subsistir no tempo. A outra posição, construída em parte por Lênin⁵⁷, e mais decididamente por Stalin⁵⁸ e Bukharin, entendia que o fim da guerra deveria ser imediato, assinando a paz com os alemães o mais rápido possível para estabilizar o país (HALFIN, 2000). Trotsky, encarregado das negociações com os alemães, descumpriu as posições decididas pelo politburo e fez discursos conclamando os trabalhadores e soldados alemães a se revoltarem e fazerem a revolução. A estratégia de Trotsky fracassou, não houveram levantes, e os alemães avançaram mais de 400 km pelo território russo, quase sem oposição devido ao caos das forças armadas russas no momento. A paz de Brest-Litovsk foi assinada, dando a independência da Ucrânia, Países Bálticos, Finlândia (já reconhecida pelos bolcheviques à época), cedência de parte da Transcaucásia⁵⁹ (para os otomanos), parte de Belarus, da Polônia e do Báltico (para os Alemães), e renúncia de territórios como a Bessarábia. Segundo Liulevicius (2019), o “império russo perdeu 2.5 milhões de quilômetros quadrados⁶⁰ e 50 milhões de habitantes. Com isto, perdeu 90% das minas de carvão, 54% da indústria, 33% do sistema ferroviário, 32% das terras agricultáveis, 34% da população e quase toda produção de algodão e petróleo” (p. 206, tradução própria). O mapa abaixo apresenta os resultados da negociação.

⁵⁶ Refiro-me não apenas a Trotsky mas também aos seus principais aliados dentro do partido.

⁵⁷ Refiro-me não apenas a Lênin mas também aos seus principais membros do partido.

⁵⁸ Idem.

⁵⁹ Região do Cáucaso.

⁶⁰ Medida convertida do original 1 milhão de milhas quadradas.

Mapa 1: Perdas Territoriais Russas no Tratado de Brest-Litovsk na Europa (1918).



Fonte: Adaptado de The Times (1917, p. 22).

A paz assinada pelos bolcheviques levou à última ruptura política no governo, quando os SRs de esquerda rejeitaram-na, apontando ser humilhante demais e acusando os bolcheviques de serem fantoches dos alemães (BONIECE, 2004). A partir de então

instaurou-se a guerra civil tal qual apresentada comumente. Antes deste momento, as forças brancas estavam em processo de organização em especial nas periferias, e a invasão aliada iniciou-se em 04 de março de 1918, um dia após a assinatura do tratado de Brest-Litovsk (WRIGHT, 2017). Os bolcheviques, que já vinham se organizando para ter maior controle nas áreas em que o governo existia *de facto*, conseguiu, em larga medida, anular o levante dos SRs de esquerda.

No 5º Congresso dos Sovietes de toda Rússia, entre os dias 4 e 10 de julho, os SRs de esquerda buscaram minar e fazer um voto de desconfiança contra o governo bolchevique. As principais lideranças foram presas e os bolcheviques conseguiram neutralizar as forças do partido. Não detalharei os acontecimentos destes dias⁶¹, mas é importante compreender que os bolcheviques chegaram, neste momento, talvez no momento mais frágil da sua condição enquanto governo. A partir do sucesso na fragmentação, desmobilização e incorporação de setores dos SRs de esquerda, o partido foi, progressivamente, ganhando terreno na guerra civil, levando, ultimamente, à sua vitória na guerra civil (HAFNER, 1991).

Este último ato põe fim aos soviets enquanto instância organizativa do Estado soviético ao constituir o governo de partido-único, controlado pelo agora chamado Partido Comunista e a instituição dos comissariados políticos como instrumento de gerência e administração do Estado. A destruição dos SRs de esquerda enquanto partido (e dos demais partidos que ainda operavam, em menor grau, no esquema dos soviets) produziu uma unidade fundamental para a consolidação do governo bolchevique como grupo dirigente legítimo no Estado russo. Aqui não lanço mão da moralidade em relação à legitimidade, e sim da concepção de força política com o monopólio da força reconhecido pela ampla maioria da população. Essa legitimidade não foi instantânea, constituiu-se ao longo das próximas décadas, mas foi neste período em que se constituíram as bases institucionais, sociais e políticas para este processo. Não aponto neste sentido pelo fim das dissidências, como comumente é apontado na literatura, até porque estas, de maneira formal ou informal, seguirão até o colapso do país, e sim da constituição de um projeto, mais ou menos unificado em torno do modelo e estratégia política que foi se concretizando e que será analisado na sequência (MAWDSLEY, 2009).

A estrutura da guerra civil pode ser compreendida de maneira simplificada em torno de quatro grandes grupos políticos, quais sejam: (i) o governo bolchevique (os vermelhos); (ii) os brancos; (iii) a intervenção estrangeira; (iv) os grupos minoritários. Iniciando por estes últimos, não parece que tinham condições ou intenções de disputar a hegemonia da revolução.

⁶¹ Para aprofundamento ver Boniece (2004); Hafner (1991); Pipes (1991).

Aqui podemos incluir os anarquistas makhnovistas da Ucrânia, também conhecidos como os pretos, os camponeses desorganizados do “exército verde”, os cossacos, os nacionalistas (letões, lituanos, estonianos, Yakutos, minorias islâmicas da Ásia Central incluindo armenos, azeris, bukharis, etc.) (MAWDSLEY, 2009).

À exceção dos grupos no Báltico, na Polônia e na Finlândia, localidades com densidade populacional mais elevada, forte influência estrangeira e organização política histórica, estes grupos foram, em geral, formas auto-organizadas de defesa contra grupos externos. Sua ligação era fortemente territorial e étnica, mas não tiveram condições materiais ou a intenção de disputar os rumos da revolução. Viram, no colapso do sistema governamental (com laços já frágeis) do czarismo, a oportunidade de alcançar a independência breve e a organização de incipientes estruturas políticas. Muitos destes grupos foram reintegrados ao governo central Soviético sem uma conquista militar propriamente dita (MAWDSLEY, 2009).

A intervenção estrangeira pressionou os bolcheviques e tentou por um lado auxiliar os brancos na recomposição da unidade territorial Russa, mas, quando estes não conseguiram produzir a coesão necessária de suas forças, os interventores tentaram produzir aliados fragmentando o território. Vemos este tipo de operação em evidência na Europa Oriental, construindo um cordão de países-tampão contra a revolução, mas também foi tentado no extremo oriente, com a constituição da República do Extremo Oriente e de alguns governos étnicos, especialmente muçulmanos, na Ásia Central e no Cáucaso. Estes, como já mencionado, eram muito frágeis para subsistirem e a intervenção foi derrotada. A exaustão das tropas ocidentais levou à motins e à perda de capacidade de prolongar a atuação no estrangeiro. Outro fator importante foi a propaganda comunista que passou a afetar em parte forças expedicionárias com promessas de maior igualdade, fim das duras condições impostas pelas guerras capitalistas, dentre outras (WRIGHT, 2017; GILBERT, 2013).

Por fim temos as duas principais facções em disputa, os brancos e os vermelhos. Logo no início da guerra, os bolcheviques perceberam que grande parte da unidade dos brancos girava em torno da possibilidade de restauração da monarquia. A execução da família Romanov ocorreu na noite de 16-17 de julho de 1918, menos de duas semanas após o levante fracassado dos SRs. As notícias produziram rachas profundos nos exércitos brancos, cujos líderes passaram – em cada região do país que controlavam independentes entre si – a buscar reconhecimento internacional como herdeiros políticos do czarismo. Apesar da articulação ao longo da guerra civil em momentos táticos, estrategicamente a disputa política entre os grupos prejudicou sua capacidade de competir com os vermelhos.

Não convém neste trabalho esmiuçar as campanhas militares, para tal recomendo The Great War Channel (2022), Moffat (2015), Mawdsley (2007), Pipes (1991), Smele (2006), Bisher (2015). Apresento, no entanto, alguns elementos estruturais da guerra civil que são, na minha visão, importantes. As forças brancas, ideologicamente e politicamente falando, apesar de divergirem, apresentavam uma ideia comum de retornar ao período czarista, seja nas políticas agrárias semi-servis, seja na manutenção da nobreza e de estruturas do czarismo. Onde os brancos, em especial Kornilov, Kolchak e Kaledin, controlavam territórios buscavam restaurar as políticas czaristas. Para o campesinato, setor estratégico na guerra civil, entre os bolcheviques que prometiam reforma agrária e acesso a terras ao campesinato quando acabasse o conflito, e os brancos do retorno ao czarismo, os primeiros conseguiram capitalizar maior apoio (VISENTINI, 2022).

Os bolcheviques foram os mais eficientes em quesitos centrais. Organizar um governo propriamente dito, com estruturas partido-estado ao redor do país, como vimos anteriormente, tinham grande controle logístico das principais rotas, e produziram a unidade operário-camponesa que, apesar de atritos, sobreviveu até o final da guerra civil através do comunismo de guerra. Nesta política que, importante ressaltar, mesclava a política, a economia, o social e o militar, a sociedade foi organizada para o conflito de uma maneira nova, sob a bandeira do marxismo-leninismo. As coletas forçadas de alimentos não agradaram o campesinato, mas este viu no bolchevismo a melhor alternativa pós-conflito. Isto não impediu, como vimos, levantes camponeses como na Ucrânia com Makhno e dos verdes na Sibéria e no Volga, e na própria ofensiva contra os SRs (MAWDSLEY, 2007).

Esta tensão permanente com o campesinato permaneceu estruturalmente no período posterior até a coletivização do campo. Os bolcheviques conseguiram vencer a guerra civil, expulsar os estrangeiros e consolidar o poder em todo território nacional do antigo império russo à exceção dos Estados independentes já mencionados. Com o fim do conflito permaneceram as seguintes questões:

- Um Partido-Estado único de tipo novo, com o comunismo como doutrina político-ideológica, em que a socialização das pessoas perpassava uma situação de ambiguidade entre as estruturas do Estado, ligadas ao Conselho dos Comissários do Povo. (Sovnarkom), e as do Partido, ligadas ao Politburo; Faccionalismo interno dentro do partido com os rumos da revolução após o fim da guerra civil;
- A economia estava devastada pela guerra civil, não era mais possível sustentar o comunismo de guerra, em especial as requisições forçadas do campesinato, o

êxodo de quadros técnicos, a dependência de importação de bens industriais e o atraso tecnológico e econômico frente ao ocidente;

- Diplomáticamente isolada e com a mentalidade de cerco permanente; e o fracasso das revoluções europeias.
- A efervescência de movimentos etnico-nacionalistas com o colapso do Império Autocrático Czarista.
- Um exército mal equipado e mal treinado para combate convencional, mas fortemente politizado e mobilizado através da doutrina bolchevique e do marxismo leninismo.

Estes serão os problemas centrais que nortearão os comunistas no período posterior e que condicionarão os futuros da revolução. Percebemos aqui que o processo revolucionário, seja pela questão militar da destruição provocada pela guerra civil, seja pela política de contenção e contrarrevolução permanente no sistema internacional, ou seja pelo tipo novo de estruturas sendo criadas, permeará a construção do Estado soviético do ponto de vista conjuntural e estrutural. Esta Revolução permeia também, os mais diversos setores da vida social, como a cultura, a economia, a política, a religião, a organização social, a mobilização popular, etc.

O Estado russo entrou em processo aberto de disputa. A descondensação dos seus aparelhos foi aguda, mas não total, o que implicou adaptar-se, como foi o caso da incorporação de oficiais do exército nas forças vermelhas, às condições. Não obstante, os revolucionários conseguiram explorar e agudizar as contradições produzidas no período e vencer a guerra civil, reconstruindo uma organização do Estado a partir de novos marcos qualitativamente distintos dos até então levados adiante. A virtude dos bolcheviques foi a de conseguir adaptar-se às mudanças rápidas da conjuntura sem perder de vista o objetivo estratégico de reconstituir uma ordem social e produzir uma nova ordem hegemônica capaz de perpetuar-se.

4.2.2. As Revoluções Fracassadas do Ocidente e a NEP

A teoria marxista, até então dominante no movimento marxista internacional, entendia que o epicentro das revoluções seriam as sociedades onde as contradições sociais seriam mais evidentes e desenvolvidas, isto é, nos países centrais da Europa e nos EUA. Ao contrário, eclodiram, em sua maioria, no que Lênin chamou de “elos mais fracos da corrente” (DEL ROIO, 2007). O processo de refundação comunista impetrado pelos bolcheviques, convertendo sua facção do Partido Social Democrata dos Trabalhadores da Rússia no Partido

Comunista da União Soviética teve como epicentro a formulação teórica de uma revolução por fazer, nunca antes realizada.

Esperava-se que a Rússia seria um país que, dadas as condições objetivas e subjetivas, realizou a revolução num cenário ligeiramente precoce, questão de meses, ao passo que outras eclodiriam na sequência. Vemos esta expectativa nos escritos dos próprios revolucionários, como Trotsky (1972a; 1972b), Lenin (1917; 1920; 2011), Stalin (1913; 2020), Bukharin (1917; 1924), dentre outros⁶².

A visão conjuntural dos revolucionários não estava de todo errada. Motins foram comuns em todos os exércitos durante a 1ª Guerra Mundial, assim como greves. Em especial na Alemanha e na Itália houveram amplos conflitos sociais que culminaram na constituição do Partido Comunista Alemão (1918) e o Partido Comunista Italiano (1921), este último já em um cenário de vitória dos bolcheviques. Este período, em especial nas regiões derrotadas na 1ª Guerra Mundial (Alemanha, antigo Império Austro-Hungaro, e antigo Império Otomano) levaram ao que Carr (1946) chamou de “Vinte Anos de Crise” analisados em seu livro homônimo. Assim como na revolução russa, os problemas das nacionalidades, da crise econômica e política levaram a insurreições e proto-Estados, como a República Soviética da Baviera (1919), República Soviética de Hungria (1919), República Soviética Eslovaca (1919) (VISENTINI, 2020).

Quando os bolcheviques saíram vitoriosos da guerra civil, logo perceberam que o momento revolucionário havia cessado globalmente, tendo a contrarrevolução vencido em grande parte do globo, à exceção da Rússia Soviética, da Mongólia e de Tannu Tuva. O país estava devastado por anos de conflito imperialista somado a uma guerra civil massiva. Ninguém viria auxiliá-los na tarefa de erigir o socialismo. Se, por hora, a contrarrevolução internacional havia recuado na Rússia, ela também se constituía como perigo à espreita, permanente na história do país. A perspectiva do cerco internacional é evidente.

O pós-Guerra produziu também um isolamento internacional não apenas político mas inclusive geográfico, com a produção do chamado “Cordão Sanitário” nas fronteiras soviéticas. Em especial a constituição da Polônia e a ampliação da Romênia produziram Estados consideravelmente fortes que seriam percebidos como riscos de segurança para a URSS na sua fronteira imediata. Além disto, as elites germânicas no Báltico conseguiram, com apoio das forças armadas alemãs, vencer os comunistas e constituir possíveis cabeças de pontes para operações ocidentais na cercania imediata de Leningrado, segunda cidade mais importante do país e sede da frota do Báltico. Soma-se isto à Finlândia branca, vitoriosa na

⁶² Para aprofundar mais ver Béliard (2014) e Hobsbawn (2014).

guerra civil finlandesa com apoio ocidental, e temos um cerco na fronteira ocidental da URSS (VISENTINI, 2020).

Além disto, a revolução chinesa (1911), entrava em seu período de fragmentação e dissolução do Estado Centralizado chinês e o que os soviéticos viram como uma expansão japonesa na região com poucas condições de ser freada pelos demais países regionalmente. Nos anos seguintes, os soviéticos passaram a auxiliar o Kuomintang e os comunistas, mas o Japão expansionista passou a ser crescentemente uma ameaça de segurança no extremo-oriental também.

A partir desta situação constituiu-se uma necessidade de fechar o fosso de desenvolvimento entre a URSS e o Ocidente, em especial na área militar, reconstruir o país e dar conta de construir um Estado-Nação de um tipo novo. A teoria política de então não apenas não tinha um modelo solidificado de construção de um Estado Socialista, como sequer previa que haveria uma revolução bem sucedida na periferia do sistema capitalista. Os práticos bolcheviques então foram trilhando um novo caminho de construção do socialismo. A práxis dos mesmos foi se consolidando e produzindo suas próprias contradições neste tipo novo de sociedade.

Os bolcheviques encontraram um cenário de isolamento e produziram uma política capaz de dar conta dos desafios relegados pela guerra civil e pelo cenário de isolamento internacional. Manobrando nas fissuras produzidas entre os capitalistas, conseguiram restabelecer a ordem doméstica ao mesmo tempo que evitaram o conflito com o Ocidente por mais de duas décadas. O contexto internacional do período, bem como a estrutura global do capitalismo, constituíram o palco onde os revolucionários puderam implementar suas políticas, abaixo analisadas.

4.2.3. Erigindo um Novo Homem e um Novo Estado - A Era dos Planos Quinquenais

Com a vitória na guerra civil, a tarefa central passou a ser a defesa da revolução. Argumento que os bolcheviques optaram, assim como o fizeram durante a revolução, de fazer profundas reformas em setores específicos, um de cada vez. Na política revolucionária primeiro alienaram os parlamentaristas da Duma, depois o governo provisório dos SRs de direita e dos parlamentaristas, depois a esquerda reformista dos Mencheviques e por fim a esquerda radical inconsequente dos SRs de esquerda. No pós-guerra civil primeiro resolveram as questões urbanas com os planos de eletrificação (GOELRO⁶³) e o socialismo da indústria

⁶³ Plano de Eletrificação desenvolvido em 1920 e aprovado em 1921. Visava eletrificar a República Soviética Russa. Para ver mais NEPOROZHNI (1970);

pesada, através da Nova Política Econômica (NEP) (ao passo que produziram uma reforma agrária burguesa no campo, levando à produção e exportação de excedentes e à constituição dos Kulaks como classe social pequeno-burguesa campesina (LEWIN, 1966).

O stalinismo foi constituindo, depois da morte de Lênin, como um modelo de organização do Estado voltado à operação de uma política de não enfrentamento com o Ocidente, postergação da guerra iminente e aprofundamento da revolução, em especial na constituição de um Estado moderno, com forças armadas equipadas e uma economia competitiva. As alianças internas de Stalin no PCUS foram permitindo-lhe expandir significativamente o PCUS, ao passo que obtinha mais controle do partido com os novos membros, e foi liquidando a oposição, tanto à esquerda quanto à direita, deste processo. Evitou assim a guerra eterna dos trotskistas, também chamada de revolução permanente, e o reformismo exagerado dos bukharianos⁶⁴ (VISENTINI, 2021). Por fim, liquidou, socialmente com os kulaks, no processo de coletivização do 1º Plano Quinquenal (1928-1932), e estabeleceu uma indústria moderna para o setor de defesa e siderurgia no 2º Plano Quinquenal (1933-1937). Produziu, já no 2º Plano Quinquenal, um processo de expurgos intra partidários e nas estruturas do Estado, em especial nas forças armadas, contra diversos elementos tanto revolucionários, quanto nacionalistas/tecnocratas⁶⁵ (BETTANIN, 1981).

Analiso nesta subseção o desenvolvimento destes processos. Em especial busco compreender as seguintes questões: Quais foram os fios catalisadores das ações aqui descritas? Quais condições levaram à formação dos contextos e estruturas acima descritos? Quais as gêneses, no período revolucionário, destas estruturas? Quais os fatores que produziram os processos analisados?

A NEP foi a política adotada pelos comunistas para reconstruir o país e desafogar a pressão social no campo. Apesar de vitoriosos, os comunistas estavam lidando com diversas rebeliões no campo, fruto do comunismo de guerra e das coletas forçadas, necessárias ao esforço de guerra. A NEP recriou uma economia de mercado da pequena propriedade, tanto urbana quanto rural, no setor agrícola, de comércio, serviços e industrial. O plano foi erigido visando desafogar os gargalos estruturais da economia e da sociedade soviética pós-guerra, transferindo a tarefa de reconstrução e organização de diversos setores para a iniciativa

⁶⁴ A avaliação do reformismo exagerado dos Bukharianos advém do fato de que a estratégia de autonomismo do revolucionário implicava o enfraquecimento e descentralização política e econômica em esquemas de cooperativas nas quais o PCUS perderia o controle da situação. A avaliação é compartilhada por Visentini (2021); Lênin (2011; 1920; 1921; 1966).

⁶⁵ No sentido de não serem diretamente ligados aos movimentos políticos e grupos do PCUS ou de não terem na ideologia marxista seu alicerce motivacional para a ação.

privada, enquanto o governo procurava planejar macroprojetos econômicos e o investimento na indústria pesada e de larga escala (MCDERMOTT, 2006).

A estratégia de desenvolvimento, no entanto, não foi inteiramente nova, dado que os surtos de desenvolvimento industrial desde o império russo eram alicerçados na exportação agropecuária, em especial grãos, para financiar o investimento industrial. A NEP utilizou o mesmo princípio (NYKÄNEN, 2015; MAZAT, 2015). Um pedaço do mercado de grãos era controlado pelo governo, através da imposição de preços para a compra da produção, visando abastecer as cidades e os movimentos de urbanização via imigração, mas a maior parte era permitida aos camponeses venderem e comprarem. Na perspectiva macroeconômica permitiu o financiamento dos projetos centralizados de desenvolvimento, em especial o GOELRO, que viria a ser precursor dos planos quinquenais em sentido de administração pública e planificação econômica (NEPOROZHNI, 1970). No plano social gerou uma dualidade campo (burguês)-cidade (socialista) que foi gerando suas próprias contradições ao longo da década de 20 (MCDERMOTT, 2006). Culturalmente foi importante, também, pois constituiu uma mentalidade coletiva de culto ao progresso científico-tecnológico e das condições de vida pelo comunismo. A eletrificação, a modernização econômica, em especial um modelo avançado de produção de estilo fordista, e um certo futurismo construíram a tônica utilizada, em maior ou menor grau ao longo de toda a existência da URSS (GEE, 2014).

O marxismo soviético foi marcado por um culto ao progresso científico e tecnológico. Diversos são os exemplos artísticos e de opções políticas para fomentar este desenvolvimento e a ideia de que o socialismo construído para um futuro promissor. A ideia de que “o futuro já chegou” foi bastante difundida pelos meios de propaganda e agitação e fomentaram processos importantes de desenvolvimento tecnológico a partir de um esforço nacional coletivo para o progresso da ciência (GEE, 2014; RADEK, 1934).

Na política, a NEP permitiu aos comunistas organizarem a administração pública, penetrando, crescentemente, no interior rural russo e unificando, *de facto*, as repúblicas, seja geograficamente, por meio das ferrovias e da eletricidade, seja politicamente, pelo fortalecimento das estruturas estatais e dos órgãos administrativos. A NEP foi importante também, e muitas vezes esquecida, pela formação acelerada de centenas de milhares de quadros intermediários na administração pública, que também viriam a ser quadros intermediários do PCUS em larga medida. Estes quadros formados em modelos de ensino técnico encurtado foram essenciais para a recuperação econômica do país após o êxodo de intelectuais no período da guerra civil (LAUGLO, 1988).

A mobilização política de massas organizada através do PCUS para o desenvolvimento nacional tomou um caráter ímpar até então. Mesmo com recursos escassos, o país conseguiu, através da mobilização popular, se reconstruir e se desenvolver em meio aos desafios. Para citar Huntington, um personagem insuspeito: “O maior desafio que os comunistas colocam para os países em modernização não é que eles são bons em destituir governos (o que é fácil), mas sim que eles são bons em fazer governos (o que é uma tarefa muito mais árdua)” (1973, p.8).

O grau de mobilização popular desenvolvido pela URSS (e posteriormente em vários outros países socialistas) contrasta com o Ocidente. Aponto que o Marxismo e o processo revolucionário apontam para um caminho onde a mobilização da população na chamada “esfera pública” da vida social se torna meio necessário para vencer o processo revolucionário e persistir nas reformas, desmontes e remontes do Estado. O processo de desalienação do indivíduo na vida pública e privada é importante na conformação de um país socialista. Sem este processo, dificilmente as revoluções socialistas teriam tido sucesso. É nesta mobilização para a vida pública que residiu a resiliência dos comunistas desde a tomada do poder até o fim da URSS. Exemplo disso são os números apresentados por Keeran e Kenny (2008)⁶⁶.

Em 1978, contando a União Soviética com 260 milhões de habitantes, um grupo de escritores soviéticos apresentou os seguintes números acerca da actividade política soviética: 16,5 milhões de comunistas; 121 milhões de membros dos sindicatos, quase 38 milhões de jovens comunistas, mais de 2 milhões de deputados aos soviets, 35 milhões de pessoas que trabalham com os deputados nos Soviets de Deputados do Povo, 9,5 milhões de membros dos organismos de controlo popular e 5,5 milhões de membros de conferências de produção de empresas industriais (KEERAN; KENNY, 2008, p. 270)

Ao recompor os quadros técnicos da sociedade através de amplos processos de acesso à educação, em especial de alfabetização (Likbez⁶⁷) e de formação nas escolas técnicas como medidas necessárias à reconstrução do país (LAUGLO, 2006):

Lenin insistia em escolas politécnicas, e seu programa do Partido de 1917 exigia «gratuito e obrigatório, geral e politécnico (teórico e prático em todas as principais ramos da produção industrial) educação para meninas e meninos abaixo da idade de dezesseis' (Rapacz, 1960: 30). Em 1919, o Partido Comunista reconheceu oficialmente o conceito de politecnismo e proclamou que as escolas deveriam fornecer tal educação para todos até os dezessete anos, com a combinação de educação com 'trabalho socialmente útil' como a pedra angular desta política. Em 1921, quando o limite de idade para educação politécnica teve que ser reduzido para quinze, Lenin concordou apenas com relutância e com a estipulação de que este movimento seja considerado uma medida econômica temporária (LAUGLO, 2006, p. 292).

⁶⁶ Os números extrapolam a data de análise do presente trabalho, mas não há discrepância de grau do tamanho da mobilização popular no período aqui analisado.

⁶⁷ Campanha de “eliminação da alfabetização” na Rússia, criada ainda na Rússia Imperial, mas expandida após a revolução de Outubro. Em especial, a utilização da Komsomol, dos Jovens Pioneiros, e de campanhas de incentivo econômico para trabalhadores em alfabetização.

Esta posição representa o contraste com o período revolucionário imediatamente anterior onde o experimentalismo com escolas autogeridas, educação descentralizada e um processo de “desescolização” vinha ocorrendo. A título de exemplificação, me parece que as ideias revolucionárias foram contrastadas com a realidade dos fatos. Muitas das posições, como a autodeterminação dos povos e a “desescolização” eram defendidas como ideais mas que, quando foram ser implementadas, esbarraram nas necessidades concretas da classe trabalhadora revolucionária. Adaptações, então, foram feitas. À Finlândia foi concedido o direito de autodeterminação, assim como a descentralização escolar permitiu aplacar os anseios das nacionalidades nas diversas repúblicas, a partir, inclusive, do ensino em língua original. No entanto, no caso da Transcaucásia, o direito de autodeterminação não foi implementado, assim como foi necessário o estabelecimento de uma maior verticalização do currículo e da formação em massa de colégios técnicos e campanhas de alfabetização, ligado o trabalho/produção à educação (LAUGLO, 2006).

A NEP parece apresentar-se bem como “medida econômica temporária” para parafrasear Lenin. Foi, ao mesmo tempo, um estágio de adaptação, formação política e administrativa, e de fôlego para a revolução recuperar o dinamismo. Comumente se apresenta que com a morte de Lênin houveram disputas internas no PCUS pelos rumos da Revolução. Me parece ser uma visão exagerada voltada a produzir demarcações analíticas desproporcionais com a realidade. É evidente que as disputas ocorreram, mas estas existiam quando Lênin ainda estava vivo, e antes mesmo dos bolcheviques tomarem o poder. Como processo novo os revolucionários foram disputando, a partir de marcos referenciais distintos, os mais diversos temas da sociedade em construção.

Podemos considerar que, ao longo das décadas de 20 e 30 um certo padrão pode ser identificado. As políticas implementadas, na maior parte dos temas e estratégias, foram uma mediação do centro do PCUS, controlado pela crescente burocracia partidária ligada ao leninismo-stalinismo. Aqui me parece fazer sentido apresentar que, muito embora houvesse diferenças políticas, de perfil e de trato intra e extrapartidários entre Lênin e Stalin, dentro do PCUS se conformaram no mesmo campo político no que poderia ser considerado um grande Centro político. Obviamente este centro referia-se relativamente aos demais grupos, tendo uma posição, não obstante, marcadamente comunista/radical. Utilizo esta denominação, como nos apresenta Reis Filho (2003) pois me parece, pedagogicamente e analiticamente fazer sentido como modelo explicativo. Ressalto ainda que não é possível apresentar o stalinismo como bloco monolítico apresentado comumente, mesmo nos anos de repressão mais intensa. A dissidência sempre foi relevante dentro da URSS (BUDRAITSKIS, 2022).

Em relação a este centro havia a Tendência de Direita (TD), organizada em torno de Bukharin, Rykov e Tomsy, que em geral tinha posições mais comedidas, menos radicais, mais reformistas em certo sentido. Buscavam uma transição mais gradual e menos abrupta. Componente importante da teoria que embasava sua atuação era a descrição de Marx da acumulação primitiva. Deveria haver um processo de acumulação primitiva na esfera material, em especial no campo, mas também em certo sentido como capital cultural⁶⁸ ou condições subjetivas da revolução. Para tal, era importante o processo de inclusão e politização das massas no processo decisório do Partido e do Estado (LOVESTONE; ALEXANDER, 1981).

A Oposição de Esquerda (OE), liderada por Trotsky, Smirnov e Preobrajenski, se posiciona com uma visão mais radical e militarizada da disputa política e da revolução. Defensores da Revolução Permanente, entendem que a mobilização (incluindo a militar) só se reduziria com o triunfo final da revolução global. Importante destacar que sua visão em relação à revolução global não é antagônica em princípio com as demais, afinal, a maioria dos revolucionários acreditava na necessidade da vitória última do comunismo globalmente. A divergência principal era a estratégia e os tempos políticos em que isto deveria ocorrer, com a OE propondo que fosse um processo ininterrupto (BROUÉ, 2008).

Outros grupos como os Zinovietistas, partidários ligados à Zinoviev e Kamenev⁶⁹, a Oposição Operária, a Verdade Operária, a Oposição Unificada e a Oposição Esquerda-Direita existiram ao longo do período (BROUÉ, 2008). Abaixo apresento uma breve linha do tempo que nos auxilia a compreender as dinâmicas internas do PCUS:

Figura 2 - Facções e Eventos do PCUS entre 1919 e 1933.



Fonte: Elaboração própria a partir de Halfin (2000); Kollontai (1921); Broué (2008).

⁶⁸ Os autores não utilizam este termo, sistematizado décadas depois com Bourdieu (1981), mas o sentido é bastante similar (JANOSKI, et al., 2020).

⁶⁹ Não incluídos na linha do tempo pois não são retratados comumente como um grupo estruturado formalmente como os demais.

A abolição, no X Congresso do PCUS (1921), das facções internas não impediu a manutenção destes grupos organizados para disputar as políticas do governo bolchevique. A norma, no entanto, foi utilizada para expulsar membros em diversos momentos para consolidar a linha política do stalinismo na direção da Revolução.

Seguindo o proposto anteriormente, talvez a primeira grande questão a ser enfrentada, para além da instauração da NEP, foi a questão dos sindicatos. A OE advogou pela militarização dos mesmos, aos moldes do que Trotsky havia implementado nas ferrovias, retirando a democracia interna, impondo a linha política a partir de cima e unificando os setores trabalhadores, garantindo eficiência e ganhos rápidos na reorganização e reconstrução nacional. De fato, vale ressaltar, no setor logístico, onde haviam os sindicatos mais organizados, a intervenção funcionou, recuperando rapidamente a malha ferroviária no início da NEP. A OE, em especial Trotsky, tentaram construir Exércitos do Trabalho, militarizando e hierarquizando a produção com uma cadeia de comando similar às forças armadas (TROTSKY, 1923).

A TD, por sua vez, tentou fazer o oposto, apontando para a liberdade sindical e laboral como instrumentos de organização das forças produtivas. Ficariam a cargo dos conselhos de fábrica e dos conselhos regionais. Bukharin, em especial, antes um defensor da militarização do trabalho no período da guerra civil, passou a defender um caminho mais gradual para a recuperação do país, sendo arquiteto da futura NEP (LOUW, 2000).

Neste ponto o bloco leninista-stalinista entendia a necessidade econômica de alguma militarização, como ocorreu no setor logístico e nos esforços de mobilização pela reconstrução industrial e urbana, mas também percebia os sindicatos como um setor desgastado após a intensa mobilização na guerra. Prosseguir com estas políticas levaria à perda de contato com as massas. Aqui Lênin nos aponta uma problemática que será a tônica deste período: o balanceamento entre a vanguarda e as massas. (LÊNIN, 1920; 1921)

Como já exposto, os bolcheviques não eram um partido de massas. Sua atuação inicial, portanto, buscou “ganhar” estas massas para a revolução e precisou fazer concessões. O bloco leninista-stalinista foi quem melhor conseguiu produzir estes resultados (MCDERMOTT, 2006). Os Trotskistas, ao perderem o debate político, e por conta do próprio perfil de Trotsky, utilizam um componente moral bastante acentuado na sua concepção política (TROTSKY, 1938). Este componente foi mobilizado em diversas ocasiões com bastante sucesso, em especial na arregimentação e reorganização do exército vermelho e na mobilização revolucionária. No entanto, a hipermoralização foi o que, no fim, parece ter presença central no fracasso do trotskismo em disputar a revolução russa (e mais

abrangentemente no seu papel marginal nas revoluções internacionais). Foi componente central na percepção de Trotsky na não efetivação da paz com os alemães inicialmente, na questão da militarização do trabalho, na perspectiva de guerra civil/internacional permanente, no combate aos Kulaks e nas disputas partidárias.

A principal crítica de Trotsky ao sistema leninista-stalinista é de uma suposta burocratização do partido e uma perda de contato com as massas revolucionárias (TROTSKY, 1929). O que ocorreu foi o oposto. Este é o período da massificação do PCUS e da inclusão das massas reais, em especial camponesas, mas de uma massa ex-camponesa em urbanização, nos quadros do partido. Este processo, aponta Reis Filho (2003), leva a uma diminuição da importância de um grupo da intelligentsia tradicional, de revolucionários teóricos com conhecimento denso, ardorosos defensores da revolução. Quem ganha politicamente é quem consegue arregimentar, organizar e operar politicamente esta nova massa intrapartidária. O bloco que conseguiu melhor fazê-lo foi o Centro stalinista que, embora tenha tido apoio inicial da TD para derrotar a Oposição Unificada, foi majoritário ao longo de todo processo dentro do partido.

Aqui é interessante analisar que a divergência entre os revolucionários não pode ser compreendida como uma divergência político-ideológica irreconciliável e drástica. As divergências, em especial até o 1º Plano Quinquenal, foram relacionadas à estratégia política, à forma do Estado e às temporalidades das necessidades e objetivos compreendidos como centrais. Para exemplificar utilizo alguns exemplos:

(I) No caso do comunismo de guerra: os membros da futura OE e da TD compreendiam a necessidade da revolução global e da expansão do comunismo para outros países. O aprofundamento da revolução era a única solução para o sucesso da revolução russa. Lênin e Stalin advogaram pela necessidade de paz e de reconstrução do país no período imediato, garantindo a paz com a Alemanha e focando na reconstrução nacional. Entendiam, no entanto, que era necessário, em última instância, a vitória sobre o capitalismo com uma revolução global, mas que para isso era necessário entender a URSS como centro da revolução global e, por isso, a tarefa imediata era garantir sua sobrevivência. Bukharin posteriormente se juntará a esta visão e se tornará o principal formulador da NEP;

(II) Da questão dos sindicatos: Trotsky entendia que vigia um Estado de Guerra Permanente, logo a militarização empreendida em alguns setores deveria tomar conta da sociedade. Nas palavras do autor:

Os fundamentos da militarização do trabalho são aquelas formas de compulsão do Estado sem as quais a substituição da economia capitalista pela socialista

permanecerá para sempre um som vazio. Por que falamos de militarização? Claro, isso é apenas uma analogia – mas uma analogia muito rica em conteúdo. Nenhuma organização social, exceto o exército, jamais se considerou justificada em subordinar os cidadãos a si mesmo em tal medida e controlá-los por sua vontade por todos os lados em tal grau, como o Estado da ditadura do proletariado se considera justificado em fazer, e faz. Só o exército – só porque à sua maneira decidia questões de vida ou morte de nações, Estados e classes dominantes – era dotado de poderes para exigir de cada um a submissão completa aos seus problemas, objetivos, regulamentos e ordens. . E isso foi alcançado tanto mais quanto mais os problemas da organização militar coincidiram com as exigências do desenvolvimento social. A questão da vida ou morte da Rússia soviética está atualmente sendo resolvida na frente trabalhista; nossas organizações econômicas e, juntamente com elas, nossas organizações profissionais e produtivas, têm o direito de exigir de seus membros toda aquela dedicação, disciplina e rigor executivo, que até então só o exército exigia (TROTSKY, 2017, p. 187, tradução própria).

Em certo sentido aponto que esta perspectiva é um aprofundamento do comunismo de guerra. Inicialmente Bukharin foi favorável, mas logo perceberam, também, que o desgaste social da guerra e do comunismo de guerra demandava um alívio da pressão centralizante e hierarquizadora do governo. A solução seria uma descentralização aguda das políticas adotadas até então. Novamente a fração leninista-stalinista se posiciona entre ambas as posições, se é que se pode alegoricamente classificar dessa maneira. Não intervenção direta nos sindicatos, apesar do seu controle já ser do PCUS. Não integração direta dos mesmos na economia central, mas algum nível de planejamento centralizado, ao contrário da proposta da TD de descentralização de toda a atividade (LÊNIN, 1920). Posteriormente, no processo de coletivização do campo, o stalinismo utilizará a mesma proposta que a OE apresentou sobre os sindicatos e o trabalho civil compulsório, bem como a organização de milícias para combater os kulaks.

(III) Como último exemplo aponto para a perspectiva da política externa imediata pós-guerra civil. Inicialmente a OE e a TD estavam em consonância sobre a necessidade de expansão global da revolução de maneira permanente. Quando as revoluções europeias, em especial a Alemã é derrotada, a TD passa a defender a tese de que a URSS teria de se preparar para sobreviver sozinha, ao menos momentaneamente. Em 1925 Bukharin lança o seu texto sobre o socialismo em um só país, endossado em 1926 por Stalin no seu “Fundamentos do Leninismo” (STALIN, 2020).

Em 1923, Lenin estava até mesmo contemplando a possibilidade de que na Rússia atrasada uma “sociedade socialista completa” pudesse ser construída. Olhando para o debate em 1924-26, uma conclusão surpreendente deve ser que Stalin, Zinoviev, Trotsky e Bukharin falsificaram Lenin essencialmente da mesma maneira, ou seja, apresentando suas opiniões como monolíticas e inalteráveis e negando o intenso desenvolvimento pelo qual ela passou (VAN REE, 2010, p. 113).

A disputa entre ambas as versões é bastante reproduzida na literatura e auxilia como método de organização do debate mas, no entanto, amplifica uma cisão teórica que é irreal,

conforme nos apresenta Van Ree (2010). Tanto Trotsky entendia que havia uma possibilidade, momentânea, de construir o socialismo em um só país, apesar de inevitavelmente ele fracassar no médio/longo prazo, quanto Lênin, Stalin e Bukharin entendiam que a revolução só conseguiria triunfar completamente ao se expandir. Os últimos, no entanto, entenderam que o contexto em que se encontravam exigiam uma resposta teórica aos desafios práticos de encontrar-se devastado pós-guerra e em quase total isolamento global. Trotsky defendeu, em dado momento, inclusive, que a revolução poderia triunfar, ainda que a partir de um socialismo incompleto, uma forma inacabada da revolução, ao ser construído em um país apenas. Não qualquer país, mas na URSS, com capacidade de autossuficiência econômica em múltiplos setores e rica em recursos humanos e minerais.

Aqui os elementos subjetivos da revolução pesam sobre a estratégia revolucionária do PCUS. Ao sair de quase uma década em guerra, carestia e violência, as massas precisam não apenas de um objetivo sólido, mas reconhecer-se como construtoras de algo sólido. Encontrar um peão de fábrica, um camponês expulso das suas terras, recém chegado na cidade, ou o próprio camponês que recém obteve acesso a terras, o soldado sobrevivente, com um discurso de que o que está sendo realizado é incompleto e fracassará não me parece, e nem na visão dos revolucionários, adequado. A NEP e o Socialismo em um Só País servem a este propósito, oferecer à população um alívio momentâneo, rápido, eficiente, sobre suas condições materiais, mas em especial sobre suas condições subjetivas. A opção entre a tese da Revolução/Guerra Civil Permanente e o Socialismo em Um Só País reside, respectivamente, na defesa da guerra, do espírito revolucionário e da moral revolucionária militante contra a defesa da paz, da necessidade do alívio material e de uma vitória revolucionária nos “corações e mentes” da população.

Não são claras as reais proporções de cada facção dentro do PCUS, mas podemos induzir que o Centro era majoritário em relação aos demais. Mesmo assim, a coalizão entre Stalin e a TD foi importante mecanismo para manter a unidade partidária em meio à disputa acirrada que culminará na expulsão dos líderes da OE e da OU, incluindo Trotsky, Smirnov, Kamenev e Zinoviev, sendo Trotsky também exilado (BROUÉ, 2008).

Os membros da OE são progressivamente destituídos de seus cargos e diminuídos na hierarquia partidária até o fim dos anos 20. Neste momento, a maioria dos mesmos já não ocupava espaços de direção no partido (BROUÉ, 2008). Quando a NEP passou a dar sinais de exaustão, dado o crescimento de poder dos NEPmen e, em especial, dos Kulaks, o centro decidiu abraçar a proposição da OE de coletivizar a agricultura (BETTANIN, 1981). Aqui percebemos que a diferença fundamental não era de política em sentido macro, mas de

estratégia e tática no momento pós-revolucionário. Stalin empregou os mesmos mecanismos que Trotsky e Preobrajenski haviam sugerido e proposto anteriormente. Posteriormente os trotskistas, buscando moralizar a atuação de Stalin como um ditador sanguinário e disputar a narrativa do movimento comunista internacional, apontarão como erros todas as políticas que o mesmo havia extraído dos próprios membros da OE, incluindo a coletivização forçada. Como nos lembra Samir Amin:

Na minha opinião, Trotsky certamente não teria feito melhor. Sua atitude em relação à rebelião dos marinheiros de Kronstadt e seus equívocos posteriores demonstram que ele não era diferente dos outros líderes bolcheviques no governo. Mas, depois de 1927, morando no exílio e não tendo mais a responsabilidade de administrar o Estado soviético, ele pôde se deliciar e repetir infinitamente os princípios sagrados do socialismo. Ele se tornou como muitos marxistas acadêmicos, que podem se dar ao luxo de afirmar seu apego a princípios sem ter que se preocupar com sua eficácia na transformação da realidade (AMIN, p. 162).

Quando as contradições da NEP se apresentam, em especial no princípio de fome de 1928-1929, é tomada a decisão pela coletivização forçada. Como nos apresenta Reis Filho (2003), na prática foi uma segunda guerra civil, iniciada já em 1929. O conflito aberto entre as lideranças camponesas e o Estado soviético foram extremamente violentos, resultando em grandes perdas materiais e de vidas. A opção pela resistência a todo custo da nova classe proprietária, instrumentalizando o campesinato, levou à perda de parte importante das lavouras e, em especial, no assassinato em massa dos rebanhos. Estes últimos, muito mais difíceis de recuperar, só teriam seus números recuperados para padrões pré-coletivização no pós 2ª Guerra Mundial.

Podemos apresentar, alegoricamente, que a Revolução ocorreu na Rússia em etapas. Partindo do ponto de vista dos bolcheviques:

Primeiro avançaram sobre os soviets, espaços de articulação política para-estatais. Segundo, arregimentaram e operaram politicamente a máquina de massas dos SRs para constituir uma força militar capaz de vencer a guerra civil. Em terceiro alijaram os SRs, que não possuíam um projeto estruturado de reforma do Estado, do governo. Em quarto fizeram um compromisso para manter a unidade operário-camponesa intacta, fazendo a revolução socialista na cidade e capitalista no campo. Em quinto, após o fracasso das revoluções europeias, constituíram um projeto sólido de construção socialista em um só país. Sexto removeram os elementos mais radicais do PCUS que advogavam contrário a este arranjo de paz momentânea. Em sétimo temos a reversão das políticas de compromisso, após a reestruturação permitida pela NEP, para eliminar os elementos considerados reformistas e que pressionavam por mais concessões no campo e nas cidades.

E com esta pequena cronologia conseguimos perceber que a Revolução irá permear os caminhos que os bolcheviques trilharam, as decisões que tomaram e os projetos levados a diante. Após a NEP constrói-se o 1º PQ, voltado à rápida coletivização da agricultura, trazendo para dentro do Estado e da planificação os últimos setores econômicos, centrais no processo de acumulação (REIS FILHO, 2003) e na formação social, dado que o país seguiu majoritariamente agrário por grande parte do século 20 (LEWIS; ROWLAND, 1969).

A percepção de ameaça externa dos soviéticos não foi injustificada ao longo do período. No processo de Guerra Civil e Versalhes constituíram-se, para além da já mencionada intervenção externa direta dos imperialistas, dois grandes países nas fronteiras ocidentais: Polônia e Romênia, um Japão expansionista, belicista e fortemente armado no Oriente, e uma Finlândia que ocupava o Istmo da Carélia a menos de 70 km da antiga capital São Petersburgo.

A política externa soviética buscou, ao longo de todo este período, impedir uma unidade capitalista para intervir novamente, como ocorreu na guerra civil. Em 1922 encontraram o primeiro país disposto a romper o cerco internacional, a Alemanha. Devastada e humilhada pelo Tratado de Versalhes, encontrou nos soviéticos um excelente mecanismo para burlar as restrições do tratado (CAROL, 1966).

Apesar das tentativas de normalização com os ocidentais, em especial nos anos 20, como no tratado Anglo-Soviético de Comércio (1921), a tensão permanente impediu ações mais profundas. A ruptura das relações após a Crise da Arcos⁷⁰ (1927) foi entendida como um movimento de choque. Apesar dos britânicos se aproveitarem da situação ambígua da URSS no sistema internacional, a hostilidade ao país foi tônica, mesmo no período da 2ª Guerra Mundial (GEORGE, 1983; GOODMAN, 2010).

A França teve conexões mais tardias com os soviéticos. Buscou cobrar as dívidas de guerra, assim como na Alemanha, e teve uma política mais ofensiva por ser um país continental europeu. No entanto, quando da eleição de governos mais à esquerda e respondendo às crises internas, a partir de 1928 iniciou as conversações que resultaram no tratado de não agressão com os soviéticos (1932) e depois com o Tratado de Assistência Mútua (1935), criado quando da declaração de rearmamento geral alemão no mesmo ano (GEORGE, 1983).

⁷⁰ All Russian Co-operative Society; Traduzido como Sociedade Cooperativa de Toda Rússia, foi uma entidade responsável pelo comércio anglo-soviético entre sua fundação em 1920 e a incursão da polícia britânica em 1927.

Os britânicos, sabidamente pelos soviéticos, chegaram a produzir planos⁷¹ de invasão e destruição da infraestrutura econômica do Cáucaso, em especial os poços de petróleo de Baku (OSBORN, 2000), bem como planos de auxílio aos finlandeses na Guerra de Inverno (1940) através da Noruega e Suécia (KELLY, 2009). Esta tensão permanente entre a URSS e o ocidente, capitaneado pelo Reino Unido, foi a tônica permanente, mesmo após o ingresso da URSS na guerra contra a Alemanha em 1941. Exemplo disso é o plano para a “Operação Impensável”⁷², que visaria uma ofensiva ocidental contra a URSS com o fim da guerra, libertando a Alemanha e a Polônia, inclusive rearmando parte do exército alemão para combater os comunistas (WALKER, 2013).

A política soviética deste período precisa ser compreendida neste contexto. Os acordos com a Alemanha de 1939, conhecido como Tratado Ribbentrop-Molotov, foram parte da tentativa soviética de adiar a guerra, tida como inevitável, e forçar um embate entre as potências capitalistas (ROBERTS, 1990). O Ocidente operou na mesma medida, cedendo os Sudetos aos Alemães em 1938, acreditando que Hitler iria avançar em direção à URSS. Mesmo depois de iniciada a Guerra, haviam setores no Ocidente profundamente hostis aos soviéticos. Nas palavras de Truman (1941), que viria a ser presidente quatro anos depois:

Se nós vemos que a Alemanha está ganhando vemos de ajudar a Rússia e se a Rússia está ganhando vemos de ajudar a Alemanha, e desta maneira deixamos eles matarem o máximo possível, embora eu não queira ver Hitler vitorioso sob nenhuma circunstância. Nenhum deles pensa nas palavras que juraram (TRUMAN, 1941, p.1).

A composição da mentalidade de “cerco” internacional se apresenta ao longo da história russa, mas agudizou-se no período revolucionário. Em parte pela presença da Okhrana, polícia secreta russa, nas organizações dissidentes do Império Russo. Como já vimos, as invasões ocidentais e posteriormente a 2ª Guerra Mundial endossaram esta questão (LIULEVICIUS, 2020). Podemos compreender a ofensiva do Ocidente como um projeto contrarrevolucionário, ativamente organizado por setores-chave dentro dos países ocidentais, a exemplo de Churchill no Reino Unido e Truman nos EUA. Nos EUA, e em grau bem menor no Reino Unido, o anticomunismo, representado na figura do senador McCarthy, foi o padrão na formulação da política externa e doméstica, ao menos no imediato pós-guerra (GOODMAN, 2010).

Essa contrarrevolução tomou vários caminhos, muitas vezes levando a contradições no sistema internacional. Mayer (1971) nos aponta que a contrarrevolução ocorreu, a partir da criação do “Cordão Sanitário”, na Europa Oriental, como medida produzida pelo Ocidente. A

⁷¹ Conhecido como Operação Pike.

⁷² Traduzido de Operation Unthinkable (1945).

posição dúbia em relação à Hitler, Mussolini e os demais ditadores de direita na Europa, nas Américas e na Ásia (posteriormente na África também), são frutos do processo contrarrevolucionário ao entender que Józef Piłsudski (1926 - Polônia), Pavelić (Ustasha⁷³ - Croácia - 1929), Horthy (Hungria - 1920), e os próprios Hitler (1933 - Alemanha) e Mussolini (1922 - Itália), com seus discursos anticomunistas iriam avançar sobre os soviéticos.

Constituiu-se, na minha avaliação, um sistema de poder na Europa a partir da tensão Revolução-Contrarrevolução-Ordem Liberal em que os líderes capitalistas acreditavam que os desejos contrarrevolucionários iriam avançar com mais força sobre os revolucionários do que sobre a ordem vigente. Mayer nos aponta que:

Desnecessário dizer que intensas exigências conjunturais estimulam não apenas as forças contra-revolucionárias latentes, mas também seus opostos revolucionários. O resultado é a crise de dois gumes em que os líderes revolucionários e contrarrevolucionários exploram e contribuem para a decomposição da política, economia e sociedade; o crescimento de ideias e políticas extraconsensuais; e a erosão do centro estabilizador vital. Mas enquanto o projeto revolucionário visa uma transcendência total, o projeto contrarrevolucionário tem um alcance muito limitado: a transformação da política com o objetivo de reestabelecer e manter a economia e a sociedade. Em qualquer esquema conservador desse tipo, o papel das forças e líderes reacionários e conservadores é fundamental (MAYER, 1971, p. 120, tradução própria).

O Ocidente apostou, nos anos 30, que, ao ter uma posição dúbia e errática contra os soviéticos, e tentando apaziguar os nazistas, fascistas e governos conservadores, fazendo revisões⁷⁴ no *status quo* pós-primeira guerra, isto é, o Tratado de Versalhes (1919) e o Tratado de Trianon (1920), manteriam um sistema europeu liderado pelo Reino Unido e pela França, e garantindo a manutenção do sistema de impérios coloniais. Ao longo dos anos 20 e 30 ficou evidente, aos olhos de Moscou, de que não haveria compromisso sério do Ocidente com conter essas ameaças. Se, por um lado, alguns acordos, como o Acordo de Assistência Mútua Franco-Soviético (1935) foram celebrados, na prática estes tiveram pouco impacto real. No caso do acordo de 1935:

[...] mal Laval havia retornado a Paris os franceses começaram a estagnar, um ponto que o embaixador soviético em Paris, V. P. Potemkin, foi rápido em reportar a Moscou. O estado-maior culpou Laval pelo atraso, mas os próprios generais não tinham pressa em negociar. A França não precisava de um acordo militar com a URSS que só daria à Alemanha nazista um pretexto para denunciar os acordos de segurança ocidentais de Locarno de 1925 e reocupar o Renânia desmilitarizada. A Polônia, temendo mais a URSS do que a Alemanha nazista, seria empurrado para os braços de Hitler, enquanto as relações francesas com a Grã-Bretanha também sofreriam. Na segunda metade de 1935, as relações franco-soviéticas enfraqueceram

⁷³ Movimento Fascista Croata.

⁷⁴ A posição dos países vitoriosos na 1ª Guerra Mundial, via de regra, não foi a de reconhecer os problemas que derivaram dos tratados humilhantes do fim da guerra, mas de concessões aos países revisionistas, em especial à Alemanha. Já não havia, na minha avaliação, espaço para uma revisão sistemática do sistema europeu que impedisse a 2ª Guerra Mundial, mas a postura do Reino Unido e da França de reforçar um sistema moribundo na crença de que os revisionistas disparariam primeiro contra os bolcheviques foi fator importante para que os acontecimentos tenham seguido o seu curso da maneira que ocorreram.

e azedaram. Laval foi derrubado pela crise abissínia em janeiro de 1936, e um aliviado Alphand telegrafou a Paris que talvez agora os danos dos últimos meses poderia ser desfeitos. Mas Laval não era a única oposição a laços mais estreitos com Moscou (CARLEY, 1993, p. 306, tradução própria).

Acontecimentos dos anos 20/30 nas relações entre a URSS, França e Reino Unido:

- 1924 - Carta Zinoviev: Documento falso vazado pelos conservadores para atacar os trabalhistas como fantoches soviéticos.
- 1924 - Susto Vermelho: Campanha de difamação anti-comunista no Reino Unido e na França de esquemas revolucionários bolcheviques falsos;
- 1925 - Embargo do Petróleo da França e do Reino Unido contra a URSS;
- 1927 - Reino Unido rompe relações diplomáticas com a URSS;
- 1927 - Campanha anticomunista nas eleições gerais francesas;
- 1930 - Guerra Comercial da França contra a URSS;
- 1932 - Rompimento do Acordo de Comércio Anglo-Soviético pelos Ingleses;
- 1932- Coalizão de Esquerda vence na França;
- 1932 - Acordo de Não-Agressão Franco-Soviético;
- 1934 - Acordo de Comércio Franco-Soviético;
- 1935 - Acordo de Assistência Mútua Franco-Soviético;
- 1936 - Alemanha Ocupa e Remilitariza a Renânia;
- 1936 - Ratificação pela França do Acordo de Assistência Mútua;

Alguns autores apresentam que na verdade os soviéticos estavam enganando o ocidente, buscando uma acomodação com a Alemanha Nazista, representada no Tratado Molotov-Ribbentrop (1939), anexando a polônia e parte da Romênia e garantindo recursos para os nazistas invadirem o Ocidente. Em maior ou menor grau a culpa recai sobre os soviéticos nos trabalhos de Watt (1990); Charmley (1989); Feiling (1970); Roberts (1990); George (1983). Com variações, o argumento é de que o Ocidente buscou em alguma medida compor uma aliança com os soviéticos, normalmente reforçando o acordo franco-soviético de (1935), enquanto os soviéticos teriam enganado-os. Como evidência, propõe um exercício ahistórico de adiantar a cronologia, apontando que os soviéticos ocuparam a Polônia (1939), o Báltico (1940), a Bessarábia e Bucovina do Norte (1940), Guerra de Inverno (1940), para além dos tratados bilaterais de não-agressão com Alemanha (1939) e Japão (1941).

Como nos apresenta Carley (1993) os soviéticos tentaram por diversas vezes constituir uma aliança concreta, para além dos tratados formais, com o ocidente, visando anular a Alemanha nazista. Tentaram romper a neutralidade dos conservadores na Polônia e na Romênia, permitindo a passagem de tropas soviéticas para auxiliar a Tchecoslováquia em caso de declaração de guerra em conjunto com o Ocidente. Aqui aponto que o processo revolucionário na Rússia levou o Ocidente a constituir uma Polônia fortalecida e ampliada, e a expansão em largas porções da Romênia (CIORTEANU, 2015) para servirem como Estados-Tampão contra os soviéticos, não apenas passivamente, mas com forças militares e recursos consideráveis (VISENTINI, 2020). Este contraponto da contrarrevolução foi fundamental para compreender o conjunto de alianças e o

sistema europeu dos anos 30. Não cabe aqui estenuar o debate acerca das relações internacionais e da política externa do período na região do Leste Europeu, mas sim salientar que o produto da contrarrevolução na Europa foi a constituição de Estados com tendências conservadores e anticomunistas que Hitler e Mussolini aproveitaram para mobilizar contra a URSS. Outro exemplo seria a política de neutralidade na Guerra civil Espanhola (1936-1939) (RAMSAY, 2020), cujo risco de haver uma vitória republicana com elementos apoiados pela URSS era visto como uma ameaça à presença britânica em Gibraltar, e com isto no mediterrâneo como um todo.

A diplomacia soviética, por outro lado, preocupada com este cerco, realizou diversas tentativas de apaziguar os elementos capitalistas, em especial em se desvencilhar da 3ª Internacional, constituindo uma espécie de dualidade de política internacional. Litvinov e Molotov buscaram diminuir o papel do Comintern e favorecer a diplomacia tradicional do ministério de Relações Exteriores (CARLEY, 1993). A dualidade Partido-Estado constituiu-se como elemento a partir do próprio processo revolucionário e contrarrevolucionário. A revolução, triunfante em Moscou, levaria quase 40 anos para chegar a outros países, por via da ocupação direta soviética, não das revoluções de massas do operariado (CONYNGHAM, 1968).

A revolução russa produziu, então, uma espécie de paradoxo. O Partido precisava exportar a revolução e auxiliar os revolucionários ao redor do mundo pois proclamava-se o epicentro da revolução global e, em certa medida, permanente. Sem o apoio internacional os movimentos seriam massacrados um a um pela coalizão contrarrevolucionária encabeçada pelos britânicos, primeiramente, e posteriormente pelos estadunidenses. O Estado precisava de estabilidade internacional e paz, recompondo um *modus vivendi* de negócios oficiais entre os países, reconhecimento da soberania nacional e a constituição de um sistema de segurança internacional que lhe pusesse em condições de impedir outros conflitos que ameaçassem o centro da revolução.

Neste sentido podemos utilizar a proposta teórica em Visentini (2017) de que a Guerra Fria foi um conflito e um sistema. Penso que, em certa medida, antes da Guerra Fria havia uma estrutura parecida. O Partido/Revolução precisava do conflito para expandir sua presença internacional e vencer o capitalismo. Afinal, mesmo com divergências estratégicas e táticas, os grupos do PCUS entendiam a tese da revolução permanente como correta, isto é, o socialismo precisaria, em última instância, suplantar o capitalismo em escala global. Já o Estado-Nação, coagido pela Contrarrevolução,, precisava do sistema para garantir sua segurança doméstica e preservar as conquistas revolucionárias até então.

Apesar da política de apaziguamento com os capitalistas, era tido como inevitável que um novo conflito global chegasse até a URSS. Os soviéticos sabiam que Hitler não se contentaria com a invasão da França, do Benelux, da Iugoslávia, do Leste Europeu, da Dinamarca e da Noruega.

As forças nazi-fascistas contrarrevolucionárias preparavam-se para uma investida contra a terra dos soviets e os soviéticos corriam para construir capacidades de defender a nação.

Os bolcheviques conseguiram reconstruir a ordem hegemônica na sociedade e produzir um novo tipo de Estado, com novas relações sociais e um modelo econômico inovador, garantindo o desenvolvimento do país. A revolução imprimiu o contexto e a estrutura internacional, e condicionou os desafios a serem enfrentados pelo novo governo. A série de contradições aqui descritas, entre o Partido-Estado, e entre os setores econômicos do campo e da cidade, foram centrais no processo de desenvolvimento que o país tomou nos anos 20 e 30.

4.2.4. A Preparação para a Última Grande Guerra

As facções internas do PCUS nos anos 20 e 30 foram sendo expulsas e perseguidas pelo sistema stalinista. Visentini (2021) nos apresenta um argumento central para compreender não só como o stalinismo constituiu-se enquanto sistema na URSS, mas como ele foi central, positivamente e negativamente, dos anos 20 até os anos 50:

O terror desencadeado pelos expurgos stalinistas dentro do próprio grupo dirigente não visava conter uma revolta popular, que inexistia, nem uma oposição, que se encontrava dispersa, mas manter um estado de tensão interior, exagerando os inimigos de classe, numa fase de forte pressão externa. Isto também fornecia satisfação ao povo por falhas e dificuldades decorrentes das novas formas de organização, e permitia-lhe manter o controle sobre a burocracia por ele próprio estimulada. O stalinismo gerou uma simplificação do marxismo que acabou afetando o desenvolvimento ulterior, mas que a curto e médio prazo transformou um país atrasado e continental na segunda potência mundial e em uma nação moderna num prazo exíguo. Tal transformação permitiria à URSS enfrentar com sucesso a dura prova da Segunda Guerra Mundial (p. 44).

Do ponto de vista da construção e reconstrução do Estado o stalinismo e sua teoria do Socialismo em um Só País constituem-se como período de salto qualitativo no desenvolvimento russo-soviético, ao mesmo tempo em que há a agudização de uma série de contradições, algumas já exploradas anteriormente (HARRISON, 2003).

O GOELRO e os planos quinquenais produziram a industrialização mais acelerada que qualquer nação já experienciara até o momento em um cenário mais adverso do que qualquer outra já enfrentou. O país tornou-se a 2ª potência industrial, rivalizando com a Alemanha, em duas décadas. Foi o país que mais sofreu perdas, tanto materiais quanto humanas, mas também o que mais mobilizou recursos. Em uma medida subjetiva, o povo soviético resistiu a um período de privações frequentes, herdadas do império russo, mas que, dada a opção estratégica pelo foco na indústria de defesa, também persistiu até depois da 2ª Guerra Mundial. A própria constituição do 1º Plano Quinquenal levou a uma guerra civil *de facto* no campo no início dos anos 30 (SAMUELSON, 2000).

As preparações para a guerra foram feitas em etapas. Aponto que podemos compreendê-las, em larga medida, por questões geográficas, políticas e estruturais relegadas

pela revolução e a contrarrevolução. (I) A defesa de Leningrado, exposta a países hostis com elites constituídas por elementos pró-ocidentais (Finlândia e Báltico) e anticomunistas; (II) um processo violento de reorganização econômica e militar; (III) Uma rápida mudança social evidenciada pela urbanização e industrialização acelerada, em especial dos Urais; (IV) os legados da intervenção imperialista e os russos no estrangeiro.

Quanto a Leningrado (I), encontrando-se a menos de 70 km das fronteiras Finlandesas à época, e a 120 km da fronteira do báltico (Estônia). O controle do golfo da Finlândia é também o controle de acesso marítimo à Leningrado e à frota do Báltico. Os soviéticos perderam, a um mesmo momento durante a revolução, as duas margens do golfo. A Finlândia fora reconhecida pelo governo bolchevique a partir do seu compromisso com a autodeterminação dos povos em 27 de dezembro de 1917, 10 dias após o senado do país declarar independência (SOVNARKOM, 1917). Os bolcheviques o fizeram aviltando a vitória dos vermelhos (Sociais-Democratas) no processo de independência contra o senado conservador. O báltico, no entanto, tornou-se independente a partir da ocupação alemã e divisão do território, negociada pelo Tratado de Brest-Litovski (1918) e referendada posteriormente pelo Reino Unido e pela França após a intervenção nas guerras de independência destes países (BOLTOWSKY; THOMAS; SHUMATE, 2019).

Os Estados bálticos, em especial a Estônia, tiveram importantes contingentes no exército imperial russo, e posteriormente tanto lutando com os brancos, mas em especial ao lado dos bolcheviques. Em especial o corpo de atiradores estoniano foi responsável por garantir a segurança de Petrogrado quando do levante dos SRs de esquerda, abordado acima. Os estonianos e letões vermelhos formaram alguns dos contingentes mais leais, bem treinados e dispostos do exército vermelho na guerra civil russa. No entanto, com apoio do exército alemão e, principalmente do Reino Unido, as elites nacionalistas, ligadas a senhores de terra de origem alemã, saíram vitoriosos na guerra civil de independência e governaram estes países até a ocupação soviética em 1940. A Lituânia tornou-se independente a partir do tratado de Brest-Litovski e, posteriormente, com o tratado de paz com os bolcheviques, após estes perderem militarmente as condições de ocuparem o país. A região Leste do país, com a capital Vilnus, foi cedida pelos bolcheviques, mas foi ocupada pelos poloneses na guerra Polaco-Lituana (1920), permanecendo a capital *de jure* mas não *de facto* (sendo esta Kaunas).

O resultado deste período foi leningrado e cidades e pontos estratégicos para a defesa da parte norte do país expostos à países constituídos a partir de levantes nacionalistas, fomentados e auxiliados por potências imperialistas, e que expurgaram da política nacional

setores de esquerda (comunistas e sociais-democratas). Também perderam acesso livre ao Mar Báltico.

Este cenário nos auxilia a compreender as decisões de decretar os ultimatos em 1940 contra os Estados Bálticos e a Finlândia, exigindo desta última a Carélia (região da fronteira), e a reincorporação dos Estados Bálticos ao território da URSS. Os bálticos não constituíram alianças concretas e nem possuíam condições de se defender das agora massificadas e em processo de modernização das forças armadas soviéticas e cederam. A Finlândia, contando com o apoio alemão e ocidental, decidiu rejeitar e iniciou-se a Guerra de Inverno (1940).

A Guerra de Inverno é importante para compreendermos, também, o ponto (II). O governo soviético, através do sistema stalinista, realizou expurgos severos nas forças armadas, reduzindo o quadro de oficiais intermediários qualificados e enfraquecendo as forças armadas nacionais. Além disso, a produção de uma nova doutrina, liderada por um setor das forças armadas ligado a Tukhachevsky, levou à necessidade de reformas profundas no exército vermelho. A nova doutrina de “Batalha em Profundidade” (Doutrina de Operações em Profundidade - DOP) exigia a modernização rápida e constituição de exércitos e divisões blindados, mecanizados e totalmente motorizados para dar conta de manobrar no campo de batalha contra o inimigo de maneira veloz, cortando suas linhas de suprimento e cercando-os. Constituiu, também, uma necessidade por blindados e veículos de infantaria mecanizados para dar conta destes desafios. Propôs, ainda, uma nova dimensão da guerra, em teatros operacionais, um caminho intermediário entre as esferas táticas e estratégicas. A logística foi compreendida como central para a manutenção da capacidade efetiva das forças armadas em realizarem com qualidade esta doutrina (GLANTZ, 1998; 2005).

Nosso foco aqui não é explicitar o ponto de vista de estudos estratégicos sobre o tema, mas apontar as exigências sociais, econômicas e políticas para que esta doutrina entrasse em efeito. O objetivo sendo destruir a retaguarda e as linhas de suprimento inimigas exige mobilidade e capacidade de combater com linhas logísticas estendidas. Ao constituir uma integração inter-armas, isto é, integrar força aérea, exército e marinha (em menor grau) dentro da doutrina, exige-se uma ampliação de maquinário na guerra. Tanques, aviões, tratores, caminhões, infantaria mecanizada, exigem uma alta produção industrial, em especial na indústria metal-mecânica e do aço. Para além disso, os soviéticos fundiram a doutrina militar na própria mobilização social, política e econômica. Não é possível compreender e implementar a DOP sem o aprofundamento da industrialização pesada, a expansão logística de ferrovias (principalmente) e estradas (em menor grau). O 3º Plano Quinquenal pode ser compreendido nesta esteira para conseguir implementar a DOP em sua plenitude.

Conforme Samuelson:

Tabela 2 - Incremento de capacidades planejadas pelo GOSPLAN (1938-1943)

| Tipo | Capacidade em 1º Jan. 1938 | Capacidade em 1º Jan. 1943 |
|--|----------------------------|----------------------------|
| Aviões | 20.500 | 50.000 |
| Motores de Avião | 42.300 | 125.000 |
| Tanques | 35.400 | 60.775 |
| Sistemas de Artilharia | 39.180 | 119.060 |
| Metralhadoras | 250.000 | 450.000 |
| Rifles | 2.420.000 | 5.200.000 |
| Munições de Artilharia (milhões) | 101 | 489 |
| Cartuchos de Rifles (bilhões) | 7,5 | 17 |
| Bombas Aéreas (milhares de toneladas) | 250 | 700 |
| Blindagem Naval (milhares de toneladas) | 16,8 | 120 |
| Blindagem de Tanques (milhares de toneladas) | 74,5 | 400 |
| Ópticos (milhões de rublos) | 450 | 1.500 |
| Pólvora (milhares de toneladas) | 135 | 431 |
| Armas Químicas (milhares de toneladas) | 122,2 | 298 |
| Explosivos (milhares de Toneladas) | 280 | 1035 |

Extraído de Samuelson (2000, p. 191, tradução própria). Fonte: RGAE, 4372/91/3222, 197.

Harrison (2003b) buscou comparar a indústria militar soviética com o chamado “complexo industrial-militar” constituído nos EUA, onde um grupo ligado ao setor de defesa teria se adonado do Estado profundo americano. Este complexo teria como efeito a constituição de uma casta de funcionários públicos, militares e políticos ligados ao setor de defesa e que tenderiam as decisões públicas a investir cada vez mais no setor, e a ter uma

política externa mais agressiva para corresponder às demandas econômicas do setor militar. Aponta que na URSS não houve necessariamente isto pois o setor militar durante o período Stalin ainda estava em processo de modernização e expansão, os expurgos dificultaram a constituição deste grupo, e as pressões externas exigiram uma cooperação, e não uma competição, entre os atores de decisão econômica para o setor de defesa. No entanto aponta que o embrião para o processo soviético pós-stalin já estaria sendo gestado no final da 2ª Guerra Mundial.

A DOP também se propõe ampliar o escopo da guerra, apontando para um tipo de guerra moderna onde só a questão militar não seria suficiente para combater o inimigo.

O objetivo de Tukhachevsky era essencialmente dirigido a encontrar maneiras de evitar uma guerra de posição fixa no futuro. Ele argumentou contra os membros do Exército Vermelho, que, com referência às experiências da Guerra Civil, esperavam que uma guerra futura fosse "na velocidade do relâmpago" (*mol'nienosno*) e baseada no "espírito revolucionário" do Exército Vermelho. Em uma frase típica da época, Tukhachevsky enfatizou que o desenvolvimento industrial nos mostra que devemos travar uma guerra "culta" (*kul'turnaia voina*), isto é, com artilharia maciça, armas químicas etc. consequências da mobilização' (SAMUELSON, 2000, p. 24, tradução própria).

A política estaria diretamente relacionada ao sucesso, mas não do ponto de vista comumente apresentado pelos marxistas. Tukhachevsky esta apontando para a necessidade de regularização e modernização do exército vermelho, isto é, deixar de ser um exército de guerra civil, onde houve a necessidade de politização e controle político das forças armadas através dos comissários. Os expurgos entre os rankings militares no período dos anos 30 foram justamente na contramedida disto. Diversos oficiais com pouca ou nenhuma ligação com o partido comunista, foram removidos de seus postos e/ou executados. Tukhachevsky sofreu igual destino, apesar de ser um bolchevique ideológico, ligado à ala de Trotsky (GLANTZ, 1998; 2005).

No entanto, a esfera da política é central tanto do ponto de vista de mobilização social para o desenvolvimento econômico, questão evidenciada pelos Planos Quinquenais, quanto do ponto de vista da mobilização militar em si. Os PQs não podem ser, como já apontei em seção anterior, entendidos como planos econômicos em si, mas como diretrizes políticas com uma operação econômica para planejar a economia (NOVE, 1963). É uma amálgama entre política, economia, a burocracia do Estado-Partido, e a cultura sendo desenvolvida. Este produto da revolução permaneceu até o fim da 2ª Guerra Mundial, quando foi substituído por um esquema de dualidade Partido-Estado melhor definido. Nos anos 30, no entanto, esta questão estava latente. Neste sentido argumento que o stalinismo executou os expurgos no setor militar entre os oficiais e membros que julgava ligados politicamente com os grupos que

estavam sendo removidos do PCUS, a exemplo dos trotskistas, mas também coagiu àqueles elementos que eram mais ligados ao nacionalismo russo-soviético do que ao propósito revolucionário do PCUS. A unidade política foi objetivo central do governo soviético neste momento e os expurgos se enquadram nesta perspectiva. Em um certo sentido a visão era de que valia mais terem forças armadas de qualidade inferior mas leais do que o contrário.

A Guerra de Inverno serviu como teste de fogo das modernizações em andamento e da capacidade do exército vermelho, e seus resultados foram mistos. Do ponto de vista de desempenho militar, os soviéticos tiveram imensas perdas materiais e humanas. Em especial os elementos centrais da DOP, isto é, os tanques e a aviação de apoio foram dizimados. A URSS saiu vitoriosa do conflito, apesar das diversas perdas. Os resultados da guerra, no entanto, estimularam algumas mudanças profundas no sistema soviético. Durante ela testaram-se os elementos de agitprop que seriam massificados durante a 2ª Guerra Mundial (CULL; CULBERT; WELCH, 2003). Até o Marechal Mannerheim viria a reconhecer a qualidade e potência do agitprop soviético, blindando o exército vermelho da baixa na moral e da contrapropaganda finlandesa (MANNERHEIM, 1953). Apesar das enormes perdas os comunistas avançaram resolutamente até romperem a linha defensiva finlandesa, quando a Finlândia consentiu com a rendição e cedência dos territórios exigidos e mais um pedaço da carélia ao norte do lago Ladoga, como punição pela guerra.

O Agitprop, vale ressaltar, teve grande relevância para a organização da URSS. Foi elemento central de atividade do PCUS na mobilização popular em níveis extraordinários para o período. Cidadãos comuns foram elevados a heróis da nação no front civil, não apenas militar, processo conhecido como Stakhanovização, em homenagem a Alexei Stakhanov, mineiro que teria produzido 100 toneladas de carvão em um turno. Multiplicaram-se as figuras heróicas no setor civil e construiu-se um eficiente sistema de "auto sacrifício" dos cidadãos pelo bem comum, com trabalhos voluntários em fábricas, doação de salários e compra dos títulos públicos (CULL; CULBERT; WELCH, 2003).

A "queima" de material bélico obsoleto também foi crucial para as rápidas mudanças, em especial na recomposição da logística e na troca de equipamentos a serem produzidos, acelerando o desenvolvimento tecnológico de tanques médios e pesados, que viriam a compor a espinha dorsal das forças blindadas na 2ª Guerra Mundial. Por fim, a falta de pessoal qualificado levou à reinstauração de diversos quadros intermediários que sobreviveram aos expurgos mas que haviam sido removidos das forças armadas, e também na formação acelerada de oficiais nas academias militares. Acelerou-se, também, o processo de

desenvolvimento industrial fora do Ocidente russo, em especial nos Urais (GLANTZ, 1998; SAMUELSON, 2000).

O exército vermelho saiu da Guerra de Inverno com um déficit grande de equipamentos, outrora contados como “disponíveis” e com grandes pressões para reformas internas, seja de doutrina, seja do próprio corpo de oficiais. A DOP foi aperfeiçoada, em especial incorporou-se a Maskirovka, doutrina de desinformação dentro da DOP para auxiliar na guerra irregular nas zonas ocupadas pelo inimigo, que viria a ser implementada largamente pelos partisans contra a ocupação nazi-fascista (GLANTZ, 1989).

A mistura da percepção de necessidade de modernização, incorporação de novos elementos nas forças armadas e da potência do agitprop culminaram na manutenção da presença dos oficiais políticos ligados à manutenção da ordem política, organizativa e ideológica, mas permitiram a reabilitação das forças mais tradicionais das forças armadas (GLANTZ, 1998). Este fenômeno persistiu ao longo da 2ª Guerra Mundial, que também teve efeitos mistos. A presença de elementos políticos parece ter enrijecido a capacidade de tomada de decisão das unidades militares, provocando problemas graves táticos (GLANTZ, 2005). No entanto, estes elementos parecem ter um efeito positivo sobre a manutenção da ordem das unidades militares que, apesar de encontrarem-se em posições que resultariam, comumente, em deserções e desmobilização, permaneceram lutando até o fim em diversos momentos. Aponta-se a necessidade de uma agenda mais detalhada de pesquisa sobre o papel operacional e tático dos oficiais políticos nas forças armadas soviéticas, tema pouco debatido.

O processo de aprofundamento da DOP e da evolução rápida dos PQs, em especial o 3º levaram à rápida urbanização e à conversão de uma economia largamente agrária em uma economia industrial moderna. O sistema de bem-estar social foi constituído, garantindo pleno emprego à população, jornadas de trabalho reduzidas, transporte público de massas acessível, educação de massas erradicando a analfabetização e a massificação do acesso ao ensino superior, e a massificação e acessibilidade geral de grandes outrora privilégios, como cultura, saúde pública, habitação, bens de consumo, aquecimento e alimentação. Evidentemente que o padrão era módico, não comparável ao das classes altas e médias altas dos países capitalistas, com os quais costuma-se comparar, com casas grandes em subúrbios, pátios, carros, amplas cozinhas, às custas de uma massa sem direitos em casas de gesso.

Este processo de urbanização foi acompanhado simbioticamente de três esferas que gostaria de chamar atenção. i) A mobilização política, através do PCUS desde à infância com os jovens pioneiros, Komsomol, os clubes e centros de leitura, de agitação política, de encontro nos blocos e conjuntos residenciais, de mulheres, da cultura, nas escolas, etc.; ii)

uma nova forma de cultura, consolidada pelo Realismo Socialista, constituída pelo processo revolucionário dialeticamente entre os quadros artísticos de dentro e fora do PCUS, e o governo; iii) o Agitprop como instrumento de efervescência social e unidade nacional.

O PCUS logrou ser o instrumento de socialização das pessoas na nova sociedade soviética. O trabalho realizado em larga medida pelas estruturas e aparelhos privados no capitalismo foi suplantado por um sistema de socialização cuja esfera era eminentemente pública. Afora à religião, em especial a igreja ortodoxa e, na ásia central e cáucaso, as mesquitas, o PCUS foi o instrumento prioritário de engajamento social. Aqui há uma questão que a revolução, ao meu ver, traz para a sociedade soviética que seria a objetivação, desalienação e publicização das relações sociais e interpessoais (WHITE, 1977).

Conforme descrito anteriormente, o Estado capitalista apresenta-se como vontade geral dos cidadãos, mas é de fato um Estado de classe, constituído para reproduzir a ordem capitalista. Aliena-se o cidadão do Estado assim como aliena-se o trabalhador do produto do seu trabalho (MARX; ENGELS, 2002; 2011b). Tarefa central dos bolcheviques foi o processo de desalienar os cidadãos e constituir as relações sociais a partir das condições objetivas, materiais. O papel dos indivíduos para a construção da nova sociedade, com foco na coletividade. Ocorre a redução das esferas privadas de socialização em prol das públicas. O Agitprop vai construir uma cultura em que os cidadãos se efetivam como tais por meio dos seus laços sociais, da construção coletiva, do seu papel na sociedade. A arte e a cultura tornam-se instrumentos de política pública, de promoção do desenvolvimento. A arte, a agitação, a cultura e a propaganda foram instrumentos do stalinismo para mobilizar a sociedade em prol dos objetivos nacionais de construir a revolução em um só país. As artes, a política, a filosofia, a literatura, o cinema, muito embora apresentassem espaço para o experimentalismo em alguma medida, foram focados em figuras de massa, fácil absorção, rigidez teórica e artística voltada a figuras realistas, mesmo quando futuristas (KENETZ, 1985).

Este marxismo, na minha avaliação, foi responsável por construir este conjunto de relações sociais da maneira que se construíram, rejeitando (e perseguindo algumas vezes) movimentos mais ligados ao que poderíamos classificar, a partir de Inglehart (2015), como de valores pós-materiais. O socialismo soviético, o socialismo de um só país, o marxismo stalinista, confluíram para um marxismo que apresenta-se simplista, bruto, largamente influenciado pelo positivismo, enrijecido pelo materialismo excessivo e com baixa capacidade imaginativa.

No entanto, este foi o marxismo que teve condições de responder, sobreviver e viver contra as condições adversas graves que os soviéticos passaram. Em última instância, apesar dos seus problemas, teve a virtude da sobrevivência, mas gerando uma contradição que seria posteriormente endereçada: como superar o estágio de sobrevivência para o estágio de comunismo/revolução internacional. O Socialismo em um só país foi o epicentro do marxismo soviético e teve um êxito extraordinário em mobilizar a sociedade para o desenvolvimento ligado à autopreservação. Esta doutrina, como vimos anteriormente, levou a uma contradição entre a paz, necessária para a reconstrução do país e constituição de um Estado forte epicentro da revolução, e a revolução permanente, entendida como etapa central da promoção internacional do socialismo que resultaria no sucesso deste em substituir a ordem hegemônica capitalista.

A virtude da sobrevivência dos soviéticos em produzir uma política mobilizadora que garantiu sua defesa contra sucessivas ondas de hostilização pelo capitalismo também foi fator importante das dificuldades dos soviéticos em passar a uma etapa adiante do processo revolucionário. A exportação da revolução foi sistematicamente condicionada pelo conflito e a tensão permanente com o Ocidente.

O Realismo Socialista, doutrina cultural desenvolvida pelo PCUS, foi ferramenta importante, junto com o Agitprop, para a unidade social e a capacidade de mobilização social. A arte é mobilizadora do projeto de desenvolvimento da sociedade. Os sacrifícios pessoais são incentivados em prol do desenvolvimento coletivo. A perspectiva é de produzir o progresso social como um todo, não apenas o individual (RADEK, 1934).

O projeto comunista tem uma diretriz clara, a de implementação do socialismo e o caminho para o comunismo, uma sociedade sem classes. Fruto do próprio marxismo soviético o objetivo era criar um sentimento de pertencimento numa população fragmentada socialmente, étnica e culturalmente e em processo de unificação. Alguns autores criticam as políticas como russificadoras, outros como soviéticas. Weeks (2010) nos aponta que o processo, em especial a *Korenizatsiia* (política de descentralização cultural e política, reforçando as nacionalidades em níveis administrativos e políticos subnacionais), teve um caráter profundamente distinto do Império Russo. Tais políticas auxiliaram na integração nacional e no desenvolvimento do país, mesmo nos períodos de retraimento durante o regime stalinista. Neste período reforçaram-se elementos centralizantes, como comentamos acima, propondo uma sobreposição da União Nacional sobre as repúblicas individuais. Mesmo neste período é notório o grau de tolerância e inclusão de minorias étnicas politicamente, economicamente e culturalmente.

A criação de um novo tipo de homem (e mulher), apontada como *Homo Sovieticus*, exemplifica os objetivos concretos que o marxismo desenvolvido na URSS possuía. Romper com uma ordem desigual capitalista, não necessariamente sob a ótica de fazer nos mesmos parâmetros melhor, mas de constituir algo novo, com outras prioridades, experiências e sentidos. Neste ponto de vista, acredito que a alegoria de Deleuze e Guattari (2010) sobre o complexo de Édipo e a psicanálise nos auxiliam a compreender o sentido que os comunistas deram para a transcendência do capitalismo.

Ao compreender a psicanálise sob a ótica do complexo de Édipo, mesmo que para criticá-la, acaba-se por reforçar este como sendo a gênese do processo psicanalítico. Para superar os dilemas da psicanálise como ciência burguesa, é necessário construir uma ontologia nova, cujo epicentro ou gênese não advenha do complexo centrípeto, isto é, que atrai tudo para si. A sociedade comunista soviética não se constituiu buscando superar o capitalismo a partir dos critérios capitalistas. Não se tratava de garantir uma qualidade de vida aos moldes das classes médias ocidentais, através do consumo, da individualidade, da autonomia individual ou, no máximo, familiar. Os objetivos dos soviéticos não eram garantir um automóvel, uma casa grande, milhares de itens supérfluos, etc. para seus cidadãos. A URSS buscou, até o fim do período Stalin, superar a carestia material do todo da população. Garantir direitos culturais, educacionais, sanitários e sociais mínimos para todo cidadão. Este era o sentido que os comunistas objetivavam alcançar através do seu projeto político-econômico.

Estes elementos concretos e simples foram incorporados tanto na cultura, através do Realismo Socialista, quanto no Agitprop. A relação dialética e simbiótica da política e da cultura, da agitação e da propaganda foi importante instrumento de mobilização social e política, e, através desta mobilização, também de segurança nacional e econômica.

Por fim, quanto ao ponto (IV), as intervenções imperialistas tiveram 3 resultados concretos para a revolução. Podemos classificar esta abordagem, também, como os legados da contrarrevolução para os soviéticos. Para além dos problemas de segurança da Finlândia e do Báltico, já tratados anteriormente, a contrarrevolução produziu dois países com potencial, em termos materiais (economicamente e militarmente) e políticos (através do seu caráter conservador) de pressionar permanentemente os soviéticos: A Polônia e a Romênia. Ambos os países somavam quase 100 divisões militares à época do início da 2ª Guerra Mundial (SEIDNER, 1978).

Como apontamos anteriormente, o Império Russo já possuía uma mentalidade de cerco ocidental, em especial pelo Reino Unido e França. As intervenções corroboraram a tese

dos bolcheviques de cerco internacional permanente e profundo com uma coalizão de todos os grandes, e alguns pequenos, países capitalistas. Esta mentalidade é central para compreender o fenômeno do stalinismo e as decisões tomadas durante este período.

Por fim, as intervenções provocaram diversos desmembramentos do Império Russo que vieram, em alguma medida, a enfraquecer, em termos materiais, psicológicos e geopolíticos, a segurança soviética. Exemplo disto é a anexação da Bessarábia pela Romênia, que viria a ser reanexada pelos soviéticos após um ultimato em 1940. A região, anexada pelo Império Russo em 1812, garantia uma fronteira segura a partir do rio Prut e Danúbio, que impediriam ou dificultariam uma invasão em larga escala. A região também permitiria, por um lado, maior presença nos Balcãs, e maior pressão sobre a própria Romênia (MOSELEY, 1940). Para além do critério geoestratégico tem a perspectiva psicológica do aproveitamento ocidental em anexar partes do império russo enquanto o país convulsionava na guerra civil. Parte da postura bolchevique, à exceção da Finlândia, foi de reafirmar a integridade “nacional” do Império Russo e reanexar os territórios anexados por outros países na guerra civil.

Esta é também a perspectiva da Polônia. Os soviéticos anexaram em 1939, e mantiveram estas fronteiras no pós guerra, onde os russos, bielorrussos e demais etnias componentes da URSS eram majoritárias (WILLIAMSON, 2009). As fronteiras do pós-guerra passaram a representar, de fato, Estados-Nação na Europa Oriental. Propositamente, no desenhar da linha Brest-Litovsk pós-guerra, a contrarrevolução afirmou a Polónia como um Estado com uma projeção para dentro da URSS, ocupando territórios historicamente e etnicamente ligados ao governo de Moscou. Não à toa grande parte dos planos militares da República Polonesa tinham na URSS a ameaça principal, e os alemães meramente secundária. O redesenho, incluindo a expulsão de alemães e constituição de um Estado-Nação polonês foi peça importante da diplomacia soviética em reconstruir um sistema de segurança e fronteiras na Europa Oriental com menores propensões a atritos violência futura (SEIDNER, 1979).

Os soviéticos conseguiram produzir ao longo dos anos 20 e 30 uma nação moderna, unificada, com alta capacidade de mobilização social voltada à defesa da nação. O sistema stalinista foi o que garantiu o resultado histórico de vitória sobre o nazifascismo e a produção de uma superpotência. As tarefas revolucionárias deste período exigiram que o Estado soviético e o PCUS produzissem movimentos de descondensação das suas estruturas e disputa aberta com setores da sociedade, em especial os kulaks.

O Estado revolucionário torna-se, portanto, não apenas instrumento e agente de manutenção da ordem hegemônica vigente, mas também instrumento de promoção e produção de uma nova ordem. Aqui o seu caráter é distinto do capitalismo, onde não há necessidade para romper com setores da ordem para avançar na revolução burguesa. O Estado Revolucionário, no início da sua existência, possui a tarefa central como instrumento de avanço da revolução para, quando esta consolida-se como nova ordem hegemônica, tornar-se instrumento primeiro de manutenção da mesma.

4.2.5. A Batalha pelo Bastião do Socialismo e a Síntese de Superpotência

Apesar das tentativas soviéticas de apaziguamento, a Alemanha nazista e seus aliados invadiram a URSS na Operação Barbarossa em junho de 1941. Não pretendo aprofundar o debate operacional da guerra e seu desenrolar. Mas elenco algumas questões relacionadas ao processo revolucionário que, ao meu ver, importaram para a constituição da defesa do Estado soviético.

Em primeiro lugar recupero que os territórios (Báltico, Carélia, Polônia Oriental e Bessarábia) retomados pelos soviéticos no pré-guerra auxiliaram na segurança do país, ainda que de forma insuficiente. Em especial as ameaças externas da Romênia, da Polônia e da Finlândia pressionaram pela modernização das forças armadas e, em especial a Guerra de Inverno, concebida como parte do processo revolucionário, foi um duro choque que promoveu adequações na indústria militar soviética e nas próprias forças armadas.

O Realismo Socialista e o Agitprop foram cruciais na manutenção da ordem interna e no esforço de guerra. A propaganda soviética teve papel importante na manutenção da moral e na recuperação e ampliação da indústria de guerra. Para além disto, foi importante na constituição de um objetivo concreto a ser alcançado, materializando a abstração de certa forma utópica que era o comunismo em uma arte de massas, amplamente acessível (HASS, 2018).

Aqui ressalto novamente a proposição da totalidade marxista como fator decisivo de construção do Estado e da mobilização popular. As artes são fruto de uma política deliberada por parte do governo e do Partido. Elas servem a uma função construída através do PCUS. Assim, como os PQs são fruto da política, e não da mão invisível do mercado capitalista, a mobilização popular e o papel das artes e da cultura também é fruto da política central do PCUS. Ressalto, no entanto, que isso não significa que estas sejam desprovidas de um caráter pessoal dos autores na sua formulação, mas que o caráter coletivo de construção de uma nova sociedade e de novos homens e mulheres é enfatizado.

Os soviéticos construíram um marxismo voltado à construção do Estado e suas opções práticas. Pela primeira vez a teoria foi posta em prática para produzir uma nova política e um novo Estado. O deslocamento do centro de decisão social do setor econômico-disperso do capitalismo para o político-centralizado dos soviéticos produziu um tipo bastante diferente de mentalidade social e de Estado. Mesmo com a normalização das relações e as reformas empreendidas no fim da 2ª Guerra Mundial para passar-se por um Estado comum (mudança de nomenclatura do exército vermelho para exército soviético, dos comissariados do povo para ministérios, etc.), a URSS já havia inaugurado um novo paradigma de construção social e de atuação doméstica e internacional.

Alguns autores apontam que o enfraquecimento e posterior colapso soviético se deu pela questão econômica (GLANTZ, 1998; SEGRILLO, 2000; SAMUELSON, 2000; MAZAT, 2015; TRACHTENBERG, 2018; PETHOKOUKIS, 2021). Aponto, no entanto, no mesmo sentido que Harrison (2003a) e Aron (2011) tentam expor: a decisão pelo degelo nos anos 50 e pelas reformas/colapso dos anos 80/90 foi política, não econômica. Não pretendo aprofundar o tema, recomendo a leitura dos autores acima destacados, mas resgato para a análise deste trabalho o papel central que a política teve sobre a construção da ordem doméstica no período aqui analisado.

A moral construída pela revolução e pelo PCUS foi essencial para a construção da ordem doméstica na medida em que colocou um objetivo tangível para a população. Este objetivo foi construído pela lógica própria do marxismo soviético na qual colocava-se como o epicentro da revolução mundial e, portanto, deveria ser defendido ao mesmo tempo em que guiava a revolução global. Não à toa os atritos entre movimentos autonomistas, como os cubanos, iugoslavos, albaneses e chineses impactava severamente a autopercepção dos soviéticos, talvez até mais do que uma competição direta com o Ocidente.

Neste sentido, concordo com Visentini (2017) de que a Revolução Chinesa foi uma concorrente, não necessariamente aliada dos soviéticos. E neste sentido podemos compreender uma estrutura derivada do processo formativo que constrangeu os soviéticos ao longo da existência do país.

Internamente, a revolução foi promovida por um grupo bastante organizado, com presença urbana e em um segmento de trabalhadores operários radicalizados. Comparando ao maoísmo ou ao castrismo, os bolcheviques tinham no campesinato uma relação dialética de aliados-adversários, dado que sua organização política veio por outros atores, em especial os SRs. Os processos violentos de coletivização e urbanização dos anos 30 e a inclusão social via

cultura e educação não foram suficientes para produzir uma hegemonia estável em todos os setores da sociedade.

O processo de organização revolucionária do PCUS, em especial pós-guerra civil, teve limitações do ponto de vista de produzir uma sovietação. Este processo não pode ser compreendido como a russificação aos moldes czaristas, mas à construção de uma nova identidade etnico-política-cultural que conseguisse dar conta de representar a miríade de lugares de origem da população soviética. Tal processo incorreria em avançar sobre uma limitação estrutural que os soviéticos tiveram: a democratização efetiva das esferas da vida social em todas as instâncias.

As políticas construídas no período, sejam as mais centralizadoras, voltadas à manutenção do controle do PCUS sobre o conjunto da sociedade soviética, seja as descentralizadoras, voltadas à garantir maior bem estar e distensionamento das relações sociais, produzindo uma ordem social mais estável. O Estado soviético atuou equilibrando estas forças contraditórias e não logrou, por limitações estruturais, resolvê-las. As possibilidades de resolução somente podem ser exercitadas no imaginário dos analistas, mas algumas propostas que ocorreram podem produzir ideias do que foi positivo e negativo nestes processos.

A desestalinização do período Krushov nos ajuda a compreender o próprio sistema stalinista. Os resultados do “degelo” foram sistematicamente deletérios para a ordem doméstica, para a posição soviética no sistema internacional e para a ordem econômica (NOVE, 1963; VISENTINI, 2017). Não quero aqui apontar que uma maior suposta democratização e abertura envolveu a perda de poder soviético.

O degelo envolveu dois movimentos importantes. O primeiro, de reformas econômicas, foi construído de cima para baixo, com pouco debate dentro do PCUS e capitaneado pela figura de Krushov. Desorganizou o sistema econômico e colocou objetivos econômicos importados do modo capitalista de produção. Como apontamos através de Deleuze e Guattari (2010), tentar pautar a autovisão e o desempenho do país na competição internacional através dos critérios capitalistas de consumo foi, moralmente, culturalmente e politicamente, autossabotagem. Não apenas pela incapacidade, dificuldades severas ou pelo fosso de desenvolvimento e produção entre o socialismo soviético e o Ocidente, mas por minar, sem qualquer contrapartida, um objetivo seguro, que garantia orgulho a grande parte da população, centrado no comunismo como bem estar coletivo, não individual.

O segundo movimento foi o de acreditar em um certo espontaneísmo da sociedade fora do Partido-Estado como verdadeiramente democrática, contrastando com a figura do

próprio Partido-Estado como sua antítese, isto é, algo fora do escopo democrático. As mudanças organizativas internas produziram a desorganização não apenas econômica, mas principalmente política, mudando quadros e sistemas ministeriais sem um debate mínimo dentro do PCUS, entre as repúblicas e entre os órgãos de governo e os partidários. A dualidade de funções exacerbou-se ao invés de retroceder neste período.

Aqui aponto para a incompreensão central que constituiu-se de que o Partido-Estado era o elemento central na organização social soviética, incluindo a tomada de decisão política que refletia-se nos objetivos econômico-militares. Esta desorganização foi tamanha que gerou uma contraofensiva de setores chamados de neostalinistas que destituíram Krushov e colocaram em seu lugar Brejnev. Este movimento levou ao exato oposto das políticas de Krushov, uma política de estabilização, em especial dos quadros.

Neste momento o PCUS construiu autoamarras que impediam-lhe o dinamismo necessário para manter-se em disputa sistêmica com o Ocidente. O período de estabilização dos quadros do governo Brejnev levou a uma lenta decadência do dinamismo interno que fez avançar a URSS socialmente nas décadas anteriores (VISENTINI, 2017). Em sentido reverso da análise, o stalinismo era um sistema dinâmico em demasia alimentado por uma estrutura de pressões externas e internas profundas. Não podemos atribuir exclusivamente à figura de Stalin, mas a toda uma geração violentada pelo contexto internacional e nacional da revolução cujo objetivo era a segurança da nação e da revolução, intrinsecamente ligadas. A estabilidade veio por meio de uma vanguarda organizada, um Partido-Estado, que transformou profundamente a vida social.

A ruptura dessa ligação por Krushov foi elemento central no processo de desagregação. A confusão feita entre o sistema Partido-Estado e o stalinismo-leninismo tem sua gênese no próprio processo de centralização política que o grupo do centro stalinista promoveu nos anos 20/30, mas não era um controle totalitário como tradicionalmente é apontado. Exemplo crasso disto é a ascensão de um grupo de atores reformistas e revisionistas quando da morte de Stalin em 1953. A pergunta que fica é como um processo tão potente e intenso poderia ter surgido de um regime tão fechado e seguro.

A realidade é que o sistema construído tinha um objetivo relativamente simples, mas que demandava tarefas complexas: sobreviver. O processo de formação de Stalin e dos quadros bolcheviques que seguiram atuando no Império Russo foi similar ao processo formativo da URSS. Perseguições, um esquema sofisticado de espionagem e contraespionagem, sabotagem da revolução, figuras oportunistas e a violência sistemática

contra os mesmos. Este tipo de realidade em alguma medida impactou no período e forjou as virtudes e vícios do Estado Soviético.

A resiliência do Estado foi importante na manutenção da ordem e da unidade nacional contra o ataque nazi-fascista. Se nos anos 30 havia um dinamismo potente em todas as esferas da sociedade, na metade da década em diante houve um processo de retomada de controle violento. Isto implicou reformas nas forças armadas e no setor econômico que, no curto prazo, prejudicaram muito a capacidade organizativa e de resposta do Estado, do PCUS e da sociedade soviética aos desafios postos (ROBERTS, 1995). Mesmo assim, conseguiram aprofundar as reformas, reconstruir as forças armadas, a sociedade, as indústrias levadas ao Leste nos Urais, conter, expulsar e derrotar os nazifascistas e consagrar-se como superpotência (GLANTZ, 2005).

Durante a guerra, os acordos construídos com o Ocidente seguiram na mesma linha política implementada no período anterior, garantir um cordão de isolamento, de Estados neutros ou controlados pelos soviéticos, que garantisse sua segurança (GLANTZ, 2005). A URSS passou por um processo de acomodação com o Ocidente, camuflando-se como um Estado-Nação Ocidental através de uma série de reformas. Podemos citar aqui brevemente a mudança do nome do Exército Vermelho dos Trabalhadores e Camponeses para Exército Soviético (1946), dos Comissariados do Povo para ministérios (1946), da dissolução da 3ª Internacional (1943). Esta “camuflagem” serviu simbolicamente como um reconhecimento do Ocidente no pós-guerra que incluía a URSS como ator central e incontornável do Sistema Internacional e alçava-a a epicentro de um dos dois sistemas sociais coexistentes, como superpotência socialista.

As políticas de desenvolvimento industrial e econômico construídas a partir do 1º PQ foram baseadas na compreensão, que provou-se correta, de que o Ocidente produziria uma nova guerra contra os soviéticos. A mudança qualitativa de aceleração da industrialização e da modernização social e econômica foram fruto da necessidade de implementação da DOP enquanto doutrina de organização social e militar voltada à segurança da nação na guerra por vir. As opções de política doméstica e internacional do período foram tomadas neste cenário de priorização da sobrevivência do país.

O próprio desenrolar da guerra e das opções diplomáticas quando do seu encerramento também espelham este contexto. A postura soviética foi a de constituir sistemas, instituições e uma organização internacional que lhe permitisse salvaguardar da hostilidade capitalista.

A revolução permitiu a constituição de um aparelho de Estado fortemente mobilizador e produziu uma contrarrevolução internacional permanente que condicionou a pressão

internacional do capitalismo contra a URSS. É neste cenário que se produziu a URSS e suas opções políticas nas suas três primeiras décadas de existência. Neste período gestou-se, também, os processos que culminaram na consolidação do país como grande potência, e nas contradições que permitiram Krushov e posteriormente Gorbachov, e suas respectivas alas dentro do PCUS, tomar o poder e implementar as reformas que em última instância foram responsáveis pela crise e colapso do país.

5. CONCLUSÕES DA PESQUISA

Todo processo revolucionário resultou em uma contrarrevolução em multiníveis, do internacional sistêmico ao local. Os soviéticos, como primeira experiência do seu tipo no planeta, pavimentaram a trajetória de dezenas de revoluções que puderam aprender e se diferenciar dos mesmos. Este trabalho buscou compreender como este processo foi importante e estruturante do caminho trilhado pela URSS nos seus 74 anos de existência, em especial na sua gênese.

A revolução, compreendida como processo de múltiplas interpretações, ao mesmo tempo condicionou o contexto e a estrutura na qual os soviéticos construíram seu novo Estado. O processo revolucionário é perene, mantendo-se como elemento estruturante até a contrarrevolução dos anos 80/90 ser bem sucedida. A revolução foi, então, amálgama das fundações do novo Estado sob muitas óticas.

Para além da análise formalista de um grupo político que toma de assalto o poder quando colapsa o Estado czarista que foi incapaz de se modernizar para competir em um novo cenário internacional, propus a politização e a disputa política do caráter revolucionário. A Revolução é ao mesmo tempo um fenômeno particular, produzido em cada país de maneira distinta, a partir de óticas e heranças distintas, e um fenômeno mais amplo, conforme descrito acima e apresentado por Skocpol (1994).

A situação construída contra a URSS de isolamento e agressividade do sistema internacional para sua repressão foi fundamental para a construção do tipo de mentalidade do marxismo stalinista soviético, focado no desenvolvimento autárquico e voltado à defesa, bem como ao sistema de controle social vigente. Conforme Carr (1985), a dualidade política entre a exportação da revolução e a diplomacia oficial com outros Estados permaneceu ao longo de todo este período.

As disputas internas no PCUS precisam ser entendidas enquanto cisões táticas e estratégicas, mais do que teóricas, sobre os rumos imediatos da revolução. Os dilemas e contradições produzidos no processo revolucionário para os bolcheviques precisa estar no centro de qualquer análise sobre o período. Os debates, comumente negligenciados pela literatura, nos congressos e reuniões do PCUS nos dão luz sobre as motivações que levaram aos dilemas centrais que a Revolução teve de enfrentar no período, como o caso dos sindicatos e da coletivização do campo.

O sistema leninista-stalinista da primeira metade do século XX, em certa medida, colocou-se como uma posição centrista no espectro político soviético. Balanceou as posições

autonomistas e pró-individualização, incluindo políticas pró-mercado, com posições radicais mais centralizantes, militarizadas e pró-planejamento. Ao mesmo tempo, ampliou drasticamente o acesso da população, em especial dos setores mais excluídos da sociedade do antigo Império Russo, ao sistema político e às benesses de uma sociedade moderna, incluindo educação, cultura, esporte e lazer, bens de consumo, dentre outros. Esta não veio sem conflitos, como apontamos acima, mas culminou em um Estado estável, um tipo novo de ordem social mais segura do ponto de vista de controle político.

O tipo novo de Estado produzido pelos soviéticos rompe ontologicamente com o modelo de Estado Ocidental, ainda que resguarde semelhanças funcionais com os tipos ocidentais. O que sustentou o processo soviético, e que sustenta qualquer projeto revolucionário, é a sua capacidade de pautar uma visão de mundo própria construída em conjunto com a massa que sustentará este projeto. Na mesma medida, abdicar desta disputa e pautar-se pelos valores alheios ao projeto culmina na sua desagregação. A falência moral do Estado soviético veio não da revolução, mas da contrarrevolução lenta

Esta, por sua vez, tem sua gênese no projeto soviético em sua gênese, que, por pressões externas e a partir do seu desenvolvimento próprio, constituiu um importante fundamento teórico-prático para sobreviver aos desafios do início do século XX, mas que não logrou estabelecer um modelo de transição geracional e social dinâmico. Neste sentido, a manutenção do sistema se sobrepôs, ao invés de equilibrar-se, à disputa ontológica global. O socialismo em um só país, no seu âmago, tornou-se política de Estado, ao invés de estratégia momentânea, e dificultou reformas importantes que poderiam ter tomado outro rumo na URSS.

Os soviéticos produziram um tipo de sistema Partido-Estado novo, onde a socialização dos indivíduos, a constituição da vida comum em todas, ou quase todas, as suas esferas era produzida numa esfera pública. Ao contrário do Estado capitalista, com sua ênfase na esfera privada, o socialismo soviético ao longo da sua história produziu um tipo novo de Estado, com suas limitações e potencialidades. A revolução, no entanto, não consegue romper com todas as heranças das formações econômico-sociais anteriores. Diversos elementos permaneceram, exigindo respostas políticas à altura. Foi assim nas revoluções capitalistas, bem como na revolução soviética e em outras revoluções socialistas. A cristalização da revolução em uma nova ordem hegemônica foi atingida domesticamente, e o socialismo em um só país foi instrumento central desta construção. Falhou, no entanto, em construir uma estratégia internacional que formasse uma nova ordem hegemônica global, aos moldes do que

o capitalismo realizou ao longo da Pax Britannica. Esta contradição fundamental do processo revolucionário soviético permaneceu até o sucesso da contrarrevolução liberal.

Por fim, por mais idealista que possa parecer, a desmoralização do governo, do PCUS e da sociedade socialista lentamente construída após a consagração da superpotência no governo Stalin foi central para os problemas enfrentados posteriormente. A mobilização popular em torno do socialismo do período aqui analisado (1917-1953) exigiu o autosacrifício e a moralidade com a coisa pública, sendo fator subjetivo importante do socialismo soviético. Sua ausência após o relaxamento da tensão social pós-2ª Guerra Mundial gerou impactos profundos, ainda que graduais no desenvolvimento do país.

A URSS constituiu-se como Estado isolado no Sistema Internacional, rechaçada e atacada durante todo o seu processo formativo. O conflito e a pressão externa, bem como as heranças do império e o próprio desenvolvimento revolucionário na guerra civil moldaram um tipo particular de socialismo que chamei de sistema stalinista-leninista. Este sistema foi o mais eficiente em agregar a sociedade soviética em torno dos objetivos do socialismo propostos, ainda que tenha deixado contradições que levaram a conflitos aflorarem em diversos momentos. Entender como a Revolução enquanto processo, enquanto conjunto de eventos, enquanto força material e força subjetiva, e enquanto agente do sistema atuou é central para compreender o desenvolvimento do Estado soviético.

A Revolução concretizou-se a partir de um partido de vanguarda, diminuto, que aliou-se a grupos camponeses de massa para vencer a guerra civil. O projeto de compromisso desta aliança não produziu uma hegemonia socialista/comunista estável na sociedade em um primeiro momento, gerando uma dualidade sistêmica interna entre o socialismo urbano e o capitalismo rural. O processo de dissolução e reconstrução do Estado a partir da ótica da descondensação e recondensação das relações de classe nos aparelhos do Estado foi central para compreender os movimentos que a Revolução adquiriu em cada momento a partir das tarefas implementadas pelos bolcheviques para conseguir estruturar um Estado moderno, socialista e capaz de sobreviver aos riscos internacionais.

O Marxismo soviético estruturou-se a partir do sistema político stalinista-leninista, removendo, neste período, elementos contrários ao projeto. Produziu, a partir da reversão da aliança com a guerra civil do 1º PQ, a duras perdas, uma sociedade industrial cujo foco passou a ser implementar a DOP como mecanismo de autodefesa contra a guerra vindoura. A DOP exigiu um esforço intenso na industrialização pesada e na modernização acelerada da sociedade e das forças armadas. O modelo socialista conseguiu, a grandes custos, produzir e refinar a DOP saindo da 2ª Guerra Mundial como uma superpotência.

A DOP soviética foi parte de um projeto revolucionário, assim como o Realismo Socialista e o Agitprop, e assim como os PQs. Todos produziram e foram produzidos por um projeto permeado por contradições que viriam a eclodir posteriormente. Compreender esta etapa do processo de desenvolvimento, em especial a partir da lógica revolucionária, é necessário para compreender o progresso histórico efetivado pela URSS durante o século XX e seus reflexos no século XXI.

Espero que o presente trabalho produza uma extensão da agenda de pesquisa referente tanto aos estudos sobre a União Soviética e demais países socialistas, quanto para os estudos de processos revolucionários como um todo. Também faz-se necessário adensar a produção a partir de uma posição internacional terceiro-mundista sobre os debates aqui propostos, em especial os referentes à constituição do Estado e de construção dos instrumentos de mobilização e agitação popular.

O objetivo da pesquisa foi o de construir um mapa prático para o desenvolvimento da pesquisa nestas áreas, em especial fornecendo um esquema geral de análise que possa servir de referência em estudos futuros. Analisar processos revolucionários exige entender as dinâmicas rápidas e violentas que este produz na ruptura com a ordem decadente e o compromisso com a construção de novas ordens hegemônicas. Compreender estes processos como criadores de novas ordens permite compreender os movimentos dos tomadores de decisão e melhor apreender o que de fato ocorreu historicamente nos casos analisados.

O estudo da revolução russa permite compreender diversos dos limites dos mecanismos construídos pelo capitalismo para manter e reproduzir a ordem vigente. Estes mecanismos tiveram limites estruturais na sua capacidade de conter a revolução russa em 1917. A contrarrevolução, no entanto, apesar de fracassada inicialmente, seguiu desenvolvendo-se ao longo da existência da URSS, pressionando permanentemente o país e culminou na sua vitória em 1991.

O desenvolvimento da revolução inicialmente produziu a estrutura política que condicionou, também, a atuação soviética durante a sua existência. A sua tentativa de evitar uma confrontação direta com o Ocidente é comumente interpretada como uma priorização nacional em relação à exportação da revolução o que, no longo prazo, limitou sua capacidade de disputa estratégica com o bloco com muito mais recursos estratégicos do capitalismo.

Percebe-se, portanto, o papel central que a Revolução teve no condicionamento das estruturas e contextos que permearam a construção do Estado Soviético e sua inserção internacional. As capacidades inovadoras que este Estado teve em mobilizar recursos e

produzir novas ordens vigentes, assim como suas limitações de disputa hegemônica com o capitalismo.

Espera-se que este trabalho auxilie na ampliação dos debates acerca de processos revolucionários e na desmistificação dos processos aqui tratados. Os processos de dissolução de ordens hegemônicas e recomposição das mesmas têm sua relevância revigorada em um momento de crises crescentes na ordem internacional experienciadas atualmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEKSIÉVITCH, Svetlana. **O fim do homem soviético**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

_____. **As Últimas Testemunhas: Crianças durante a 2ª Guerra Mundial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

ALL-RUSSIA CENTRAL EXECUTIVE COMMITTEE (VTSIK). **Declaration Of Rights Of The Working And Exploited People**. 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1918/jan/03.htm>. Acesso em: 26 jul. 2022.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

_____. **Lenin and Philosophy and Other Essays**. New York: Montly Review Press, 1971.

AMARIGLIO, Jack; CALLARI, Antonio; CULLENBERG, Stephen. Analytical Marxism: a critical overview. **Review Of Social Economy**, [S.L.], v. 47, n. 4, p. 415-432, dez. 1989. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/003467689000000036>.

AMIN, Samir. **Somente os Povos Fazem sua Própria História**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

ANDERSON, Perry. **El Estado Absolutista**. México: Siglo XXI, 1982.

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **Sobre a Revolução**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARON, Leon. **Everything You Think You Know About the Collapse of the Soviet Union Is Wrong**. 2011. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2011/06/20/everything-you-think-you-know-about-the-collapse-of-the-soviet-union-is-wrong/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

ASCHER, Abraham. **The Revolution of 1905: russia in disarray**. Redwood City: Stanford University Press, 1988.

AVILA, Róber Iturriet; HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo. **Determinismo e não determinismo em Marx**. Ensaio Fee, Porto Alegre, v. 34, n. 2, p. 332-348, dez. 2013.

BAKUNIN, Mikhail. **Statism and Anarchy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

BÉLIARD, Yann. Introduction: revisiting the great labour unrest, 1911-1914. **Labour History Review**, [S.L.], v. 79, n. 1, p. 1-17, jan. 2014. Liverpool University Press. <http://dx.doi.org/10.3828/lhr.2014.1>.

BEST, Judith A.. **The Mainstream of Western Political Thought**. Lanham: University Press Of America, 1997.

BETTANIN, Fabio. **A Coletivização da Terra na URSS: stalin e a "revolução do alto"** (1929-1933). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BIANCHI, Alvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 23, n. 23, p. 34-57, 2006.

_____. Classe política e crise da democracia na crítica de Antonio Gramsci. **Tempo Social**, Online, v. 31, n. 1, p. 7-29, 2019.

BISHER, Jamie. **White Terror: cossak warlords of the trans-siberian**. London: Routledge, 2015.

BLUM, Jerome. The Rise of Serfdom in Eastern Europe. **The American Historical Review**, [S.L.], v. 62, n. 4, p. 807-836, jul. 1957. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/1845515>.

BOLTOWSKY, Toomas; THOMAS, Nigel; SHUMATE, Johnny. **Armies of the Baltic Independence Wars 1918–20**. Oxônia: Osprey Publishing, 2019.

BONIECE, Sally A.. "Don Quixotes of the Revolution"?: the left srs as a mass political movement. **Kritika: Explorations in Russian and Eurasian History**, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 185-194, 2004. Project Muse. <http://dx.doi.org/10.1353/kri.2004.0003>.

BOURDIEU, Pierre. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J. (ed.). **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. New York: Greenwood, 1981. p. 241-258. Disponível em: <https://www.marxists.org/reference/subject/philosophy/works/fr/bourdieu-forms-capital.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

BRAUDEL, Fernand. **Civilización material, economía y capitalismo, siglos XV-XVIII: tomo i las estructuras de lo cotidiano: lo posible y lo imposible**. Madrid: Alianza Editorial, 1984.

BROUÉ, Pierre. **The German Revolution 1917-1923**. Leiden: Brill, 2005.

_____. The “Bloc” of the Oppositions against Stalin in the USSR in 1932. **Revolutionary History**, S. I., v. 9, n. 4, p. 189-192, jan. 2008. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/broue/1980/01/bloc.html>. Acesso em: 02 ago. 2022.

BUDRAITSKIS, Ilya. **Dissidents among Dissidents: ideology, politics and the left in post-soviet russia**. London: Verso, 2022.

BUKHARIN, Nikolai. **A Revolução Russa e seu significado**. 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1917/06/90.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. **ABC do Comunismo**. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/index.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. **The Theory of Permanent Revolution**. 1924. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/bukharin/works/1924/permanent-revolution/index.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

CARROLL, Berenice A.. Germany Disarmed and Rearming, 1925-1935. **Journal Of Peace Research**, [s.l.], v. 3, n. 2, p.114-124, 1966. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/422650>>. Acesso em: 13 jan. 2019.

CARLEY, Michael Jabara. End of the ‘low, dishonest decade’: failure of the anglo-franco-soviet alliance in 1939. **Europe-Asia Studies**, [S.L.], v. 45, n. 2, p. 303-341, jan. 1993. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668139308412091>.

CARNOY, Martin. **The State and Political Theory**. Princeton: Princeton University Press, 1984.

CARR, Edward H.. **The Twenty Years' Crisis: 1919-1939**. 2. ed. New York: The Macmillan Press, 1946.

_____. **The Bolshevik Revolution, 1917-1923**. New York: W. W. Norton, 1985.

CHARMLEY, John. **Chamberlain and the lost peace**. Chicago: Ivan R. Dee, 1989.

CHRISTIAN, David. **A History of Russian, Central Asia and Mongolia Vol II: inner eurasia from the mongol empire to today 1260-2000**. Malden: Wiley Blackwell, 2018.

CIORTEANU, Cezar. **Formation and Evolution of the Borders of Greater Romania (1918-1940)**. Codrul Cosminului, Suceava, v. 21, n. 1, p. 49-62, jan. 2015.

COHEN, Gerald. Historical inevitability and human agency in Marxism. **Proceedings Of The Royal Society Of London. A. Mathematical And Physical Sciences**, [S.L.], v. 407, n. 1832, p. 65-87, 8 set. 1986. The Royal Society. <http://dx.doi.org/10.1098/rspa.1986.0085>.

CONYNGHAM, William J.. Party-State Relationships in the Soviet Union. **World Affair**, [s. l.], v. 132, n. 1, p. 48-63, jun. 1969. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/20671067?read-now=1&refreqid=excelsior%3Aadc3c3a42232377e3b568681388d8b848&seq=9#page_scan_tab_contents. Acesso em: 08 set. 2022.

COSTA, Iná Camargo. **Dialética do Marxismo Cultural**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

CULL, Nicholas J.; CULBERT, David; WELCH, David. **Propaganda and Mass Persuasion: a historical encyclopedia 1500 to the present**. Santa Barbara: Abc Clio, 2003.

DAHER, Joseph. **Revolution and counter-revolution in Syria**. 2017. OpenDemocracy. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/en/north-africa-west-asia/revolution-and-counter-revolution-in-syria-part-i/>. Acesso em: 19 jan. 2017.

DEL ROIO, Marcos . Socialismo e capitalismo de Estado. **Estudos de Sociologia**, S. I., v. 5, n. 9, p. 21-32, 2007. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/200>. Acesso em: 30 jul. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O Anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia**. São Paulo: Editora 34, 2010.

DUVERGER, Maurice. **As Modernas Tecnodemocracias**. São Paulo: Paz e Terra, 1975.

_____. **Os Partidos Políticos**. São Paulo: Zahar, 1980.

ECO, Umberto. **O Fascismo Eterno**. Rio de Janeiro: Record, 2018.

ELEY, Geoff. **Nazism as Fascism: violence, ideology, and the ground of consent in germany 1930-1945**. London: Routledge, 2013.

ENGELS, Friederich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESPER, Thomas. Industrial Serfdom and Metallurgical Technology in 19th-Century Russia. **Technology And Culture**, Baltimore, v. 23, n. 4, p. 583-608, out. 1982.

FEILING, Keith Grahame. **The Life of Neville Chamberlain**. London: Shoe String Pr Inc, 1970.

FERNANDES, Florestan. **Marx, Engels e Lenin: a história em processo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 274 p.

_____. **O Que é Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

_____. **Reflexões sobre a construção de um instrumento político**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

FINNEMORE, Martha. **National Interests in International Society**. New York: Cornell University Press, 1996.

_____. **The Purpose of Intervention: changing beliefs about the use of force**. Ithaca: Cornell University Press, 2003.

FORD, Robert. **Among Syria's Revolutionaries**. New Lines Magazine. Washington D.C., online. 14 out. 2020. Disponível em: <https://newlinesmag.com/first-person/among-syrias-revolutionaries/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

FURTADO, Celso. **A Pré-Revolução Brasileira**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

_____. **Formação Econômica do Brasil**. 32. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GALLAS, Alexander. Revisiting Conjunctural Marxism: althusser and poulantzas on the state. **Rethinking Marxism**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 256-280, 3 abr. 2017. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/08935696.2017.1358429>.

GEE, Alstair. **The strange history of a futuristic Soviet propaganda plane**. 2014. Disponível em:

<https://ideas.ted.com/the-strange-history-of-a-futuristic-soviet-propaganda-plane/>. Acesso em: 01 ago. 2022.

GEORGE, Margaret. **The warped vision: british foreign policy, 1933-1939**. Westport: Greenwood Press, 1983.

GILBERT, Martin. **The Rise of Fascism in Europe in the twentieth century: lessons for today**. India International Centre Quarterly, New Delhi, v. 29, n. 2, p. 31-38, 2002. Anual.

GILBERT, Martin. **Coalition Foiled, 1918: a plan of war against the bolsheviks?: churchill?s four days of torment**. 2013. Disponível em: <https://winstonchurchill.org/publications/finest-hour/finest-hour-147/coalition-foiled-1918/>. Acesso em: 13 ago. 2022.

GLANTZ, David M.. **Soviet Military Deception in the Second World War**. London: Routledge, 1989.

_____. **Stumbling colossus: the red army on the eve of world war**. Lawrence: University Press Of Kansas, 1998.

_____. **Soviet Military Operational Art: in pursue of deep battle**. Abingdon: Frank Cass, 2005.

GOODMAN, Giora. The British Government and the Challenge of McCarthyism in the Early Cold War. **Journal Of Cold War Studies**, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 62-97, jan. 2010. MIT Press - Journals. <http://dx.doi.org/10.1162/jcws.2010.12.1.62>.

GORKY, Maxim. **Soviet Literature**. In: SOVIET WRITERS CONGRESS, 1., 1934, Moscou. Discurso. Moscou: 1934, 1934. online.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Carcere Vol. 3: maquiavel notas sobre o estado e a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Cadernos do cárcere Volume 6**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

GRAMSCI, Antonio; TOGLIATTI, Palmiro. **A situação da Itália e as tarefas do Partido Comunista Italiano (PCI): teses de lyon**. Teses de Lyon. 1926. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/gramsci/1926/01/26.htm>. Acesso em: 07 set. 2022

GREENE, Amanda R.. **Legitimacy without Liberalism: a defense of max weber's standard of political legitimacy**. Analyse & Kritik, [S.L.], v. 39, n. 2, p. 295-324, 1 nov. 2017. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1515/auk-2017-0017>.

GURR, Ted Robert. **Why Men Rebel**. New York: Routledge, 2016.

HAFFNER, Sebastian. **A Revolução Alemã (1918-1919)**. São Paulo, Expressão Popular, 2018.

HAFNER, Lutz. The Assassination of Count Mirbach and the the "July Uprising" of the Left Socialist Revolutionaries in Moscow, 1918. **Russian Review**, [S.L.], v. 50, n. 3, p. 324, jul. 1991. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/131077>.

HALFIN, Igal. **From Darkness To Light**: class, consciousness, and salvation in revolutionary russia. Pittsburgh: University Of Pittsburgh Press, 2000.

HALLIDAY, Fred. The Iranian Revolution and Its Implications. **New Left Review**, London, v. 166, n. 1, p. 29-38, nov. 1987.

_____. **Revolution and World Politics**: the rise and fall of the sixth great power. Nova York: Macmillan Press, 1999.

HARRISON, Mark. **Are Command Economies Unstable?**: why did the soviet economy collapse?. Why did the Soviet Economy Collapse?. 2003a. Disponível em: <https://warwick.ac.uk/fac/soc/economics/staff/mharrison/inactive/command.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2022.

_____. **Soviet industry and the Red Army under stalin**: a military-industrial complex?. Cahiers Du Monde Russe, [S.L.], v. 44, n. 44/2-3, p. 323-342, 1 abr. 2003b. OpenEdition. <http://dx.doi.org/10.4000/monderusse.8612>.

HASS, Jeffrey Kenneth. **Soviet Discursive Power versus War**: agitation and propaganda in the blockade of leningrad. Новейшая история России, Richmond, v. 8, n. 25, p. 827-840, ago. 2018.

HOBSBAWM, Eric J.. **Era dos extremos**: o breve século xx. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

HUNTINGTON, Samuel P.. **Political Order in Changing Societies**. New Haven: Yale University Press, 1973.

_____. Political Development. In: GREENSTEIN, Fred I.; POLSBY, Nelson W. (ed.). **Handbook of Political Science Vol. 5**. Boston: Addison-Wesley, 1975.

HUSSAIN, Murtaza. **How Syrias Forgotten Revolutionaries Rose Up to Kill this Fear**. The Intercept. Online, online. 23 out. 2016. Disponível em: <https://theintercept.com/2016/10/23/how-syrias-forgotten-revolutionaries-rose-up-to-kill-this-fear/>. Acesso em: 06 mar. 2022.

INGLEHART, Ronald. **The Silent Revolution**: changing values and political styles among western publics. Princeton: Princeton University Press, 2015.

JANOSKI, Thomas; LEON, Cedric de; MISRA, Joya; MARTIN, Isaac William (ed.). **The New Handbook of Political Sociology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2020.

KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **O Socialismo Traído**: por trás do colapso da união soviética. Lisboa: Editorial Avante!, 2008.

KELLY, Bernard. **Drifting Towards War: the british chiefs of staff, the ussr and the winter war, november 1939-march 1940.** Contemporary British History, [S.L.], v. 23, n. 3, p. 267-291, set. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/13619460903080010>.

KENETZ, Peter. **The Birth of the Propaganda State: soviet methods of mass mobilization, 1917-1929.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985. Disponível em: <http://library.lol/main/5A1B2D42C8ADE2827950E0D492919AC2>. Acesso em: 24 jul. 2022.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph S.. **Power and Interdependence.** 4. ed. Harlow: Longman, 2012.

KOLLONTAI, Alexandra. **The Workers Opposition.** 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/kollonta/1921/workers-opposition/solidarity-pamphlet.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2022.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2009. (Assim Lutam os Povos).

_____. **A Questão da Ideologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2020.

KRASNER, Stephen D.. **Structural Conflict: the third world against global liberalism.** Berkley: University Of California Press, 1985.

_____. **Sovereignty: organized hypocrisy.** Princeton: Princeton University Press, 1999.

LAUGLO, Jon. Soviet Education Policy 1917-1935: from ideology to bureaucratic control. **Oxford Review Of Education**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 285-299, jan. 1988. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/0305498880140302>.

LAWSON, George. Halliday's revenge: revolutions and international relations. **International Affairs**, [S.L.], v. 87, n. 5, p. 1067-1085, set. 2011. Oxford University Press (OUP). <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-2346.2011.01021.x>.

LÊNIN, Vladimir. **Theses On The Constituent Assembly.** 1917. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/dec/11a.htm>. Acesso em: 26 jul. 2022.

_____. **The Trade Unions, The Present Situation And Trotsky's Mistakes.** 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/dec/30.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022.

_____. **Once Again On The Trade Unions: the current situation and the mistakes of trotsky and buhkarin.** The Current Situation and the Mistakes of Trotsky and Buhkarin. 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1921/jan/25.htm>. Acesso em: 03 ago. 2022.

_____. **The Dual Power.** 1964. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1917/apr/09.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. **A Aliança Operário-Camponesa**. Rio de Janeiro: Vitória, 1966. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/livros/alianca/index.htm>. Acesso em: 19 jul. 2022.

_____. **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**. Genebra: Editora Avante, 1977.

_____. **O Estado e Revolução**. São Paulo: Boitempo, 2011.

LEWIN, M.. Who was the Soviet Kulak? **Soviet Studies**, [S.L.], v. 18, n. 2, p. 189-212, out. 1966. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668136608410527>.

LEWIS, Robert A.; ROWLAND, Richard H.. **Urbanization In Russia And The USSR: 1897-1966**. Annals Of The Association Of American Geographers, [S.L.], v. 59, n. 4, p. 776-796, dez. 1969. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-8306.1969.tb01811.x>.

LIEBMAN, Marcel. **Leninism under Lenin**. London: Merlin Press, 1980.

LIULEVICIUS, Vejas Gabriel. **War Land on the Eastern Front: culture, national identity, and german occupation in world war I**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://www.cambridge.org/core/books/war-land-on-the-eastern-front/37A70F73D85026B41A641BA0DF68E9B0>. Acesso em: 26 jul. 2022.

_____. **The Making of Lenin: the beginning of bolshevik revolution**. The Beginning of Bolshevik Revolution. 2020. Disponível em: <https://www.wondriumdaily.com/the-making-of-lenin-the-beginning-of-bolshevik-revolution/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

LOSURDO, D.. Como nasceu e como morreu o "marxismo ocidental". **Estudos de Sociologia**, [S. l.], v. 16, n. 30, 2011. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/3897>. Acesso em: 7 set. 2022..

LOUW, Stephen. In the shadow of the pharaohs: the militarization of labour debate and classical marxist theory. **Economy And Society**, [S.L.], v. 29, n. 2, p. 239-263, jan. 2000. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/030851400360488>.

LOVESTONE, Jay; ALEXANDER, Robert J.. **The Right Opposition: the lovestoneites and the international communist opposition of the 1930's**. Westport: Greenwood Press, 1981.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou Revolução**. São Paulo: Expressão Popular, 1900.

_____. **The Russian Revolution**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 1961.

LUXEMBURGO, Rosa. **Revolução Russa**. Petrópolis: Vozes, 1991. (Coleção CI).

LYCHAKOV, Nikita. The distributional effect of a financial crisis: russia 1899-1905. **Scandinavian Economic History Review**, [S.L.], v. 69, n. 2, p. 1-18, 2 ago. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03585522.2020.1786451>.

MARTIN, Lisa L.. **Democratic Commitments: legislatures and international cooperation**. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MARTIN, Janet. **Medieval Russia 980-1584**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

MARX, Karl. **The Civil War in France**. New York: Arquivo Marxista Online, 1871. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/marx/works/1871/civil-war-france/>. Acesso em: 06 set. 2022.

_____. **Para a crítica da economia política: salário, preço e lucro. o rendimento e suas fontes: a economia vulgar**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **Teses sobre Feuerbach**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **As Lutas de Classe na França**. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friederich. **Sobre a Comuna**. New York: Arquivo Marxista Online, 1871. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1871/05/30.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

_____. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. **A Sagrada Família: ou a crítica da crítica crítica contra bruno bauer e consortes**. São Paulo: Boitempo, 2011a. (Coleção Ma). 1a Edição Revista.

_____. **O Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2011b.

MAWDSLEY, Evan. **The Russian Civil War**. Edinburgh: Pegasus Books, 2009.

MAYER, Arno J.. **Dynamics of Counterrevolution in Europe 1870-1956: an analytic framework**. New York: Harper Torchbooks, 1971.

MAZAT, Numa. **Structural analysis of the economic decline and collapse of the Soviet Union**. 2015. Disponível em: https://www.boeckler.de/pdf/v_2015_10_24_mazat.pdf. Acesso em: 21 ago. 2022.

MCDERMOTT, Kevin. **Stalin, revolutionary in an Era of War**. Houndmills: Palgrave/Macmillan, 2006.

MCKAY, John P.. Foreign Enterprise in Russian and Soviet Industry: a long term perspective. **Business History Review**, [S.L.], v. 48, n. 3, p. 336-356, 1974. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.2307/3112952>.

MEARSHEIMER, John J.. **The Tragedy of Great Power Politics**. New York: W.W, Norton & Company, 2001.

_____. Realism, The Real World, and the Academy. In: BRECHER, Michael; HARVEY, Frank P. (org.). **Millennial Reflections on International Studies**. Ann Arbor: University Of Michigan Press, 2009. p. 56-65.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas and the Capitalist State. **New Left Review**, London, v. 82, n. 1, p. 83-92, 1973.

MILITÃO, Maria Socorro Ramos. Crise Orgânica Hegemonia e Revolução Passiva Gramasciana. **Revista Ideação**, Feira de Santana, v. 1, n. 39, p. 20-34, 29 set. 2019. Universidade Estadual de Feira de Santana. <http://dx.doi.org/10.13102/ideac.v1i39.4524>.

MOFFAT, Ian C.. **The Allied Intervention in Russia, 1918–1920: the diplomacy of chaos**. London: Palgrave Macmillan, 2015.

MORAES, Isaías Albertin de; IBRAHIM, Hermano Caixeta; TAUIL, Carlos Eduardo. O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do estado interventor-empresendedor ao estado insurgente-vanguardista. **Revista Pesquisa e Debate**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 143-164, dez. 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/47320/31558>. Acesso em: 15 jul. 2022.

MOSELY, Philip E.. Is Bessarabia Next? **Foreign Affairs**, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 557-562, 1940. JSTOR. <http://dx.doi.org/10.2307/20029024>.

NEPOROZHNI, P. S.. 50th anniversary of the Lenin Goélro Plan and Hydropower Development. **Hydrotechnical Construction**, [S.L.], v. 4, n. 12, p. 1089-1093, dez. 1970. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/bf02397589>. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/BF02397589>. Acesso em: 31 jul. 2022.

NETTO, José Paulo. **De como não ler Marx ou o Marx de Sousa Santos**. 2008. Disponível em: <https://www.odiario.info/de-como-nao-ler-marx-ou-o-marx-de-sousa-santos/>. Acesso em: 19 abr. 2022.

_____. **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NICHTWEISS, Johannes. **The Second Serfdom and the So-Called "Prussian Way"**: the development of capitalism in eastern German agricultural institutions. *Review*, Binghamton, v. 3, n. 1, p. 99-140, jun. 1979. Traduzido por Gwyn Seward. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40240828>. Acesso em: 12 jul. 2022.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NOLUTSHUNGU, Sam C.. Soviet-African Relations: promise and limitations. In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the third World**. London: Royal Institute Of Foreign Affairs, 1985. p. 68-88.

NOVE, Alec. **A Economia Soviética**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

NYKÄNEN, Nooa. **Industrial Clusters in the Russian Empire 1860 - 1913**. 2015. 79 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Econômica, Departamento de História e Etnologia, University Of Jyväskylä, Jyväskylä, 2015. Disponível em: <https://jyx.jyu.fi/bitstream/handle/123456789/46000/1/URN%3ANBN%3Afi%3Aju-201505221958.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

O'ROURKE, Shane. The Emancipation of Serfs in Europe. In: ELTIS, David (ed.). **The Cambridge World History of Slavery Vol.4**. Cambridge: Cambridge University Press, 2016. p. 422-440.

OFFE, Claus. The Theory of the Capitalist State and the Problem of Policy Formation. In: LINDBERG, Leon; ALFORD, Robert; CROUCH, Colin; OFFE, Claus (ed.). **Stress and Contradiction in Contemporary Capitalism: public policy and the theory of the state**. Idaho Falls: Lexington Books, 1975. p. 125-144.

OLIVEIRA, Thiago Chagas. GRAMSCI E A FORMAÇÃO POLÍTICA DA CLASSE TRABALHADORA. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, [S.L.], v. 3, n. 3, p. 33-42, 23 jul. 2020. Faculdade de Filosofia e Ciências. <http://dx.doi.org/10.36311/2526-1843.2018.v3n3.p33-42>.

ONUF, Nicholas. **World of Our Making: rules and rule in social theory and international relations**. Abingdon: Routledge, 2012.

OSBORN, Patrick. **Operation Pike: britain versus the soviet union, 1939-1941**. Westport: Praeger, 2000.

PCUS. PARTIDO COMUNISTA DA UNIÃO SOVIÉTICA. **Resolution on Party Unity**. Moscou: Comitê Central do Pcus, 1921. Disponível em: <https://www.marxists.org/history/ussr/government/party-congress/10th/16.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Teoria Das Relações Internacionais: o mapa do caminho: estudo e prática**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2016.

PETHOKOUKIS, James. **Remembering the Economic Failure of Soviet Russia**. 2021. Disponível em: <https://www.aei.org/economics/remembering-the-economic-failure-of-soviet-russia/>. Acesso em: 21 ago. 2022.

PRESTES, A. L. Duas revoluções - A Revolução Russa (1917) e a Revolução Alemã (1918): sem partido de vanguarda a revolução é derrotada (Ensinamentos para os dias atuais). **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 194–201, 2019. DOI: 10.9771/gmed.v11i2.32904. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/32904>. Acesso em: 28 ago. 2022.

PICCOLLI, Larleciane. **Europa Enquanto Condicionante da Política Externa e de Segurança da Rússia: o papel da defesa antimíssil**. 2012. 71 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

PIPES, Richard. **The Russian Revolution**. New York: Vintage Books, 1991.

POULANTZAS, Nicos. **State, Power, Socialism**. Nova York: Verso Books, 2014.

_____. **Fascism and Dictatorship: the third international and the problem of fascism**. Nova York: Verso Books, 2019a.

_____. **Poder político e classes sociais**. Campinas: Editora da Unicamp, 2019b.

QIN, Yaqing. **A Relational Theory of World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 2018.

RADEK, Karl. Contemporary World Literature and the Tasks of Proletarian Art. In: **SOVIET WRITERS CONGRESS**, 1., 1934, Moscou. Discurso. Moscou: Marxists Internet Archive, 1934. online.

RAMSAY, Scott. Ideological Foundations of British Non-Intervention in the Spanish Civil War: foreign office perceptions of political polarisation in Spain, 1931-1936. **Diplomacy & Statecraft**, [S.L.], v. 31, n. 1, p. 44-64, 2 jan. 2020. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09592296.2020.1721059>.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **As Revoluções Russas e o Socialismo Soviético**. São Paulo: Unesp, 2003.

ROBERTS, Cynthia A.. Planning for war: the red army and the catastrophe of 1941. **Europe-Asia Studies**, [S.L.], v. 47, n. 8, p. 1293-1326, dez. 1995. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09668139508412322>.

ROBERTS, Geoffrey K. **The Unholy Alliance: Stalin's pact with Hitler**. Bloomington: Indiana University Press, 1990.

SAHNER, Christian C.. **The Failure of the Syrian Revolution**. The Wall Street Journal. Nova York, online. 11 mar. 2021. Disponível em: <https://www.wsj.com/articles/the-failure-of-the-syrian-revolution-11615485941>. Acesso em: 06 mar. 2022.

SAMUELSON, Lennart. **Plans for Stalin's War Machine: Tukhachevskii and military-economic planning, 1925-1941**. Birmingham: The Macmillan Press, 2000.

SARAIVA, Renato. O conceito de Centros de Decisão Econômica nas obras de Celso Furtado: um esforço de formalização teórica e de aplicação prática na análise das relações internacionais. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA**, 1., 2015, Porto Alegre. Anais [...] . Porto Alegre: Ppgcp, 2015. p. 1-17. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/2.-SARAIVA-Renato-O-Conceito-de-Centros-de-Decis%C3%A3o-Econ%C3%B4mica-nas-obras-de-Celso-Furtado-um-esfor%C3>

%A7o-de-formaliza%C3%A7%C3%A3o-te%C3%B3rica-e-de-aplica%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1tica-na-an%C3%A1li

SARTORI, Giovanni. Comparacion y Método Comparativo. In: SARTORI, Giovanni; MORLINO, Leonardo (comp.). **La Comparación en las Ciencias Sociales**. Madrid: Alianza Editorial, 1991. p. 29-49.

SAYERS, Sean. Analytical Marxism and Morality. **Canadian Journal Of Philosophy Supplementary Volume**, [S.L.], v. 15, p. 81-104, 1989. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1080/00455091.1989.10716793>.

SEIDNER, Stanley S.. **Marshal Edward Śmigły-Rydz and the Defense of Poland**. New York: St. John'S University Press, 1978.

SEGRILLO, Angelo. **O declínio da União Soviética: um estudo das causas**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SHUBIN, Vladimir; TOKAREV, Andrei. War in Angola: a Soviet dimension. **Review Of African Political Economy**, [s.l.], v. 28, n. 90, p.607-618, dez. 2001. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/03056240108704569>.

SHUBIN, Vladimir; TOKAREV, Andrei (Ed.). **Bush War: The Road Cuanavale**. Auckland Park: Jacana, 2007. Disponível em: <<https://www.sainfantry.co.za/images/michiel/Bush%20War%20The%20Road%20to%20Cui%20Cuanavale.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2018.

SKOCPOL, Theda. Cultural Idioms and Political Ideologies in the Revolutionary Reconstruction of State Power: a rejoinder to sewell. **The Journal Of Modern History**, [S.L.], v. 57, n. 1, p. 86-96, mar. 1985. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/242778>.

SKOCPOL, Theda. **Social Revolutions in the Modern World**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

_____. **States and Social Revolutions: a comparative analysis of france, russia and china**. Cambridge: Cambridge University Press, 2015.

SMELE, Jonathan D.. **Civil war in Siberia: the anti-bolshevik government of admiral kolchak, 1918-1920**. New York: Cambridge University Press, 2006.

SOMERVILLE, Keith. **Southern Africa and the Soviet Union: From Communist International to Commonwealth of Independent States**. Londres: The Macmillan Press Ltd., 1993. (Southern A).

STAAR, Richard Felix. **Foreign Policies of the Soviet Union**. Stanford: Hoover Institution Press Publication, 1991.

STALIN, Joseph V.. **Marxism and the National Question**. Vienna: Arquivo Marxista Online, 1913.

_____. **The Foundations of Leninism**. Pequim: Foreign Languages Press, 2020.

THALHEIMER, August. **On Fascism**. 1930. Disponível em:
<https://www.marxists.org/archive/thalheimer/works/fascism.htm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

THE GREAT WAR CHANNEL. **The Great War**. 2022. Disponível em:
<https://www.youtube.com/c/TheGreatWarSeries>. Acesso em: 28 jul. 2022.

The Soviet of People's Commissars (Sovnarkom). **Decree on Independence of Finland**. 1917. Disponível em:
<https://www.marxists.org/history/ussr/events/revolution/documents/1917/12/18.htm>. Acesso em: 13 ago. 2022.

THE TIMES. **History of the War**: vol. xvi. Vol. XVI. 1918. Disponível em:
<https://archive.org/details/timeshistoryofwa16londuoft/page/n3/mode/2up>. Acesso em: 26 jul. 2022.

TRACHTENBERG, Marc. Assessing Soviet Economic Performance During the Cold War: a failure of intelligence?. **Texas National Security Review**, Austin, v. 1, n. 2, p. 76-101, fev. 2018. Texas National Security Review. <http://dx.doi.org/10.15781/T2QV3CM4W>.

TROTSKY, Leon. **The Military Writings of Leon Trotsky Volume 1**. London: Index Books, 1923.

TROTSKY, Leon. **A Revolução Permanente**. Online: Arquivo Marxista Online, 1929. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/trotsky/1929/11/rev-perman.htm>. Acesso em: 07 set. 2022.

TROTSKY, Leon. **The History of the Russian Revolution**. New York: Simon And Schuster, 1937.

TROTSKY, Leon. **Fascism: what it is and how to fight it**. New York: Pioneer Publishers, 1944. Disponível em: <https://www.marxists.org/archive/trotsky/works/1944/1944-fas.htm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

TROTSKY, Leon. Their Morals and Ours. **The New International**, Oakland, v. 4, n. 6, p. 163-173, jun. 1938.

TROTSKY, Leon. **The first five years of the Communist International Vol 1**. 2. ed. New York: Pathfinder Press, 1972a.

TROTSKY, Leon. **The first five years of the Communist International Vol 2**. 2. ed. New York: Pathfinder Press, 1972b.

TROTSKY, Leon. **The Struggle Against Fascism in Germany**. New York: Pathfinder Press, 1971.

TROTSKY, Leon; BRETON, André. **Por Uma Arte Revolucionária Independente**. São Paulo: Paz e Terra, 1985.

TROTSKY, Leon. **Terrorism and Communism: a reply to karl kautsky**. London: Verso Books, 2017.

TRUMAN, Harry. **Our Policy Stated**. New York Times. New York, p. 1-1. 24 jun. 1941.

VAN REE, Erik. LENIN'S CONCEPTION OF SOCIALISM IN ONE COUNTRY, 1915–17. **Revolutionary Russia**, [S.L.], v. 23, n. 2, p. 77-117, dez. 2010. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.1080/09546545.2010.523068>.

VISENTINI, Paulo Fagundes. Revoluções e Relações Internacionais: o caso africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [S.L.], v. 1, n. 1, p. 111-129, 31 maio 2016. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. <http://dx.doi.org/10.22456/2448-3923.62727>.

_____. **Os Paradoxos da Revolução Russa: ascensão e queda do socialismo soviético (1917-1991)**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2017. 187 p.

_____. **O Eixo e a URSS na Guerra Mundial**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2020. (Estratégia, Defesa e Relações Internacionais).

_____. **Por Que o Socialismo Ruiu: de berlim a moscou (1989-1991)**. São Paulo: Edições 70, 2021.

VISENTINI, Paulo G. F.; PEREIRA, Analúcia D.; MARTINS, José Miguel; RIBEIRO, Luiz Dario; GROHMANN, Luis Gustavo. **Revoluções e Regimes Marxistas: rupturas, experiências e impacto internacional**. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2022. (Estratégia e Relações Internacionais).

WALKER, Jonathan. **Operation Unthinkable: the third world war: british plans to attack the soviet empire 1945**. Cheltenham: The History Press, 2013.

WALSH, Warren B.. Political Parties in the Russian Dumas. **The Journal Of Modern History**, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 144-150, jun. 1950. University of Chicago Press. <http://dx.doi.org/10.1086/237332>. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.1086/237332>. Acesso em: 19 jul. 2022.

WALTZ, Kenneth N.. **Man, the State and War: a theoretical analysis**. New York: Columbia University Press, 2001.

_____. **The Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 2010.

WATT, Donald Cameron. **How War Came: the immediate origins of the second world war, 1938-1939**. New York: Pantheon Books, 1990.

WEBER, Max. **The Theory of Social and Economic Organization**. Glencoe: The Free Press, 1964.

WEEKS, Theodore. Russification / Sovietization. **European History Online**, Mainz, v. 0, n. 0, p. 1-15, dez. 2010. Disponível em: <https://d-nb.info/1029976155/34>. Acesso em: 15 ago. 2022.

WELCH, Stephen. Theoretical Marginalization: the positivist mainstream of political culture research. **The Theory Of Political Culture**, [S.L.], p. 11-35, 13 jun. 2013. Oxford University Press. <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199553334.003.0002>.

WENDT, Alexander. **Anarchy is what States Make of it**: the social construction of power politics. International Organization, Cambridge, v. 46, n. 2, p. 391-425, 1992.

WHITE, Stephen. Political Socialization in the U.S.S.R.: a study in failure. **Studies In Comparative Communism**, [s. l], v. 10, n. 3, p. 328-342, 1977.

WHITE, Matthew. **Historical Atlas of the Twentieth Century**: necrometrics. Richmond: W. W. Norton & Company, 1998.

WILLIAMSON, David. **Poland Betrayed**: the nazi-soviet invasions of 1939. Barnsley: Pen And Sword, 2009.

WRIGHT, Damien. **Churchill's Secret War With Lenin**: british and commonwealth military intervention in the russian civil war, 1918-20. Warwick: Helion And Company, 2017.

ZETKIN, Clara. **A luta contra o fascismo**: comite executivo da internacional comunista. Comitê Executivo da Internacional Comunista. 1923a. Junho. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/06/20.htm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

_____. **Fascismo**. 1923b. Agosto. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/zetkin/1923/08/fascismo.htm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

APÊNDICE I - RESULTADOS ELEITORAIS NAS DUMAS IMPERIAIS (1906-1917).

| | 1ª Duma (1906) | 2ª Duma (1907) | 3ª Duma (1907-1912) ⁷⁵ | 4ª Duma (1912-1917) |
|---|-----------------|----------------|-----------------------------------|---------------------|
| Partidos da Esquerda ⁷⁶ | 124 | X | X | X |
| Cadetes | 184 | 99 | 53 | 57 |
| Social-Revolucionários | X ⁷⁷ | 37 | X | X |
| Outubristas | 38 | 19 | 148 | 99 |
| Independentes | 112 | 52 | X | 4 |
| Sociais Democratas | X | 66 | 19 | 14 |
| Movimentos Religiosas e Nacionalidades Locais | 32 | 101 | X | X |

⁷⁵ Walsh (1950) divide em sessões da Duma, buscando captar as mudanças partidárias. Utilizo apenas a 1ª sessão da 3ª e da 4ª Duma como referências.

⁷⁶ Coalizão de partidos liderada pelos trudoviks que participou apenas da 1ª Duma.

⁷⁷ Marcações com X significam que o partido, oficialmente, não participou das eleições. Alguns membros, no entanto, participaram dentro de coalizões ou por outros partidos.

| | | | | |
|-------------------------------------|---|------------------|----|----|
| Direitistas | 7 | 10 ⁷⁸ | 49 | 64 |
| Direita Moderada | X | 23 | 69 | X |
| Socialistas do Povo ⁷⁹ | X | 15 | X | X |
| Grupo Trabalhista/Trudoviks | X | 98 | 14 | 10 |
| Círculo Polonês | X | 46 | 11 | 9 |
| Grupo Muçulmano | | | 8 | 6 |
| Grupo Polaco-Lituano-Bielorruso | X | X | 7 | 6 |
| Restauração Progressista e Pacífica | X | X | 25 | X |
| Grupo Nacional | X | X | 26 | X |

⁷⁸ Inclui Apenas o que o autor mencionou como Direita (tradução própria).

⁷⁹ Traduzido de People's Socialist.

| | | | | |
|---------------------------------------|-----|-----|-----|-----|
| Direita Moderada e Nationalista Russa | X | X | X | 88 |
| Centro | X | X | X | 33 |
| Progressistas | X | X | X | 47 |
| Total | 497 | 520 | 429 | 437 |

Fonte: Walsh (1950).